



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

**NOS TRILHOS DA INFORMALIDADE: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHADORES AMBULANTES NO METRÔ DO RECIFE**

RECIFE
2024

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

**NOS TRILHOS DA INFORMALIDADE: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHADORES AMBULANTES NO METRÔ DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança social

Orientador: Cristiano Wellington Noberto Ramalho

RECIFE
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Amorim, Paulo Victor Lucena de.

Nos trilhos da informalidade: uma análise dos trabalhadores ambulantes no metrô do recife / Paulo Victor Lucena de Amorim. - Recife, 2024.

171f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.

Orientação: Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Trabalho; 2. Informalidade; 3. Trabalhadores ambulantes; 4. Metrô do Recife. I. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

PAULO VICTOR LUCENA DE AMORIM

**NOS TRILHOS DA INFORMALIDADE: UMA ANÁLISE DOS
TRABALHADORES AMBULANTES NO METRÔ DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
(Presidente/Orientador) Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Andreia Patrícia dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares e a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país, que, diariamente, enfrentam uma longa jornada em busca de um futuro melhor e próspero.

AGRADECIMENTOS

O percurso acadêmico é desafiador, e aqueles que se aventuram nesse caminho em busca de novos conhecimentos são verdadeiros guerreiros e guerreiras. Iniciar o mestrado em meio ao isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 foi especialmente difícil, exigindo que eu me afastasse do mundo e me comunicasse apenas por uma tela de computador. Essas condições afetaram significativamente o desenvolvimento da minha trajetória, gerando cansaço emocional e esgotamento acadêmico. No entanto, ao longo desse caminho, algumas pessoas foram essenciais ao me apoiarem nas adversidades. Se hoje concluo este trabalho com êxito, devo isso ao incentivo e suporte que recebi de todos.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Verônica Maria de Lucena e Paulo Sergio Rocha de Amorim, que em todos os momentos estiveram ao meu lado, sendo solidários e acolhedores. Sem o apoio deles, que desde a minha infância sempre incentivaram meus estudos, eu não teria chegado até aqui. Não há palavras que bastem para expressar minha gratidão, e por isso, eles seguirão sendo destaque em todas as minhas conquistas.

Agradeço também à minha avó, Clemilda Rocha de Amorim, matriarca da família, um exemplo de força e determinação. Mesmo se recuperando de um problema de saúde, tenho certeza de que o superará. Ela continua e continuará sendo um símbolo de superação que estará presente nas conquistas de todos os familiares.

Agradeço aos meus irmãos, Allan David e Ryan Vinícius, desejando sempre sucesso em suas jornadas. E ao meu companheiro Kelvin Pessoa, sou profundamente grato por sua sabedoria e paciência ao longo de todo o processo, ajudando-me a superar os desafios da escrita deste trabalho. Sou igualmente grato aos meus familiares que sempre me incentivaram e apoiaram.

Aos amigos do mestrado em Sociologia e a todos que fiz ao longo do curso, agradeço pelas valiosas trocas de conhecimento e afeto, compartilhando tanto os bons momentos quanto as frustrações. Aos meus amigos de longa data, especialmente Gleyce Kelly e Miguel Santos, agradeço por me ouvirem, aconselharem e incentivarem nos momentos mais difíceis.

Minha imensa gratidão vai ao meu orientador, Prof. Dr. Cristiano Ramalho, que aceitou o desafio de me orientar no mestrado e que contribuiu significativamente durante todo o processo, com grande compreensão e solidariedade. Mesmo assumindo uma importante missão no governo Lula, desempenhando um papel crucial na reconstrução do nosso país, ele manteve sua orientação confiante no desenvolvimento do meu trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco, por me acolher e abrir as portas para minha pesquisa. Sou grato a todos os professores e profissionais que compõem o programa, cada um deles foi essencial em minha formação.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo financiamento desta pesquisa, cuja importância foi fundamental para a realização deste estudo e para o fomento ao desenvolvimento científico em nosso Estado. Também agradeço à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por todo o acolhimento e suporte que me permitiram seguir adiante na vida acadêmica.

Sou profundamente grato a todos os colaboradores da pesquisa, que contribuíram direta ou indiretamente para este estudo. Agradeço especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que aceitaram ser entrevistados, dedicando seu tempo e contribuindo com uma troca de aprendizado que superou minhas expectativas. Sem eles, este trabalho não seria possível.

Por fim, expresso minha gratidão a todos que incessantemente defendem a ciência e a democracia, pois ambas caminham juntas. Especialmente, agradeço a todos que lutaram incansavelmente em busca de soluções para a pandemia de Covid-19, culminando na rápida busca pela imunização e na tentativa de normalizar nossas vidas. Isso demonstrou, mais uma vez, a importância da educação e do conhecimento científico, pois a pandemia não foi uma simples "gripezinha". Que esse aprendizado sirva de lição para o futuro, para que os mesmos erros não se repitam.

A todas e todos, minha eterna gratidão e reconhecimento.

“Aquí estamos, siempre estamos
No nos fuimos, no nos vamos
Aquí estamos pa' que te recuerdes
Si quieres, mi machete te muerde”.

This is Not America (Residente part. Ibeyi)

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo discutir e analisar a informalidade através das percepções e trajetórias laborais dos trabalhadores(as) ambulantes no metrô do Recife. E busca identificar a percepção do trabalho; os múltiplos caminhos e trajetórias de inserção na informalidade e as lutas e os desafios cotidianos da reprodução laboral. Para atingir os objetivos mencionados, o estudo parte do aporte teórico da sociologia do trabalho com viés marxista, retomando discussões como: o conceito da informalidade; a ampliação do desemprego e o processo de precarização e flexibilização do trabalho. Adota-se como aporte metodológico a pesquisa exploratória com um viés qualitativo, inspirado na análise de trajetórias, utilizando como técnica de coletas de dados a revisão bibliográfica, a observação simples e a entrevista semiestruturada. Para análise de dados, utiliza-se a análise de conteúdos, pré-definida em três tópicos-chave: percepção de trabalho, trajetória e reprodução laboral. A partir do debate teórico e da pesquisa empírica, foi possível identificar que a inserção da informalidade e as trajetórias do mercado de trabalho intercruzam em pontos comuns, como o perfil de vulnerabilidade social, baixa escolaridade e pouca especialização profissional, além da questão étnica, etária e de gênero. Assim, a análise demonstra que, à medida que o mercado de trabalho flexibiliza e precariza suas relações, o capitalismo promove novos processos de exclusão, os indivíduos passam a buscar novas alternativas, em vias informais, para sua sobrevivência, reforçando a urgência de políticas públicas que reconheçam e protejam esses trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; informalidade; trabalhadores ambulantes, metrô do Recife.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss and analyze informality through the perceptions and trajectories of street vendors in the Recife metro. It seeks to identify the perception of work, the multiple paths and trajectories of insertion into and the daily struggles and challenges of labor reproduction. To achieve these objectives, the study draws on the theoretical contribution of sociology of work with a Marxist bias, returning to discussions such as: the concept of the concept of informality; the increase in unemployment and the process of precariousness and flexibilization and flexibilization of work. The methodological approach adopted is exploratory research with a qualitative inspired by the analysis of trajectories, using a literature review as a data collection technique. bibliographical review, simple observation and semi-structured interviews. semi-structured interviews. To analyze the data, content analysis was used. pre-defined into three key topics: perception of work, trajectory and labor reproduction. Based on the theoretical debate and empirical research, it was possible to identify that the insertion of informality and the labor market intersect at common points, such as the profile of social vulnerability, low schooling and social vulnerability, low schooling and little professional specialization, as well as the ethnic specialization, as well as ethnic, age and gender issues. The analysis shows that, as the labor market becomes more flexible and precarious, capitalism relations, capitalism promotes new processes of exclusion, individuals seek new alternatives, in informal ways, for their survival, reinforcing the urgency of public policies that the urgency of public policies that recognize and protect these workers.

Keywords: work; informality; itinerant workers; Recife subway.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

GRÁFICO I	Número de empregados com carteira assinada (em milhões)	61
GRÁFICO II	População desocupada em Recife e no Estado de Pernambuco entre 1992 e 2022 (1000 pessoas)	70
GRÁFICO III	Desempenho (%) do PIB Nacional e Estadual.....	71
GRÁFICO IV	Tipos de ocupação na Região Metropolitana do Recife por (1 000) pessoas.....	72
GRÁFICO V	Taxa de Ocupação informal em Pernambuco (%)	74
GRÁFICO VI	Evolução da população no município do Recife.....	78
GRÁFICO VII	Evolução do PIB per capita em Reais.....	79
GRÁFICO VIII	Taxa de desemprego no Brasil (2013-2020) (Em %)	85
GRÁFICO XIX	Jovens em situação de trabalho infantil no Brasil (em milhões)	125

TABELAS

TABELA I	Entrevistados(as).....	94
TABELA II	Perfil dos Participantes entrevistados(as).....	115
TABELA III	Ocupação dos entrevistados(as).....	117
TABELA IV	Dias trabalhados e média de horas trabalhadas	119
TABELA V	Fluxos da ocupação durante a pandemia (1 trim.-maio 2020)..	149

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I	Trabalhadores ambulantes no metrô do Recife	23
FIGURA II	Dualidade dos setores econômicos formal e informal.....	42
FIGURA III	Hierarquização dos circuitos econômicos na visão estruturalista segundo Milton Santos	44
FIGURA IV	Estação central do metrô no Recife.....	53
FIGURA V	Estação do metrô Joana Bezerra.....	89
FIGURA VI	Nuvem de palavras das transcrições de entrevistas.	100
FIGURA VII	Pichação na estação central do Recife.....	104
FIGURA VIII	Sistema de Transporte Integrado (SEI)	106
FIGURA XIX	Campanha de trabalho infantil.....	123
FIGURA XX	Novos Boxes entre as estações de metrô e ônibus em Joana Bezerra.....	145
FIGURA XXI	Novos Boxes no terminal integrado de Joana Bezerra	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID	Coronavírus
CSURB	Companhia de Serviços Urbanos do Recife
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMLURB	Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEI	Sistema Estrutural Integrado
WEP	World Employment Programme

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A INFORMALIDADE E SUAS CONCEPÇÕES.....	23
2.1 Reflexões sobre o trabalho e a origem da informalidade.....	24
2.2 A difusão conceitual da informalidade e as contribuições da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	28
2.3 O enfoque da informalidade na perspectiva da América Latina.....	33
2.4 O debate da informalidade no contexto brasileiro.....	36
2.5 As correntes teóricas e a utilização do conceito da informalidade.....	41
2.5.1 A abordagem dualista.....	41
2.5.2 A abordagem estruturalista.....	43
2.5.3 Abordagem legalista ou neoliberal.....	45
2.5.4 A abordagem voluntarista.....	46
2.5.5 A abordagem marginalista.....	46
2.6 Processo de informalidade: uma abordagem intersticial e subordinada.....	47
3 A CRISE DO CAPITALISMO E O MERCADO DE TRABALHO EM VIA DA INFORMALIZAÇÃO.....	53
3.1 A construção da percepção e das trajetórias laborais.....	53
3.2 As marcas das desigualdades sociais e o retrato do mundo do trabalho no Brasil.....	56
3.3 Desemprego, informalidade e a nova morfologia do mercado de trabalho no Brasil.....	63
3.4 A dinâmica socioeconômica do Nordeste ao Estado Pernambuco.....	66
3.5 As características do mercado de trabalho na Cidade do Recife.....	75
3.5.1 A produção do espaço, o planejamento urbano no contexto do Recife	80
3.6 O efeito pandêmico no mercado de trabalho brasileiro.....	83
4 MÉTODOS, DEFINIÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	89
4.1 A definição do tema e os objetivos da pesquisa.....	91
4.2 Os sujeitos da pesquisa.....	93

4.3 O recorte do campo investigado.....	95
4.4 Técnicas de coletas de dados.....	96
4.5. Análise de dados.....	98
4.6. Os aspectos éticos da pesquisa.....	100
4.7. O processo e os procedimentos de pesquisa de campo.....	101
5 UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O TRABALHO AMBULANTE NO METRÔ DO RECIFE.....	104
5.1 Os caminhos cruzados: entre as estações e os trilhos há um mundo de trabalho.....	105
5.2 O retrato da informalidade: o perfil e as características socioeconômicas dos(as) trabalhadores(as) entrevistados que atuam no comércio informal no metrô do recife.....	110
5.3 As trajetórias marcadas pela informalidade.....	121
5.3.1 Grandes lutas muitas histórias: a trajetória de Zé do Metrô.....	122
5.3.2 Os jovens siris no metrô do Recife: As trajetórias de Galega, Renê e Tito	130
5.4.3 As batalhadoras: as trajetórias de Jô, Xena e Tia.....	135
5.4.4 Os donos dos próprios negócios: as trajetórias de Digão, Marcão e Baixinho.....	141
5.5 Às marcadas da pandemia e os apontamentos para o futuro do trabalho ambulante no metrô do Recife.....	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
APÊNDICE A - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO SIMPLES.....	166
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	168
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	169
ANEXO A - MAPA GEOGRÁFICO DO METRÔ DO RECIFE.....	171
ANEXO B - MAPA DAS ESTAÇÕES DO METRÔ DO RECIFE.....	172

1 INTRODUÇÃO

A informalidade é um fenômeno em expansão global, afetando profundamente as vidas e trajetórias laborais de milhares de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal. O debate sobre esse tema teve início na década de 1970, impulsionado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base no relatório de suas pesquisas e nos estudos de Keith Hart (1973) no contexto africano. Essas investigações abriram caminho para a compreensão das diferentes formas e estruturas do mercado não regulamentado, destacando a existência de dois setores distintos: o formal e o informal.

Na América Latina, o debate sobre as condições e o crescimento da informalidade ganhou destaque, especialmente através das conferências realizadas pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essas organizações passaram a acompanhar a expansão da informalidade no contexto latino, e por meio das discussões, buscaram definir e compreender essa forma de trabalho que não é regulamentada pelo Estado.

No Brasil, a informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho, reflexo das desigualdades sociais advindas do processo de colonização, da escravidão, da industrialização tardia, até chegar à consolidação do Estado democrático de direito. O debate sobre o tema começou a ganhar notoriedade na década de 1960, intensificando-se nas décadas de 1970, 1980 e 1990, em meio às novas reconfigurações econômicas e produtivas e devido ao aumento gradual do trabalho autônomo, como destacado nos estudos de Ricardo Antunes (2009 e 2016).

Apesar dos avanços no mundo do trabalho, como a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, que instituiu um poderoso instrumento para a regulação do mercado de trabalho, garantindo direitos e segurança social aos trabalhadores e, com isso, estruturando às condições regulatórias do trabalho e o incentivo à ampliação e crescimento do capitalismo e seu aparato industrial de forma mais incisiva no Brasil. No entanto, mesmo com o fortalecimento das discussões sobre a informalidade e as transformações no mercado de trabalho, essas mudanças não foram suficientes para erradicar as

desigualdades estruturais que perpetuam o cenário de precarização laboral (Cardoso, 2010; Kowarick, 1994, Guimarães Neto, 1997).

Ao instituir a formalização do trabalho, o Estado também definiu o que seria a informalidade¹. Dessa forma, o trabalho informal passou a englobar todas as relações laborais que não estão previstas pela CLT, caracterizadas pela ausência de direitos ou qualquer proteção social garantida pelo Estado (Kowarick, 1994). Na atualidade, as medidas reformistas recém-adotadas pelo governo brasileiro, como exemplo da reforma trabalhista, terceirização irrestrita e reforma da previdência, não cumpriram a promessa neoliberal de enfrentar o desemprego, reduzir a informalidade e melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) contínua, em 2018, as ocupações sem registro empregatício superaram, pela primeira vez, o número de carteira assinada, registrando mais de 34,2 milhões de pessoas na informalidade. E diante da pandemia, observamos um aumento vertiginoso do desemprego. Segundo o IBGE, em outubro de 2020, o desemprego atingiu um recorde, somando cerca de 3,6 milhões de novos desempregados, representando um aumento de 35,9% no período, enquanto mais de 29 milhões de trabalhadores atuavam na informalidade (IBGE, 2020).

Em Pernambuco, de acordo com dados do IBGE (2020), aproximadamente 1,08 milhão de pessoas estão trabalhando por conta própria, incluindo autônomos, trabalhadores ambulantes, freelancers e outras categorias sem registro formal. Esse número supera o de empregados com carteira assinada no setor privado, que totaliza 1,03 milhão de pessoas. Isso revela uma tendência de crescimento da informalidade em todo o país, especialmente após a pandemia, destacando a relevância de problematizar essa questão.

Ademais, o processo de precarização e desregulamentação trabalhista coloca em xeque as estruturas estabelecidas e as organizações de trabalho emergentes não legalizadas (Souza, 2016). Os trabalhadores ambulantes, nesse cenário, apresentam-se como uma subcategoria na informalidade que demanda ações e

¹ A formalização do trabalho consistiu em regular as relações laborais, individuais e coletivas, a partir da implementação da CLT, que possibilitou o reconhecimento do vínculo trabalhista pelo Estado, estabelecendo direitos, deveres e seguridades sociais para boa parte da classe trabalhadora. Contudo, como afirma Kowarick (1994), a promulgação dessa legislação não englobou todas as categorias e modalidades de trabalho, a exemplo do trabalho por conta própria, doméstico e ambulante. Essas categorias, ao serem excluídas, passaram a compor uma classe de trabalhadores não reconhecida, atuando na informalidade sem acesso aos dispositivos legais dispostos pelo Estado.

políticas públicas para o aperfeiçoamento da sua formação e capacitação, possibilitando o seu reposicionamento no mercado de trabalho; e, também, políticas de regularização de trabalho que objetivam garantir o seu acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social.

Segundo Maria Alves (2001), o trabalho informal ambulante é uma das ocupações mais inseguras dentro da informalidade, pois carece de espaço, de capital intenso e dispositivos legais para a garantia de sua existência e reprodução laboral. Durante a pandemia, a vulnerabilidade e a precariedade social dessa categoria se intensificaram, já que muitos trabalhadores tiveram suas atividades suspensas pelo lockdown como medida de segurança. Diante disso, enfrentaram grandes dificuldades e precisaram recorrer ao auxílio do Estado para a manutenção da vida.

No Recife, o comércio ambulante faz parte da constituição histórica e urbanística da cidade. Introduzido pelos mascates, através do porto do Recife e da dinâmica mercantilista da cidade, o comércio informal ambulante desenvolveu-se à medida que o município se expandia. Conhecida como a "cidade dos mascates" ou "caixeiros-viajantes", essa atividade, uma das mais antigas do país, envolvia trabalhadores que percorriam o interior das cidades, vendendo produtos manufaturados, joias, tecidos e especiarias (Cavalcanti, 1983).

Nos centros urbanos, as(os) ganhadeiras(os), pessoas que comercializavam vários produtos, dentre os quais os alimentos (pescados, frutas, etc.), marcavam as dinâmicas de localidades como Recife, Olinda, Salvador e Rio de Janeiro. Essa atividade, exercida por escravos de ganho ou negros(as) alforriados, evidencia o caráter histórico da informalidade no trabalho em nosso país e em nosso estado (Cardoso, 2010; Ramalho e Veras, 2021).

Atualmente, a atividade ambulante permanece integrada ao circuito econômico e à dinâmica urbana do Recife. Tendo em vista o atual cenário socioeconômico no município, que nos últimos anos ampliou o número de trabalhadores informais em situações precárias, promovendo um processo urbanístico excluente, que renega o direito a melhores condições de trabalho a uma boa parte dos trabalhadores ambulantes, faz-se importante entender o processo de informalização e as novas configurações deste trabalho na cidade.

O metrô do Recife emerge nesse contexto como um dos principais espaços ocupados por trabalhadores informais. Embora a realização de tais atividades seja

proibida pelas normas 1832/96, do governo federal, e 14846/91, do governo de Pernambuco, o espaço é cada vez mais tomado por atividades comerciais. Nas estações e nos vagões, é comum encontrar essas práticas informais, geralmente relacionadas à venda de produtos e serviços de uso cotidiano.

Esses postos ocupados por esses indivíduos evidenciam a ampliação dos trabalhos flexíveis em condições precárias, ampliando a vulnerabilidade social. Tais trabalhadores se inserem na informalidade de maneira distinta, seja motivado por uma maior autonomia, de maneira ocasional, ou temporária, aguardando o surgimento de novas oportunidades em trabalho assalariado; seja, então, por meio da situação que antes era provisória e que se torna permanente, na medida em que o mercado não incorpora esses trabalhadores que estão na informalidade.

De acordo com a socióloga Vera Telles (1999), a inserção, no mercado informal, parte de múltiplas perspectivas, ora ela fruto do discurso de empreendedorismo criativo expresso pelo mercado, ora, então, como única alternativa de sobrevivência, mediante as faltas de oportunidade que se deparam para resistir contra o "furacão" do desemprego.

Na análise de André Gorz (2004, p.78), "[...] o indivíduo está entregue a si mesmo, nu, sem abrigo, abandonado por uma sociedade que não baliza seu futuro; Ei-lo confrontado à tarefa de ter de construir a si mesmo e uma sociedade no lugar daquela que o abandona". Portanto, os trabalhadores excluídos se lançam à informalidade na tentativa de garantir o de manutenção e reproduzibilidade da vida.

Nesse contexto, de metamorfose do mundo do trabalho, a informalidade desponta como um fenômeno em expansão, especialmente em virtude da ampliação das políticas neoliberais que impõem um regime de acumulação flexível, precarização dos postos de trabalho e a desestruturação das relações laborais. Visto isto, a informalidade é uma realidade para muitos trabalhadores, e por isso, precisamos investigar e aprofundar as discussões sobre o fenômeno.

Para realizar as discussões, o estudo toma como aporte teórico a abordagem integralista intersticial e subordinada, na qual parte da concepção que a informalidade é subordinada à dinâmica capitalista e ocupa os espaços intersticiais do mercado de trabalho (Cacciamali, 2000). Ademais, articula outros conceitos-chave para a discussão como a discussão da percepção e trajetória laboral, a partir das contribuições de Bourdieu (2004; 2007); Rombaldi & Tomizaki (2017) e (Setton, 2002). O debate sobre a precarização e flexibilização das relações

de trabalho no Brasil Antunes (2009, 2011, 2016) Cardoso (2010), Barbosa (2011), dentre outros. E Uma sucinta reflexão sobre o Espaço, planejamento urbano e os conflitos sociais a partir do debate de Gomes (2011), Harvey (2005 e 2010), e Santos (2004 e 2008).

Tendo em vista o debate da expansão da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo que resulta em um processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, a pesquisa tem como questão central: *quais as percepções e trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes no metrô do Recife?* A partir dessa questão central, a pesquisa teve em vista identificar como o trabalho é realizado e percebido pelos ambulantes; como suas trajetórias foram marcadas pela informalidade; e quais as condições e desafios para a realização do trabalho no metrô do Recife.

O respectivo trabalho objetiva estudar o processo e as implicações da informalização, ponderando sobre as novas configurações das relações de trabalho que resultam na precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho. Como objetivos específicos, visa refletir, através da ótica da informalidade, sobre o mercado de trabalho contemporâneo; entender as trajetórias dos trabalhadores ambulantes marcados pelo trabalho informal e analisar os desafios e circunstâncias do trabalho informal ambulante no metrô do Recife.

A pesquisa adota metodologicamente um viés qualitativo, em uma perspectiva da análise de trajetórias, tendo como base as percepções e trajetórias, objetivas e subjetivas, da reproduzibilidade do trabalho informal. Utiliza-se como técnica de coletas de dados a revisão bibliográfica, a observação simples e o questionário semiestruturado. Os sujeitos da pesquisa são os(as) trabalhadores(as) ambulantes no metrô da Cidade do Recife, escolhidos por uma amostragem estratificada não probabilística. Ao longo da pesquisa, foram selecionados 10 trabalhadores para participarem da entrevista semiestruturada e outros que colaboraram por meio de diálogos informais não estruturados.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, com categorias pré-definidas ao longo da revisão de literatura. Essas categorias são: percepção do trabalho, trajetória e condições da reprodução laboral. Todos os detalhes metodológicos, a descrição da inserção em campo e as considerações sobre a pesquisa são apresentados de forma abrangente no capítulo III, que se dedica à metodologia do estudo.

Dessa forma, é fundamental destacar que o estudo também ressalta a importância da economia informal no Brasil, especialmente no contexto atual de recessão econômica e dos impactos pós-pandêmicos no mercado de trabalho. Esclarecendo e exprimindo essa temática, surgem possibilidades de compreender e agir sobre essas condições, transformando em ações, como a melhoria dos espaços e condições de trabalho; a constituição do diálogo com os trabalhadores e apontando um norte para compreender a informalidade e construir caminhos para a regulação dessa categoria.

Como resultado, o estudo ampliou a análise da informalidade por meio das trajetórias dos trabalhadores, revelando que esse fenômeno não deve ser visto apenas como sinônimo de pobreza, frequentemente associado às margens do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ele faz parte do processo de transformação do desenvolvimento capitalista, que gera novas formas de flexibilização e exploração da força de trabalho. As reformas adotadas pelo Estado brasileiro aprofundaram as desigualdades sociais e aceleraram o processo de flexibilização do trabalho, incluindo novas relações e modalidades de vínculos ainda mais flexíveis.

No que diz respeito ao universo dos entrevistados, vale registrar que eles têm como característica comum um perfil social marcado pela vulnerabilidade e pobreza, com baixa qualificação educacional e profissional, e possuem trajetórias de vida marcadas pela intensa luta por sobrevivência. Diante das suas condições, assumem postos de trabalho com alta rotatividade, que necessitam de pouca especialização, alargando sua instabilidade empregatícia.

A inserção na informalidade surge diante da necessidade de garantir uma renda. Enquanto os mais jovens alimentam o discurso do empreendedorismo, a maioria atua na informalidade como única forma de obter o sustento familiar. A questão geracional, étnica e de gênero apresenta como fatores condicionantes de suscetibilidade ao trabalho informal.

Durante a pandemia, muitos desses trabalhadores recorreram ao auxílio emergencial, e mesmo diante dessa ajuda governamental, o recurso não foi suficiente para garantir uma estabilidade durante o isolamento social. A volta do trabalho foi marcada pela insegurança e mudanças laborais, principalmente, mediante ao cuidado e distanciamento. Apesar disso, os trabalhadores transmitem otimismo e perseverança, porque creem, apesar dos pesares, na melhora gradativa

das condições laborais.

Como forma de exposição da pesquisa, o trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo as considerações finais. No capítulo teórico inicial, exponho o debate conceitual sobre a informalidade, trazendo ao debate sua origem, questões teóricas que norteiam às múltiplas perspectivas de análise conceitual, as atuais abordagens sobre a informalidade e a perspectiva teórica intersticiais e subordinada adotada pelo trabalho.

Na seção seguinte, debate-se sobre os efeitos e implicações da informalidade no mundo do trabalho; sobre o processo de precarização e flexibilização da relação laboral; apresentam-se as novas configurações do mercado de trabalho pós-reforma trabalhista, analisa também os impactos no mercado informal e nos direitos trabalhistas visualizando o cenário Pernambucano e do Recifense. Como também, ressalta a importância da percepção e trajetória como elementos teóricos e analíticos da informalidade, e correlaciona a importância do espaço para a reprodutibilidade do trabalho.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia adotada na dissertação, descrevendo os métodos e técnicas de análise utilizadas. Bem como apresenta os(as) colaboradores(as) selecionados pela pesquisa, os aspectos éticos adotados, o processo e os procedimentos de pesquisa realizados. Além de discorrer sobre os desafios da realização do trabalho empírico.

No capítulo seguinte (o quarto), denominado “um olhar sociológico sobre o trabalho ambulante no metrô do Recife”, expõem a pesquisa empírica realizada, ressaltando a perspectiva do trabalho, as trajetórias dos trabalhadores ambulantes, como a pandemia impactou essa atividade e os desafios e apontamentos dos trabalhadores.

Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões do estudo, os resultados e objetivos alcançados, e sugestões para novas discussões. Tendo o entendimento que esse trabalho contribui para um futuro aprofundamento do debate sobre a informalidade, e teve como finalidade provocar novas reflexões a partir de sua realização.

2 A INFORMALIDADE E SUAS CONCEPÇÕES

FIGURA I - trabalhadores ambulantes no metrô do Recife



Fonte: Amorim (2023), registro do autor.

Neste capítulo inicial, proponho apresentar o contexto e as bases teóricas que promoveram o debate sobre a informalidade. Para isso, resgato as contribuições dos estudos pioneiros realizados por Keith Hart e sua missão em Gana, assim como às discussões promovidas pelas conferências da OIT, no período pós-guerra, que teve em vista formular um conceito operacional sobre desemprego para usá-lo nos países em desenvolvimento.

Em seguida, a discussão volta-se para a América Latina, destacando as contribuições do Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Destacando como essas instituições desempenharam papel fundamental ao analisar e acompanhar o crescimento da informalidade na região.

Posteriormente, o capítulo apresenta a informalidade no contexto brasileiro e destaca a importância de outros estudiosos, como o caso de Luiz Antônio Machado, Milton Santos, Francisco de Oliveira e Reginaldo Pandi, que ampliaram o entendimento do fenômeno da informalidade no Brasil. E evidência as análises

críticas sobre as dinâmicas do trabalho informal, associando-o aos processos históricos e socioeconômicos específicos do Brasil, como a desigualdade estrutural e a industrialização tardia.

Por fim, ilustram-se algumas perspectivas teóricas sobre a informalidade, a partir de uma visão dualista, estruturalista, neoliberal, voluntarista e marginalista. Além da apresentação da perspectiva adotada pelo estudo, uma análise da informalidade, a partir de teoria intersticial subordinada aplicada por Maria Cristina Cacciamali (1982).

2.1 Reflexões sobre o trabalho e a origem da informalidade

A informalidade é um termo polissêmico, utilizado como conceito, categoria ou noção, conforme a perspectiva e o campo de análise (Noronha, 2003). Ao longo do tempo, a palavra adquiriu inúmeras definições e conceituações, e veicula-se a noções como subemprego, trabalho ocasional, trabalho por conta própria e ao setor desregulado e frequentemente precário. Apesar das críticas sobre a perda da capacidade analítica e de compreensão estrutural do termo (Machado, 2003; Cacciamali, 2000; Barbosa, 2011; Dedecca e Baltar, 1997), a informalidade ainda se apresenta como uma importante perspectiva para compreender a dinâmica social e econômica no mundo do trabalho contemporâneo.

O conceito de informalidade tem suas raízes nos estudos atribuídos ao antropólogo Keith Hart, que em 1971 iniciou uma pesquisa sobre a estrutura produtiva e a situação laboral em Gana. Em seus trabalhos, Hart apresentou o termo “atividades econômicas informais”, para definir as atividades desreguladas pelo Estado. Com base em dados censitários na cidade de Accra, em meados de 1960, o antropólogo verificou que mais da metade dos trabalhadores da cidade não exercia atividades assalariadas. Em vista disso, Hart passou a investigar essas ocupações, tentando entender suas implicações sociais e econômicas, verificando se esse tipo de trabalho amenizaria, de algum modo, a miséria e a desigualdade social, e até que ponto essas ocupações eram benéficas ou não para o mundo do trabalho (Hart, 1973).

Lançando-se dessas indagações iniciais, Hart então passa a diferenciar as atividades formais e informais na perspectiva do assalariamento e do autoemprego, observando também a inserção, estabilidade financeira e trabalhista, e as formas de

reprodução do trabalho (Rabossi, 2019). Ao definir a distinção, do setor informal e formal, o autor afirma que o trabalho informal seria todo o trabalho não regulado por leis e praticado de maneira autônoma, não garantindo aos trabalhadores o reconhecimento do Estado, negando-lhes acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social. Por outro lado, o trabalho formal seria todas as atividades assalariadas reguladas pelo Estado, garantindo os direitos básicos aos trabalhadores (Hart, 1973).

O processo de informalização, segundo o antropólogo, é resultado das implicações da industrialização em todo mundo, marcado pela desvalorização do salário, alta inflação, barateamento da mão de obra, exploração do trabalho e crescente excedente da força de trabalho. Promovendo um processo de exclusão de trabalhadores do mercado formalizado, levando-os a criar seus próprios meios de sustento na economia informal (Rabossi, 2019).

Todavia, de acordo com Hart, essas atividades não deveriam ser tratadas como um problema em si, tendo em vista que o crescimento econômico por si só não garante a geração de emprego formalizado a todos. Logo, um de seus objetivos com o estudo era evidenciar que as atividades informais não eram nada casuais para boa parte da classe trabalhadora. Para ele, essas atividades estão alicerçadas em uma rede de cooperação, tendo uma organização e funcionamento diferente do tradicional mercado de trabalho formalizado. Apesar da maior insegurança na informalidade, uma vez que não garantiria direitos e seguridade social, seria uma forma de atenuar o crescente desemprego, especialmente nos países subdesenvolvidos, ponto de partida para sua pesquisa (Hart, 1973).

A incorporação da noção de informalidade pela OIT ocorreu após a apresentação da ideia por Keith Hart, em 1971, durante uma conferência sobre emprego. Em sua pesquisa, Hart observou que, em Gana, as pessoas recorrem a meios alternativos para complementar sua renda ou garantir a subsistência, devido ao agravamento das condições de vida e de emprego. Esse fenômeno ocorreu em um contexto em que o emprego formal não estava disponível para todos os trabalhadores dos países em desenvolvimento (Benanav, 2019).

La idea de una ‘economía informal’ surgió del deseo de comunicarse con los economistas del desarrollo a inicios de los años 1970, desde la perspectiva de mi investigación etnográfica en un barrio de una ciudad de África Occidental. [...] Mi objetivo era mostrar que las actividades económicas

autoorganizadas, emergiendo de la vida cotidiana de las personas, por más irregulares e inadecuadas que pudieran parecer, deberían modificar las percepciones de la economía presente en el discurso del desarrollo. (Hart, 2006, p.1 apud Rabossi, 2019 p.800).

O Estudo de Hart demonstrou aos economistas desenvolvimentistas que essa forma de se organizar economicamente era algo que emergia das pessoas, e que por mais inadequado ou irregular que parecesse, era como esses indivíduos conseguiam sobreviver. Além disso, seu estudo rompe com a noção de desenvolvimento da época que definia os setores da economia em moderno e atrasado.

A abordagem desenvolvimentista dualista predominante na época propagava a ideia de um deslocamento de trabalhadores do setor tradicional para o setor moderno, motivado pela atratividade dos melhores rendimentos disponíveis no setor urbano-industrial. Essa lógica, talvez, poderia ser empregada nos países desenvolvidos, como apontam Chahad e Cacciamali (2005), contudo a realidade dos países subdesenvolvidos era outra. Na América Latina e África, por exemplo, o setor industrial moderno não tinha condições de incorporar toda a classe trabalhadora que o buscava. Assim, os trabalhadores que migraram do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida e um emprego que lhes garantisse direitos trabalhistas, tiveram que buscar novas alternativas através do autoemprego.

Desse modo, o antropólogo desenvolve um estudo pioneiro que ajudou a fomentar o debate da informalidade. Ao confrontar pressupostos de ideias desenvolvimentistas, propõem um novo prisma de análise para o campo acadêmico. Seu trabalho representa “a antítese à economia moderna conduzida pelo estado que ainda não tinha encontrado seu nome acadêmico” (Hart, 2010, p. 145). Assim:

Hart explorar las causas y las dinámicas de esa diversidad: la distribución desigual de las oportunidades para los diferentes grupos étnicos, la diferente exposición a las reglas coloniales y a la educación occidental, los patrones restrictos de circulación de la información, y la conformación de nichos étnicos. (Rabossi, 2019, p.799).

Embora Keith Hart tenha apresentado suas teses em 1971, somente em 1973 foi publicado o seu artigo que introduz o termo “setor informal” para falar de oportunidades formais e informais de ingresso no mercado de trabalho. Entretanto, em 1972, a OIT utiliza o conceito de setor informal e utiliza em seu relatório sobre

sua missão no Quênia sem sequer referenciar Keith Hart². Além de usar o termo sem referenciar, utiliza de maneira inadequada, visto que trouxe uma rigidez ao reforçar a ideia do dualismo (Rabossi, 2019).

Apesar da controvérsia pela autoria conceitual, a aplicação do termo da informalidade pela OIT, com uma abordagem mais neutra para descrever tais atividades, ocorreu após o desuso do termo “setor tradicional” e “setor moderno”. A antiga dualidade deixou de capturar a complexidade do mercado, pois continha um juízo de valor mais evidente. A aplicação do novo termo seria também representou uma forma de superar as limitações da conceituação estatística e dos impasses políticos (Benanav, 2019).

Ao aprofundar seu estudo em Gana, Hart busca analisar uma variedade de atividades antes menosprezadas ou pouco reconhecidas no debate acadêmico. Tecendo o esforço de distinguir o formal e informal, e, ao mesmo tempo, romper com a argumentação econômica desenvolvimentista que cunhava o termo moderno e atrasado, sem tratar o fenômeno de maneira clara e objetiva.

Apesar de ser considerado o pioneiro no debate, concomitante a ele, tiveram outros pensadores importantes que refletiram a informalidade em outros contextos no mundo, como o caso do brasileiro Luiz Antônio Machado da Silva. Reconhecido como pioneiro no debate da informalidade no Brasil, através da sua dissertação intitulada *Mercados metropolitanos de trabalho e marginalidade* (1971), o autor já analisava a informalidade e teoriza as primeiras distinções para compreensão do mercado formal e do mercado informal, como veremos posteriormente.

O debate iniciado por Hart, ao longo do tempo, foi amplamente explorado e ganhou novas dimensões graças às contribuições da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT desempenhou um papel fundamental na disseminação e no fortalecimento da terminologia jurídica e social associada ao tema. Além disso, foi essencial para ampliar os horizontes das discussões, incorporando novas perspectivas e permitindo a inclusão de diversos atores e instituições relevantes no debate, como veremos a seguir.

² Em entrevista ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Keith Hart comenta que, ao se apropriar do termo e não o mencionar como criador dessa definição, a situação promoveu um escândalo. Ele afirma, “muita gente havia participado do congresso, e sabiam que aquela ideia era minha, e que aqueles outros não tinham feito referência a mim no seu livro. Então começaram a escrever artigos dizendo que Keith Hart havia inventado o setor informal” (p.319). **Entrevista com Keith Hart.** in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 371-394, jan./jun.2016.

2.2 A difusão conceitual da informalidade e as contribuições da Organização Internacional do trabalho (OIT)

Após a Segunda Guerra Mundial, houve vários esforços com diversos países para construir uma estratégia de restabelecimento da ordem mundial e reequilíbrio da qualidade de vida e do mercado de trabalho. Essa mobilização teve em vista a construção de um Estado de bem-estar social, pautado principalmente pela implementação de proteções universais, especialmente na Europa. Nesse contexto, em 1969, a OIT lança o Programa Mundial de Emprego, World Employment Programme (WEP), com objetivo de concentrar esforços para o desenvolvimento do trabalho. Este programa estabeleceu três eixos de ação: incentivo à investigação do mercado; projetos setoriais; e missão para o desenvolvimento do trabalho (Rabossi, 2019).

Em 1972, quase concomitante à Hart, a OIT inicia suas missões interdisciplinares sobre estratégia de emprego no Quênia (na África) e no Irã (Oriente Médio). Posteriormente, ampliou seu campo e incluiu missões similares nas Filipinas (Ásia), na República Dominicana (América Central), dentre outros países tidos como subdesenvolvidos³. Todas as missões foram realizadas e financiadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essas missões foram coordenadas pelos professores Hans Singer e Richard Jolly, do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, da Universidade de Sussex. Todavia, as primeiras missões realizadas no Quênia atraíram o protagonismo do debate sobre o problema do emprego (ILO, 1973).

Seguindo passos semelhantes de Hart, a missão concentrou-se em analisar o setor informal, marcado pelo não reconhecimento governamental e por uma estrutura diferente da dinâmica dos mercados convencionais. Através do relatório do Quênia, podemos constatar que as características do setor informal consistiam em empresas e indivíduos urbanos realizando uma ampla variedade de atividades econômicas. A maioria dessas atividades era realmente economicamente eficiente e lucrativa. O problema, conforme Benanav (2019), é que muitas dessas atividades

³ No início programa contemplou mais de 26 projetos em grande escala financiados pela PNUD sobre responsabilidade da OIT, dividido em grupos de trabalhos que tinham a função de levantar dados sobre o mundo do trabalho e busca alternativos para postos de trabalhos mais produtivos, inclusivos e apontamentos para políticas públicas mais eficientes (ILO, 1973).

eram ilegais, o que promovia um impedimento legal para realização desse tipo de trabalho.

Ademais, a OIT, ao longo desse período, adotou outros conceitos importantes, porém passaram a ser insuficientes para análise do mercado moderno, a exemplo do conceito desemprego. Isso porque nem todas as pessoas fora do mercado formalizado estavam, de fato, desempregadas. O uso desse conceito, sem considerar os trabalhadores informais, gerava uma exclusão analítica de indivíduos que exerciam algum tipo de atividade laboral. Tendo em vista que uma parte minoritária da economia era organizada por meio de trabalho assalariado; a maioria dos trabalhos ocorriam em modalidades informais, seja eles por conta própria ou trabalho familiar não remunerado; existia uma difícil identificação do espaço situado entre o desemprego e o pleno emprego; por fim, havia limitações nas construções estatísticas ou na retificação desses dados por meio de ações governamentais (Benanav, 2019).

A OIT estava atenta às dificuldades estatísticas e políticas e, por isso, buscava desenvolver novos conceitos operacionais que pudessem refletir de forma mais precisa a realidade e a complexidade do mundo do trabalho. Nesse contexto, a organização iniciou um projeto de elaboração de estatísticas internacionais, que visava revisar os conceitos e parâmetros estabelecidos até então. No entanto, os níveis crescentes de “subutilização da mão-de-obra” nos países em desenvolvimento ameaçaram este projeto.

O termo subemprego⁴, amplamente utilizado para se referir a indivíduos que desempenhavam alguma atividade remunerada, apresentava também limitações, segundo Barbosa (2011). Tendo em vista que o conceito pressupunha que esse indivíduo tinha uma jornada de trabalho reduzida e que sua renda refletia adequadamente ao exercício de seu trabalho, o que nem sempre correspondia à realidade.

Antes de adotar a informalidade, a OIT havia incorporado o termo desemprego disfarçado⁵, que também deixou posteriormente de ser empregado, pois:

⁴ A OIT tentou padronizar um conceito de desemprego disfarçado chamado de subemprego.

⁵ Conceito desenvolvido em 1936 pelo economista britânico Joan Robinson, para tornar a teoria de Keynes mais aplicável a exemplos do mundo real, os desempregados não ficavam parados. Pode-se, dessa maneira, apontar como elementos: trabalhadores antes em empregos de alta produtividade, passaram a empregos de menor produtividade. Havia um esforço em identificar essa situação e promover a realocação para empregos de alta produtividade.

À medida que as populações mudaram de ambientes rurais para urbanos, muitas pessoas continuaram a trabalhar por conta própria, para si mesmas ou como mão-de-obra familiar não remunerada. Eles desempenhavam uma série de atividades econômicas com baixos rendimentos e, portanto, parecia estar preso em um espaço liminar entre o desemprego e o pleno emprego, que provou ser difícil de esclarecer por meio de construção estatística ou de retificar por meio de ação governamental (Benanav, 2019, p.106).

O Projeto de elaboração de estatísticas da OIT deparou-se com um quadro de níveis crescentes de desemprego nos países menos desenvolvidos, Least developed countries (LDCs). Desse modo, esses locais requisitavam urgentemente melhores políticas de empregos, e diante do aumento de inserção de indivíduos em trabalhos não registrados, dificultava-se a medição das formas de ocupações existentes.

A OIT, atenta às adversidades estatísticas e conceituais, buscou, assim, desenvolver um conceito operacional, após intensos debates na Conferência Mundial de Emprego (WEC), realizada em 1976. Desde então, passou a alçar o termo “emprego no setor informal”, assim como o conceito já encunhado por Hart, visava abranger esses postos de trabalhos não formais que se ampliavam cada vez mais. Ao definir o setor informal, a OIT pontuou:

O setor informal, ao contrário de ineficiente e estagnado, propicia uma vasta gama de produtos competitivos em virtude dos seus baixos custos e da tecnologia utilizada. [...] A descoberta do “setor informal” poderia inclusive permitir que se corrigisse a estratégia de emprego embutida no modelo de substituição de importações, o qual apontaria para a piora da desigualdade de renda, o uso de tecnologia intensiva em capital, subutilização da capacidade produtiva e desincentivo às exportações (OIT, 1972, p. 19-18).

A consolidação do termo evidenciou que a informalidade já era uma realidade concreta para milhares de indivíduos e, em vista disso, o debate sobre a informalidade precisava ampliar suas investigações. Tendo em vista que o mercado formal não conseguia mais abrigar todos os indivíduos em um contexto neoliberal, cada vez mais predatório, então, como o mercado de trabalho poderia gerar novos postos de trabalho para os trabalhadores excluídos das atividades capitalistas tradicionais?

Para Hart, a informalidade foi uma alternativa encontrada pelos indivíduos perante a inércia do Estado, e esse tipo de atividade tenderia a se consolidar e

ampliar ao longo do tempo. Já a definição do setor informal, realizada pela OIT, resultou na ampliação dos critérios de definição realizados por Hart, avançando, mas alterando o rumo do debate. Por vezes, prestigiando visão romântica da informalidade, ignorando o processo de precarização das relações de trabalho, inclusive, passou a exaltar algumas medidas de desregulamentação de leis trabalhistas (Barbosa, 2011).

Todavia, o relatório da OIT apresenta a informalidade como um setor economicamente eficiente, utilizando poucos recursos tecnológicos e capital, onde o trabalho intensivo e os vínculos cooperativos são característicos da atividade (OIT, 1972, p. 6). Ao definir a importância da informalidade, o mesmo relatório destaca a relação entre o informal e formal, e tece críticas à visão do senso comum de classificar a informalidade de maneira negativa ou algo que deve ser combatido. Assim:

As atividades informais consistem agora numa certa “maneira de fazer as coisas”, ou seja, num modo de organizar a produção, caracterizado pela ausência de barreiras à entrada, dependência de recursos locais, propriedade familiar, pequena escala de operações, intensivas em mão de obra e com tecnologia adaptada, contando com qualificações adquiridas fora do sistema escolar e atuando em mercados competitivos e desregulados. O setor formal, por outro lado, define-se pela negação desses pressupostos (OIT, 1972, p. 6)

Assim, as primeiras definições realizadas pela OIT caracterizam a informalidade por baixos investimentos e rendimentos de capital, geralmente constituído por negócios individuais ou familiares; tendo um alcance local e de pequena escala. Tem o trabalho intensivo como principal motor da atividade, que detém uma grande competitividade e um ambiente desregulamentado, com uma mão-de-obra com baixa qualificação profissional e com baixo suporte tecnológico. O foco da OIT era encontrar uma forma mais ampla de se medir a informalidade para uso dos relatórios governamentais (Alves, 2001).

Estudos posteriores ao relatório do Quênia realizado pela OIT lançam dúvida sobre a noção de que o não registro poderia servir de base para uma definição. Visto que algumas empresas de pequena escala conseguiram adquirir reconhecimento por parte dos governos. Assim, o setor informal deveria ser definido de outra forma.

O conceito de setor informal, através do debate na OIT, passa por uma

modificação sutil: agora não se referia mais à falta de reconhecimento legal, mas sim à ausência de contratos explícitos e registros escritos de trabalho. Assim, ampliou-se o escopo do ‘trabalho informal’, foram incluídos outros segmentos no guarda-chuva da informalidade, como o exemplo, de empresas de empregadores informais que contratam funcionários regulares, microempresas e trabalhadores agrícolas (Benanav, 2019).

Décadas depois, particularmente em 1993, na 15^a Conferência de Estatísticas do Trabalho (CIET), estabeleceu alguns parâmetros de mensuração da informalidade, visando sistematizar dados, definições e metodologias de análise da informalidade. Ela tornou-se a primeira norma estatística internacional sobre o tema, tendo como o primeiro passo considerar a informalidade como um conceito de política e análise que não estava contemplado nas estatísticas tradicionais (OIT, 2013, p.2). Expresso no parágrafo 5^a da resolução da 15^a CIET aponta que:

El sector informal puede describirse en términos generales como un conjunto de unidades dedicadas a la producción de bienes o la prestación de servicios con la finalidad primordial de crear empleos y generar ingresos para las personas que participan en esa actividad. Estas unidades funcionan típicamente en pequeña escala, con una organización rudimentaria, en la que hay muy poca o ninguna distinción entre el trabajo y el capital como factores de producción. Las relaciones de empleo – en los casos en que existan – se basan más bien en el empleo ocasional, el parentesco o las relaciones personales y sociales, y no en acuerdos contractuales que supongan garantías formales (OIT, 2013, p.2).

Essa resolução adaptou a noção de economia informal como um conceito estatístico, ampliando sua concepção e englobando novos tipos de atividades informais anteriormente não contempladas. Passou-se a incluir, ademais, atividade agrícola em pequena escala, o serviço doméstico, dentre outras atividades que não são formalizadas e eram excluídas da mensuração da informalidade. Para isso, a economia informal passou a ser definida conforme os termos das unidades de produção, ou seja, empresas, e esses trabalhadores passaram a ser classificados como empregados no setor informal a partir das características dessa unidade de produção realizada (OIT, 2013).

Apesar do avanço, afirma Chen (2012), a definição adotada pela resolução tinha alguns limites, como, por exemplo, considerar as ocupações ocasionais, atípicas e precárias no setor formalizado. Na 17^a CIET, em 2003, foi construído uma

ampliação de como mensurar e analisar a informalidade, quando se recomendou que “la definición y la medición del empleo en el sector informal debe ser complementada con una definición y medición del empleo informal” (OIT, 2013 apud CSO, 2001, p.25).

Assim, essas conferências e novas resoluções, promovidas pela OIT, possibilitaram constituir estatísticas mais precisas e completas para analisar as dimensões da economia informal. Bem como apontar caminhos para viabilizar políticas públicas efetivas para a promoção do desenvolvimento econômico e institucionalização de leis para proteger as categorias dentro da informalidade. E assim, atender questões historicamente negligenciadas pelo Estado, na busca pelo trabalho decente e seguro a toda a classe trabalhadora.

No tópico a seguir, será apresentado o enfoque da informalidade no contexto da América Latina, que teve como protagonistas as contribuições do PREALC e CEPAL. Destaca, também, as particularidades históricas latinas, marcadas por uma industrialização tardia e um grande excedente de mão-de-obra, além da dinâmica de urbanização que constituiu uma disparidade entre o rural e o urbano.

2.3 O enfoque da informalidade na perspectiva da América Latina

No final da década de 1960, em meio à depressão econômica e expansão da informalidade em todo o mundo, o centro do debate iniciado na África se difundiu na América Latina com a instituição do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) pela OIT. O programa promoveu novos estudos sobre o desenvolvimento econômico na região, tendo o propósito de constituir estratégias para a geração de empregos decentes, visando a garantia de direitos sociais e empregos com melhores condições de remuneração (Krein & Proni, 2010).

Os estudos iniciais foram orientados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), afirmavam que, mesmo com o desenvolvimento econômico no contexto latino, as condições de trabalho permaneciam precárias, principalmente nas regiões rurais. Desse modo, os estudos liderados pela Cepal deveriam refletir como reverter essa situação ao estabelecer novos parâmetros e diretrizes para reestruturar o mercado laboral. Diante das condições sócio-históricas estruturantes da América Latina, além da questão do desemprego, os maiores problemas residiam nas condições estruturais do mercado de trabalho, que

evidenciava postos de trabalho precários e mal remunerados. Ademais, a grande concentração de renda e desenvolvimento econômico constituía uma disparidade social que refletia nas relações de trabalho.

Assim, na perspectiva do PREALC, a expansão da informalidade na América Latina e Caribe, teria sido resultado do excedente da mão-de-obra de trabalhadores que migraram do campo para a cidade no pós-Segunda Guerra Mundial, diante de um processo de industrialização tardia (Veras, 2011). A informalidade, como afirma Krein & Proni (2010), seria um “colchão amortecedor” ou, como afirmou Marx, “um exército de reserva”, totalmente funcional para a dinâmica do capital. Como escreveu Marx:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital” (MARX, 1982, p. 738).

Assim, a disparidade no contexto latino fomentou uma superexploração da mão-de-obra, na medida que o processo de industrialização incorporou apenas uma parcela da população inserida nos grandes centros urbanos. Ademais, a heterogeneidade estrutural estabelecida pelo mercado de trabalho na América Latina configurou uma dicotomia entre o urbano, em processo de industrialização, e o rural, com a atividade campesina. O fenômeno do êxodo rural promoveu o deslocamento da força de trabalho do campo para as zonas urbanas, atraídas pelas oportunidades oferecidas pela indústria (Oliveira, 1987). Como consequência, as zonas urbanas passaram a receber trabalhadores que, com o passar do tempo, tornaram-se excedentes da indústria, tendo que buscar novas oportunidades em vias de trabalho por conta própria.

A análise da informalidade na América Latina, realizada pelo PREALC, mostrou uma maior complexidade sobre o fenômeno. Segundo Tokman (1995), adotaram-se ao menos duas perspectivas sobre a informalidade. A primeira está relacionada à questão da sobrevivência, uma vez que o mercado de trabalho não conseguiria inserir todos os trabalhadores, evidenciando um excedente de mão-de-obra. Já a segunda perspectiva, aponta a globalização e o processo de descentralização produtiva, a nível global, como responsáveis por essa informalização, pois essa nova dinâmica passou a estimular a informalização do

trabalho através da flexibilização e subcontratação da mão-de-obra, aumentando exponencialmente as formas de contratos não registrados.

Na América Latina, onde as principais ocupações dos últimos tempos se concentravam no mercado não institucionalizado, tem como características do desenvolvimento do mercado industrial um caráter oligopolista, na medida que, foi estabelecido para atender um mercado de bens e consumo pequeno e altamente diversificado (Oliveira, 1987). Essas empresas são constituídas, principalmente, por filiais de empresas multinacionais, cujo objetivo é expandir sua produção e locais mais econômicos para produzir, de olho na lucratividade e na expansão de consumo.

Na 78^a Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em 1991, diante da preocupação com o aumento do desemprego e elevação de trabalhos precários e flexíveis, foi formulado estratégias para modernizar o setor informal, uma tentativa de estender direitos trabalhistas e seguridade social para a classe de trabalhadores excluídas do mercado formalizado. Nos anos seguintes, na 15^a International Conference of Labour Statisticians, de 1993, houve uma tentativa de padronização internacional do método de classificação das atividades econômicas informais, mas sem muito sucesso, persistindo algumas discordâncias em relação à padronização e generalização conceitual, bem como, seria classificado as diversas atividades na economia não formal (Krein & Proni, 2010).

Desde então, a OIT, a partir de 1998, passou a adotar a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, e implementou a campanha a bandeira do trabalho decente. Concentrando os esforços para difundir a ideia do trabalho decente, não mais vendo a informalidade como um problema a ser combatido, e sim, encontrar maneiras de torná-lo um trabalho em condições dignas a todos que se inserirem na informalidade.

Na 90^a Conferência Internacional do Trabalho, em 2002, adota-se o termo economia informal, reconhecendo sua dimensão social e política. Ao contrário da perspectiva dualista muito utilizada ao longo do debate, a discussão passa a considerar distintos graus de formalização na estrutura econômica, havendo então um processo de informalização que parte de múltiplas perspectivas encontradas no mundo do trabalho (Cacciamali, 2000). Com essa ampliação, o termo passou a incluir novas categorias:

- a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador

em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) micro empregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária (Krein & Proni, 2010, p.12).

Visto isto, além de incluir novas categorias, a 90^a conferência teve o esforço de buscar caminhos para promover o trabalho decente, constituindo medidas para a elaboração de políticas públicas articuladas com o propósito de reduzir a vulnerabilidade social, as precárias condições laborais, e a erradicação da pobreza (OIT, 2002).

Nas décadas seguintes, o debate sobre a informalidade pauta-se sobre a relação entre a pobreza e informalidade, à medida que expande gradativamente essa modalidade de trabalho no mundo todo. Com o tempo, os debates promovidos por Sethuraman (1976), Singer (2003) e Tokman (2004) passaram a destacar que a informalidade se estabelece de maneira cada vez mais sólida no mundo capitalista, resultando na formação de uma classe de subproletariados que carece de direitos e de segurança social. Esses estudos evidenciam a persistência da informalidade como uma característica intrínseca das dinâmicas laborais contemporâneas.

2.4 O debate da informalidade no contexto brasileiro

No Brasil, no qual as condições de trabalho são historicamente precárias e superexploradas, cujas proteção social e industrialização estabeleceram-se em condições tardias, evidencia-se uma disparidade no mundo do trabalho entre os trabalhadores do campo classificados de “atrasados” e os da cidade “moderno” (Antunes, 2002). Ademais, as desigualdades regionais configuraram no país dinâmicas distintas no mercado de trabalho, marcada pela concentração de renda nas regiões mais desenvolvidas e pelo pauperismo da classe trabalhadora nas demais áreas.

No final da década de 1960, surgiram os estudos científicos (Hart, 1973; Machado da Silva, 1971), que passaram a discutir conceitos alternativos que conseguissem captar com mais precisão esse fenômeno no mundo do trabalho. No Brasil, a partir dos anos de 1970, o setor informal urbano se tornou objeto de

investigação no país, com grandes contribuições de análises teóricas voltadas para a realidade brasileira (Veras, 2011).

Uma das contribuições pioneiras no debate da informalidade no país é a do Luiz Antônio Machado da Silva, que, em 1971, desenvolveu sua dissertação de mestrado intitulada “mercados metropolitanos de marginalidade”. Sua obra foi publicada concomitantemente ao estudo realizado por Hart, e apesar de seu pioneirismo, não alcançou a mesma notoriedade à época.

No período, de acordo com Machado (2003), os grandes estudiosos da teoria da modernização⁶ afirmavam que o desenvolvimento urbano-industrial nas grandes metrópoles iria realizar um processo de assalariamento do trabalho. À medida que a economia urbana se expandisse gradualmente, acreditava-se que a informalidade seria “naturalmente” reduzida.

De outro lado, a teoria da dependência⁷, pautada por uma leitura crítica e marxista, acreditava que as contradições no desenvolvimento da acumulação capitalista geraram um excedente de trabalho, constituindo uma “massa marginal” na sociedade. Porventura, diante da tese da superexploração do trabalho, contrapondo a perspectiva dualista e marginal, acreditava na existência de uma relação de subordinação da informalidade em relação à lógica de acumulação do capital, ampliando a proporção de trabalhadores não formalizados e postos de trabalho precários. Essas teses deram o tom das primeiras inferências sobre a informalidade no país.

Em seu estudo, Machado (1971) afirma que, para entender o fenômeno da informalidade no Brasil, teria que desconsiderar a situação do setor informal nos países centrais, visto que se tratava de contextos sociais e grau de regulação e proteção estatal distintos. Em sua análise, ele verificou a existência de dois mercados: formalizado (MF) e não formalizado (NMF), afirmando que ambos os segmentos são institucionalizados e diferenciados em função do grau de flexibilidade nas relações de trabalho. Segundo ele, existiriam alguns elementos de distinção entre os mercados.

⁶ A teoria da modernização foi utilizada para analisar o processo de modernização nas diferentes sociedades, e afirma que todas essas sociedades passariam por um percurso semelhante de desenvolvimento até chegar na modernização, representada pela industrialização.

⁷ A teoria da dependência surge em 1960, como crítica aos marxistas tradicionais, à visão da CEPAL, e à teoria da modernização. Para a teoria da dependência, existia uma relação de subordinação entre os ditos “atrasados” em relação aos “desenvolvidos”.

Desse modo, o formalizado (MF) seria constituído por proteção e definição legal do emprego, garantia a estabilidade e direitos trabalhistas, era mediado por uma estrutura burocrática e as relações interpessoais seriam limitadas ao exercício da atividade. Em contrapartida, o mercado não formalizado (NMF) é marcado pela distribuição de riscos, nenhuma garantia jurídica-institucional, recolhimento compulsório e laços de clientelas-familiares. De acordo com Machado (1971), a lei admite o reconhecimento do trabalho não-formal, mas o reconhecimento concreto é complexo e difícil, pois existiriam vários obstáculos de regulação do trabalho individual.

Sua contribuição implementou uma Inovação metodológica marcada pela análise focada na perspectiva dos trabalhadores, pois Machado pretendia com seu estudo reparar a “falta de vivência da realidade estudada” nos modelos analíticos vigentes que estudavam o capitalismo periférico sem considerar a periferia. Sua análise pautada no trabalhador ofereceu uma abordagem onde o mercado passa a ser analisado por dois tipos de empregadores: as firmas e os clientes. As firmas controlariam as jornadas de trabalho e os clientes demandam o estabelecimento e manutenção das relações.

Outro teórico de grande destaque no debate brasileiro, Milton Santos, através das suas obras *Pobreza Urbana* (1978) e *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979), apresentou os problemas estruturais e estatísticos no contexto brasileiro, rejeitando a expressão marginal e informal, e diante do debate de bipolarização do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, cunha dois circuitos econômicos, superior e inferior, que segundo ele, seriam estruturantes da economia mundial.

Essa tese dos circuitos econômicos, de Milton Santos, evidencia o esforço acadêmico de entender essa nova dinâmica econômica e as novas configurações do trabalho. Seus estudos trazem uma leitura da discussão abordada pelo PREALC, que consistia em analisar a economia através de circuitos econômicos inter-relacionados que constituíam uma hierarquia de funcionamento. O autor localiza o fundamento dos dois circuitos na estrutura do consumo, onde expressa:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e

aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação e da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (Santos, 2004, p.37).

Assim, os dois circuitos econômicos são constituídos diante da modernização tecnológica criada para beneficiar parcialmente parte da força laboral. E esses circuitos seriam definidos pelos conjuntos das atividades realizadas e pelas populações vinculadas a ele, ligadas principalmente pelo consumo. Ademais, sua diferenciação seria pautada por distinções tecnológicas e organizacionais (Santos, 2004).

Francisco de Oliveira (2003), em sua abordagem crítica à razão dualista, destacou a estreita conexão entre os setores formal e informal, percebendo-os como interdependentes. Segundo Véras (2011), essa ligação seria contraditória, complementar e, ao mesmo tempo, orgânica, sustentando e alimentando mutuamente as cadeias produtivas. Seu estudo enfocou a estruturação do processo de industrialização no país.

Em sua obra, Francisco de Oliveira (2003) faz uma analogia do Brasil com um ornitorrinco. Segundo ele, assim como o mamífero, o desenvolvimento no país não apagou os traços primitivos, estruturando um contexto de desigualdade social. O atrasado e o moderno constituem simultaneamente os modos produtivos do país, sendo difícil de entender e definir dado as suas especificidades sócio-históricas. Constituindo-se, assim, como um “animal estranho”, uma verdadeira “aberraçao da natureza”.

A pobreza no país apresenta um caráter funcional à dinâmica do capitalismo, transformando o exercício de reserva em um trabalhador funcional inserido na informalidade (Oliveira, 2003). O mercado informal, desse modo, não seria uma exceção, um desvio de padrão, mas sim uma via de regra na lógica do capital. Mantendo a pobreza, desemprego e miséria como elementos funcionais. Assim, contribuindo significativamente para a compreensão da acumulação capitalista e não capitalista no país.

Cabe também mencionar as contribuições de Reginaldo Pandi e a caracterização do trabalhador por conta própria, que parte da ideia de que a desigualdade regional no país constituiu formas diferentes de reprodução do capital,

da relação de produto e o conflito de classes. Algumas regiões, segundo o autor, eram verdadeiros celeiros de força de trabalho vivo para alimentar as regiões mais desenvolvidas (Pandi, 1978).

Constituído através da teoria da marginalidade, o trabalho por conta própria, segundo Pandi (1978), não seria propriamente interesse do capitalismo, pois, segundo ele, fomentar o trabalho autônomo seria uma aberração para a dinâmica do capital, exceto poucas situações transitórias. Em vista disso, o autor afirma que o trabalho por conta própria é mais presente nas regiões menos desenvolvidas do país (Norte e Nordeste), e que esse tipo de trabalho estaria em decrescimento comparado com o trabalho assalariado.

Por fim, Prandi seguindo as influências de Francisco de Oliveira, afirma que o trabalho, por conta própria, é reflexo do barateamento da mercadoria que contribui para o barateamento da força de trabalho. E assim, incluindo o trabalho autônomo como parte do processo de organização dos vários ramos da produção capitalista (Pandi, 1978).

A partir dos anos 2000, diante da reconfiguração econômica do Estado brasileiro, da baixa capacidade de geração de empregos e da permanência da informalidade, novos atores no cenário nacional passaram a examinar a informalidade, a exemplo de Cacciamalli (2000), Filgueiras, Druck e Amaral (2004); Theodoro (2002), Barbosa (2019), Tokman (2004), e outros.

Esses estudiosos passaram a adotar uma postura crítica à ampliação do conceito da informalidade, que, ao longo do tempo, foi perdendo sua capacidade analítica (Barbosa, 2019). Esse novo debate busca analisar o mercado informal por um processo de informalidade; pela precarização do trabalho; relacionando com as novas formas de produção; e, diante do processo de globalização e dos avanços tecnológicos, com o surgimento dos trabalhadores de aplicativos.

Essas contribuições desses autores constituem como o pontapé inicial para a fomentação do debate no país, especialmente por almejar analisar a informalidade no contexto brasileiro, mediante de suas dimensões e particularidade, atrelado à questão da desigualdade social e as formas de desenvolvimento produtivo do capital. Em vista disso, o tópico seguinte apresenta as principais correntes teóricas que debatem a informalidade ao longo do tempo.

2.5 As correntes teóricas e a utilização do conceito da informalidade

Com o tempo, a informalidade tem sido objeto de debate e análise por diversas correntes teóricas, levando em conta contextos variados e realidades sociais distintas. Diante das transformações econômicas e sociais, além das redefinições institucionais, emergem diferentes atores e estudos buscando debater o fenômeno sob múltiplas perspectivas.

Algumas dessas perspectivas consideram a informalidade como um caminho alternativo contra o desemprego (dualista); outras (legalistas/liberais) argumentam que a rigidez legislativa do Estado empurra os trabalhadores à realização de contratos não legais. Há também aqueles (estruturalistas/marginalistas), que enxergam a informalidade como um tipo de ocupação que amplia a precarização e vulnerabilidade da classe trabalhadora; como também, existem os que afirmam (visão intersticial e subordinada), a existência de um processo de informalização do trabalho em vista da reconfiguração econômica e política contemporânea (Krein, 2010).

Desde então, o debate conceitual passou a desenhar novos quadros teóricos, cada vez mais complexos, para tentar mensurar e entender o fenômeno. Com objetivo de refletir sobre os principais aspectos conceituais e teóricos sobre o debate da informalidade, esse tópico apresenta as principais abordagens da informalidade. Segundo algumas literaturas (Chen, 2012; Benanav, 2019; e Barbosa, 2021), é possível identificar ao menos cinco principais perspectivas analíticas da informalidade: a perspectiva dualista, a estruturalista, a legalista ou neoliberal, a voluntária e a marginalista.

2.5.1 A abordagem dualista

A cunhagem do termo “setor informal” realizada por Hart e adotada pela OIT ganhou ampla difusão na literatura, porém, ao longo do tempo, essa terminologia passou por constantes críticas e transformações, seja devido ao seu enfoque ou à perda de objetividade. Segundo Aaron Benanav (2019), muitas vezes os técnicos que realizaram as missões da OIT deixaram de considerar elementos importantes na construção conceitual e de análise da informalidade. Principalmente ao não capturar a real percepção da vida dos trabalhadores nos países periféricos, uma vez que os

pesquisadores iam mudando de conceito para conceito mesmo sabendo da diversidade de formas de trabalho, atividades remuneradas ou não remuneradas que estavam espalhadas pelo mundo.

Enquanto o desemprego nos países periféricos crescia cada vez mais, ainda havia parte dos técnicos da OIT que estavam preocupados com o aumento de empregos atípicos em economias ricas. Em vista disso, muitas correntes teóricas surgiram ao longo do debate, criticando um caráter dualista e sua falta de objetividade conceitual⁸.

Diante disso, a economia urbana passou a ser classificada por uma ótica dualista, que apesar do esforço de uma distinção, ainda, sim, era vaga e foi duramente criticada. O esforço principal foi de introduzir uma nova nomenclatura em substituição das antigas distinções tradicional-moderno⁹, já que a informalidade seria resultado de um fenômeno de modernização fruto dos novos processos de urbanização e das transformações produtivas (Sethuraman, 1976).

Esses dois setores evidenciam uma grande desigualdade, principalmente em relação à regulação do mercado e à garantia dos direitos trabalhistas e da segurança social. Segundo essa corrente, a informalidade é uma expressão presente nos países ditos “periféricos”, onde as economias estão em processo de desenvolvimento; com a ampliação da industrialização, haveria uma tendência de formalização do trabalho de maneira progressiva. No entanto, apesar de ser uma análise pioneira, como observa Krein (2010), o dualismo proposto por essa corrente teórica limitou a compreensão do conceito de informalidade. Atualmente, em um mercado dinâmico e multifacetado, evidencia-se uma economia integrada, e não mais bipartite.

Cada setor apresentaria uma dinâmica e características distintas, quase opositoras, como podemos evidenciar abaixo:

Figura II – Dualidade dos setores econômicos formal e informal

⁸ A visão dualista, segundo (Benanav, 2019; e Barbosa, 2021), acabava reproduzindo uma dicotomia analítica formal e informal, mesmo sabendo que essa dualidade não era concebida de forma estática, essa visão acabava limitando o panorama da informalidade. Principalmente, por estarem interligadas a dinâmica do capitalismo, e exercerem correlações.

⁹ Apesar da classificação formal e informal apresentar um teor mais neutro comparado ao respectivo termo, com o passar do tempo acabou assumindo as mesmas características. Visto que qualquer divisão das atividades de produção mostra-se arbitrário.



Fonte: elaboração do autor baseada na leitura de Machado (1971) Sethuraman (1979) e Hart (1973).

Atualmente, mesmo com o maior desenvolvimento e modernização das formas de produção, a informalidade segue sendo uma das principais fontes de ocupação tanto nos países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na contemporaneidade, ao contrário do que se imaginava através dessa abordagem, presenciamos novas formas de produções em processo de descentralização e flexibilização. Assim, ampliando as formas emergentes de emprego, como por exemplo, dos contratos através do CNPJ, do trabalho intermitente e até de relações trabalhistas sem vínculos.

2.5.2 A abordagem estruturalista

A abordagem estruturalista estaria fincada em duas vertentes: marxismo e o keynesianismo. Na América Latina, entre os anos 1970 e 1980, mediante as contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC), foi adotada uma visão mais próxima ao Keynesianismo (Matsuo, 2009). Essa concepção concentrava suas discussões na defesa do Estado como principal promotor do desenvolvimento

econômico, rompendo com a visão neoliberal de Estado mínimo.

A escola estruturalista, nas quais se destacam Portes, Castells e Moser, adota a análise da existência de subordinação entre a economia formal e informal, promovendo uma grande estrutura de exploração do trabalho. O capitalismo passa a promover um processo de desregulamentação laboral, incentivando a informalidade para reduzir os custos da mão-de-obra e aumentar a competitividade do capital (Chen, 2012).

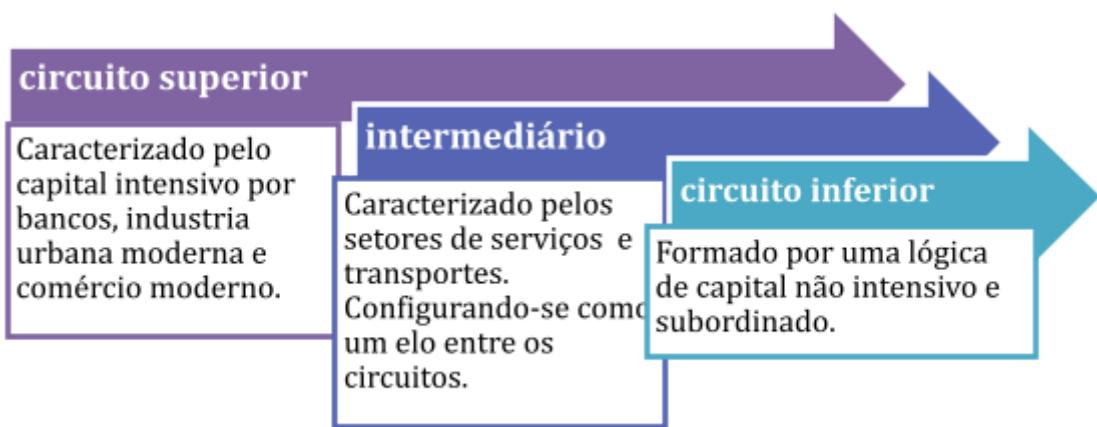
Segundo Castells e Portes (1989), a ampliação da economia global e a importação de modelos industriais de exploração do trabalho promove a deterioração da vida e do trabalho dos indivíduos, aumentando o desemprego estrutural, a instabilidade e a desigualdade social, com a fragmentação social e degradação do mercado de trabalho acelera-se o processo de informalização.

Assim, essa visão considerava o setor informal uma manifestação do excedente estrutural do mercado de trabalho. Logo, a estrutura produtiva origina dois setores distintos, porém relacionados. Acima estariam as ocupações formais, caracterizadas pelo capital intensivo e maior processo de modernização. E abaixo, um mercado informal de baixa produtividade exercido por trabalhadores independentes. No entanto, com a globalização e as novas dinâmicas do mercado, essa divisão tornou-se mais complexa, revelando uma sobreposição de características entre os setores formal e informal, com fluxos de trabalho mais fluidos e flexíveis.

Um dos grandes teóricos brasileiros representantes dessa corrente, Milton Santos (2008), afirma que o desenvolvimento econômico desigual propicia um processo excludente e fomenta uma relação de interdependência global. Essa hierarquização reflete diretamente no desenvolvimento do mercado, constituindo circuitos econômicos distintos e subordinados. Segundo ele, existe um circuito superior (formal), um intermediário (serviços), que seria um vetor de interação entre o superior e inferior, e o inferior (informal).

Esses circuitos se estabelecem em pólos opostos, mas mantendo um vínculo de interdependência. Ilustrado na figura abaixo:

Figura III - Hierarquização dos circuitos econômicos na visão estruturalista segundo Milton Santos



Fonte: elaboração do autor baseada na leitura dos Circuitos Econômicos de Milton Santos (2008).

Desse modo, os defensores dessa visão, ao contrário dos dualistas, apontam uma interrelação entre os setores, como aponta Santos (2008). Ademais, outro ponto comum é a afirmação de que as economias (formal e informal) estão vinculadas à lógica predatória do capital, que amplia a exploração e flexibiliza o trabalho. E em consonância, propõem o fortalecimento das regulações trabalhistas com o objetivo de minorar as desigualdades sociais e no mercado de trabalho.

2.5.3 Abordagem legalista ou neoliberal

A visão legalista ou teoria neoliberal parte do princípio de que a informalidade seria constituída por uma economia que contrapõe o Estado, promotor de um ambiente excessivamente burocrático e regulamentado. Os indivíduos, visando reduzir os custos, o tempo e a burocacia, constituem esse mercado. Desse modo, não cumprindo com a legislação trabalhista e nem arcando com a contribuição dos impostos governamentais (Chen, 2012).

Conforme as contribuições de Hernando Soto (2000), pioneiro e expoente da perspectiva neoliberal na América Latina, é o espírito empresarial que impulsiona o crescimento constante da informalidade. Esses indivíduos passam a enfrentar o Estado como forma de sobrevivência de seus empreendimentos, uma vez que, diante de tantas barreiras e burocacia, o mercado legalizado sufocaria esse ímpeto empreendedor. Soto (2000), relaciona o fracasso econômico às leis e instituições jurídicas, e seriam elas os principais responsáveis pelas crises e estagnação

econômica, em especial, da América Latina.

A informalidade, nessa ótica, não seria sinônimo de pobreza, como apontaram os marginalistas, e sim uma maneira de desenvolver o empreendimento sem as amarras do Estado. E assim, fomenta a ideia e incentiva o empreendedorismo tão presente na dinâmica laboral contemporânea. Ademais, Matsuo (2009) aponta que, segundo os neoliberais, as fortes intervenções do Estado desestimulariam a contratação de mão-de-obra no mercado formal, e essas empresas passariam a recorrer a métodos ilegais ou formas de contratações cada vez mais flexíveis e terceirizadas. Portanto, “os partidários dessa visão defendem a desregulamentação da economia, a redução do tamanho do Estado e as atividades ilegais” (Matsuo, 2009, p.42).

2.5.4 A abordagem voluntarista

Os fundamentos da interpretação voluntarista afirmam que a inserção desses indivíduos ocorreria de maneira espontânea na medida em que os próprios trabalhadores optam por trabalhar na informalidade, avaliando que esse caminho lhe oferece os maiores custos/benefícios. Principalmente, diante de um processo de desregulamentação trabalhista, tornando os empregos registrados menos atrativos, tendo em vista a redução dos direitos e seguridades sociais, e aumento dos procedimentos burocráticos (Vahdat et al., 2022).

A maior preocupação dentro dessa visão é em relação a uma concorrência desleal entre o setor formal e informal, visto que o primeiro detém uma forte carga tributária, enquanto o segundo não tem despesas nessa natureza por estar exercendo sua atividade de maneira ilegal perante o Estado.

2.5.5 A abordagem marginalista

Por fim, outra teoria de grande destaque na discussão da informalidade é a teoria da marginalidade, baseada no marxismo, tendo como representantes José Nun, Aníbal Quijano, José Reginaldo Pandi, Juan Pablo Pérez Sáinz, dentre outros. A abordagem marginalista identifica que o setor informal compõe um segmento marginal na economia, no qual os indivíduos não incorporados no mercado de

trabalho tradicional/capitalista, inserem-se na informalidade. Segundo Matsuo (2009, p.57):

A informalidade não seria uma característica de um setor do trabalho dentro do capitalismo, mas uma característica de um setor do Capital. Os desempregados e os subempregados tendem a constituir um complexo de atividades econômicas e de formas de organização com níveis de recursos, tecnologia e produtividade característica. O polo marginal é um complexo de atividades econômicas (não somente limitadas ao emprego no mercado de trabalho) constituído dentro do poder capitalista, cuja característica principal é o trabalho. Organiza-se, dessa forma, sem empresas e sem capitalistas, como uma “economia alternativa e popular”.

Na leitura de Quijano (2005), a população marginalizada é produto direto do excedente de trabalhadores, na medida que o mercado assalariado não consegue absorver toda a mão-de-obra disponível, e com a intensificação da globalização e inovações tecnológicas, aumenta-se o exército sobrante. Logo, como aponta Matsuo (2009, p. 57): “[...] A informalidade não seria uma característica de um setor do trabalho dentro do capitalismo, mas uma característica de um setor do capital”.

Em vista dessa breve comparação de perspectivas, percebe-se que a informalidade é um tema polissêmico, que, ao longo da história, assumiu inúmeras dimensões. E, mediante as novas configurações do mundo do trabalho, suscitam-se novas leituras e abordagens, e em vista disso, o respectivo trabalho adota uma abordagem intersticial e subordinada fundamentada por Cacciamali (2000). Com isso, pretende-se contribuir com a compreensão sobre a organização e relação do trabalho informal em um contexto de precarização, flexibilização e redefinição da morfologia laboral.

2.6 Processo de informalidade: uma abordagem intersticial e subordinada

Como visto anteriormente, o debate conceitual sobre a informalidade evidencia não haver um consenso sobre sua objetividade analítica, apontando que, nos últimos anos, tornou-se um conceito coringa. Ao abrigar todos os indivíduos e modalidades de trabalhos não-registrado em um mesmo guarda-chuva, não considerando sua heterogeneidade, torna a aplicação conceitual vaga, polissêmica e não operacional (Barbosa, 2009). Assim:

Em uma palavra, “seríamos todos informais agora”. Como se ao invés de se precisar a categoria informal, os pesquisadores insistissem em ampliar o seu nível de inespecificidade. Apesar das críticas sobre a suposta visão dicotômica ou dualista das abordagens da OIT dos anos setenta que informam a nova concepção, parece-nos que os autores acabam por inaugurar uma nova dualidade, entre protegidos e desprotegidos, sem esmiuçar os vários tipos de trabalhadores e de relações de trabalho que se encontram por detrás destas categorias, e tampouco as interações entre eles, também marcadas pela diversidade (Barbosa, 2009, p. 301).

Posto isto, levar apenas em consideração a seguridade ou não dos direitos sociais e trabalhistas ao analisar a informalidade, limita a capacidade de compreender o fenômeno, retalhando a discussão excluindo as implicações sociais e políticas no processo de informalização. Pois, devemos observar, o trabalho informal não se restringe a uma atividade de sobrevivência, tampouco, está desconectada da dinâmica de mercado capitalista.

Ciente disto, Maria Cacciamali (2000) acompanhando o debate informal e a consolidação do termo economia informal, propôs a utilização de um novo conceito, o qual denominou de processo de informalidade. Segundo ela, a reestruturação produtiva e as mudanças institucionais globais vêm promovendo uma reorganização no mundo do trabalho, modificando como os indivíduos se relacionam com o próprio trabalho. Essas relações estariam ficando cada vez mais flexíveis e precárias, sendo essa uma tendência apontada pelo capitalismo na contemporaneidade.

A fundamentação do processo de informalidade tem como base a heterogeneidade estrutural implementada pela CEPAL, que afirma a existência de uma combinação de diferentes níveis de produtividade em relação à mesma atividade que coexistem. Essa heterogeneidade pressupõe que a estrutura econômica é marcada por contradições significativas, apresentando diversos níveis de produção, e essa disparidade perpetua-se ao longo do tempo (Squeff & Nogueira, 2013).

Para podermos entender esse processo de informalidade, aponta (Cacciamali, 2000), que o primeiro passo é compreender o processo da informatização através da identificação dos elementos condicionantes da configuração de estrutura produtiva. Para a autora, analisar a conversão produtiva; internacionalização e expansão do sistema financeiro; a ampliação da abertura comercial das economias e a desregulamentação do mercado, é primordial para

construir uma objetividade analítica do fenômeno.

Denota-se, nesse processo de informalização, ao menos dois fenômenos centrais: a reformulação do mercado formalizado e o fenômeno do autoemprego (Cacciamali, 1983), que mediante de uma política de promoção do empreendedorismo e redução das legislações trabalhistas vem constituindo um processo de informalização do mercado de maneira geral, através de contratos de trabalhos que visam reduzir a responsabilidade empregatícia.

Logo, o respectivo trabalho parte da concepção que na contemporaneidade o mercado de trabalho para pôr um processo de informalização, e impulsiona a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. De acordo com Antunes (2020b), essa precarização afeta todos os setores econômicos, constituindo novas práticas de exploração do trabalho, e estabelece uma classe desprovida de futuro.

Conforme Souza (1980), o processo de acumulação capitalista tem a capacidade de criar, destruir e recriar os espaços econômicos¹⁰. Desse modo, a expansão da informalidade ocorre de maneira intersticial, em conjunto com o mercado formalizado propriamente capitalista. Desta forma, rompendo com uma visão dualista assumida pelas primeiras formulações do Prealc. Cacciamali, por sua vez, segue os mesmos passos das formulações de Souza e afirma:

Dessa maneira entendemos que não existe uma dicotomia entre o mercado de trabalho formal e informal, mas sim um continuum de situações que podem ser observadas tanto do lado da demanda como da oferta de trabalho. Do lado da demanda de trabalho, sucedem-se diferentes formas de contratação de acordo com o perfil de necessidades da empresa, algumas inclusive mistas, como por exemplo a contratação com carteira assinada, mas com sub-registro da remuneração, ou outras [...] dissimulando a relação de subordinação e de regularidade, que caracteriza o assalariamento ou a relação de emprego. Do lado da oferta de trabalho, as pessoas podem percorrer diferentes caminhos ocupacionais e formas de inserção, iniciando sua trajetória a partir de trabalhos sem remuneração, sendo empregado por meio de diferentes modalidades de contrato e intercalando essas relações de emprego com trabalho por conta própria. Esse fato no caso brasileiro nos remete à necessidade de redefinir as relações entre as diferentes categorias de inserção no trabalho, o direito laboral e a segurança social, de tal forma a abranger toda a trajetória ocupacional do indivíduo e a incentivar as empresas a gerarem empregos e atividades (CACCIAMALI, 2002a, p. 8).

¹⁰ A construção do espaço, sua reutilização e ressignificação se apresenta como uma questão importante dentro da informalidade, pois o espaço é vital para o desenvolvimento do comércio informal, como aponta (Gomes, 2002; Santos, 2008), sendo palco de constantes conflitos sociais.

Portanto, a informalidade, neste trabalho, é entendida como formas de organização de produção que é subordinada ao capitalismo, mas que ocupa os espaços intersticiais não ocupados pela forma tradicional assalariada (Cacciamali, 1982). Ao analisar a informalidade, deve-se observar também como o capitalismo vem se apropriando da informalidade e transformando ela em uma via de regra para uma parcela de trabalhadores excluídos do mercado formal. Logo:

O processo de informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento. (Cacciamali, 2000, p. 164).

As atividades informais são (re)criadas conforme a expansão e dinâmica do capitalismo, as atividades flexíveis e precárias é uma realidade cada vez mais presente no mundo contemporâneo, atingindo o mercado de trabalho de maneira geral, e marca as trajetórias laborais da classe trabalhadora. Com o advento tecnológico e com as novas modalidades de trabalho plataformizado e urberizado, evidenciamos o aumento da espoliação laboral¹¹, camuflada em relações de trabalho que não garantem direitos básicos aos trabalhadores, promovendo a liofilização do trabalho¹² (Antunes, 2016). Sendo assim:

Las actividades típicas del sector informal (como el trabajo no remunerado en una empresa familiar, el trabajo asalariado ocasional, el trabajo a domicilio y la venta en la calle) son las únicas oportunidades que tienen muchas personas pobres para satisfacer sus necesidades básicas de supervivencia. En los países en los que el seguro de desempleo u otras clases de beneficios sociales son inexistentes, la única alternativa al desempleo es incorporarse en el empleo en el sector informal. [...] incluso para estos trabajadores que se encuentran en mejor posición, con frecuencia, el empleo en el sector informal más que el empleo del sector formal es la única opción (OIT, 2013, p.3).

¹¹ A espoliação laboral, usada por Antunes (2016), retrata a intensificação da exploração da mão-de-obra de maneira mais intensa, violenta e abrupta.

¹² A liofilização laboral, conforme Antunes (2016), é a eliminação do trabalho morto e implementação de novas formas de extração da mais-valia, muito comum em trabalho por aplicativo nas novas configurações industriais.

Podemos então afirmar que a economia neoliberal se beneficia do crescimento da informalidade, e em vista dela, fomenta o processo de flexibilização do trabalho pois boa parte da população em todo o mundo já não se encontra dentro de relações laborais legalizadas. Entende-se por neoliberalismo, como um o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, que constitui valores básicos acerca do ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso (Lander, 2005).

Um processo que tem levado a diversas transformações em vários setores da sociedade, e em que cada sujeito é tido como o único responsável por tudo o que ocorre em sua vida. Nesse sentido, o discurso neoliberal produz o empreendedorismo, sustentando que cada pessoa deve encontrar de maneira individual uma solução para os dilemas enfrentados socialmente.

A partir do discurso neoliberal, surge a ideia do indivíduo não mais como um trabalhador, e sim, como um empreendedor ou trabalhador por conta própria. O discurso do empreendedorismo passa a caracterizar os indivíduos como proativo, inventivo, inovador, flexível, com senso de oportunidade e com grande capacidade de produzir mudanças. Contudo, ignora a deterioração das relações de trabalho, e a precarização crescente, deixando esses trabalhadores abandonados sem direitos e seguridades sociais (Lander, 2005).

Apesar do crescimento da informalidade na contemporaneidade, sua expansão de longe não constituiu uma solução para a escassez do desemprego estrutural. O que vemos hoje, é o aumento sem precedentes de indivíduos sem direitos e proteção social, se lançando em ocupações sem vínculos trabalhistas, dependendo exclusivamente de seus próprios recursos e de sua mão-de-obra. Tomando como parâmetro as definições da OIT (1991), que afirma:

El empleo informal abarca todas las situaciones en el empleo de los trabajadores: pueden ser empleadores, asalariados, trabajadores por cuenta propia, trabajadores familiares auxiliares (no remunerados) y miembros de cooperativas de productores. Aunque existe una gran heterogeneidad en las situaciones de los trabajadores con empleo informal, ellos comparten una vulnerabilidad básica, es decir, que deben satisfacer sus necesidades y depender de los acuerdos 'informales' (OIT, 1991, páginas 5-6).

O estudo toma como ponto de partida analisar o processo de informalidade por meio da percepção e trajetória dos indivíduos. Entende como percepção a

capacidade subjetiva do indivíduo de entender e interpretar o mundo, bem como, sua situação laboral no contexto da informalidade. A trajetória é definida através do percurso realizado por esses atores sociais, coordenados por um sistema pré-definido, no contexto do processo da informalidade, essas trajetórias se encontram em um lugar comum: no desenvolvimento da atividade informal, na medida que, ao longo do tempo, as oportunidades do mundo do trabalho vão afunilando as possibilidades de trabalho, restando a via informal (Telles, 2006).

O capítulo seguinte irá aprofundar a discussão da informalidade levando em consideração o contexto brasileiro, pernambucano e recifense. Enfatiza como as percepções e trajetórias dos trabalhadores são constituídas a partir de determinantes sociais que promovem a desigualdade laboral.

3 A CRISE DO CAPITALISMO E O MERCADO DE TRABALHO EM VIA DA INFORMALIZAÇÃO

FIGURA IV – estação central do metrô no Recife



Fonte: Amorim (2023), registro do autor

Neste capítulo, será apresentada a discussão sobre a percepção e trajetória laboral, destacando alguns elementos sócio-históricos que estruturaram a sociedade brasileira e influenciaram o desenvolvimento econômico desigual no país. Será analisado como esse processo impactou a formação do mundo do trabalho, além de refletir sobre questões como o desemprego, a precarização e flexibilização das condições de trabalho, bem como a informalidade, que se tornou uma realidade predominante para milhares de trabalhadores em todo o Brasil.

Posteriormente, apresenta o contexto pernambucano de desenvolvimento econômico, discutindo sobre as atuais transformações no Estado que ampliaram o número de trabalhadores excedentes. Ademais, ilustra-se o contexto da informalidade na cidade do Recife, apontando alguns elementos característicos do município que se desenvolveu juntamente com o comércio informal.

No último tópico, apresenta-se como a pandemia da Covid-19 impactou o mundo laboral, promovendo o aumento da vulnerabilidade social e pauperismo da classe trabalhadora. A ideia é evidenciar que esses efeitos continuam reverberando na realidade da classe trabalhadora, que luta até hoje para garantir condições dignas da reproduzibilidade laboral e da vida.

3.1 A construção da percepção e das trajetórias laborais

A percepção e trajetória laboral dos indivíduos são constituídas a partir das condições sócio-históricas, objetivas e subjetivas, nas quais estão inseridos. Essas pré-condições, a exemplo da ausência de oportunidades, baixa especialização profissional e vulnerabilidade social, orientam as condutas, individuais e coletivas, e estabelecem percursos laborais comuns (Rombaldi & Tomizaki, 2017).

Para entender como essas pré-condições atuam de maneira objetiva e subjetiva, o estudo retoma as contribuições de Bourdieu (2004; 2007), no qual afirma que os indivíduos enxergam e agem a partir das condições estruturais estabelecidas, constituindo um habitus. O habitus é concebido como um conjunto de esquemas fundamentais individualizados, constituído socialmente, e internalizado pelos indivíduos a partir das práticas e experiências sociais (Setton, 2002). Sendo assim:

[O habitus é] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983; apud Setton ,2002).

O conceito de Habitus de Bourdieu, não só considera as realidades individuais, como também, a construção coletiva na qual o indivíduo é inserido, e reproduz suas ideias, valores e práticas sociais. Em vista disso, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados (Setton, 2002).

Nas palavras de Bourdieu:

Produto da história, o habitus produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (Bourdieu, 2009, p. 90).

É indissociável pensar em um habitus sem levar em consideração o campo, conceito bourdieusiano. Conforme (Setton, 2002), o campo é o espaço das relações sociais, compostas por grupos distintos, que disputam o espaço de seu poder. Assim, “O campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo,

de dinheiro, de trabalho etc. [...] Todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, sendo condição de seu funcionamento". (Bourdieu, 1990, p. 126-128).

Logo, as ações dos indivíduos, para Bourdieu (2009), são mediadas pelo habitus e campo. Correlacionados a essas duas definições, podemos inferir, a partir do autor, a noção de estratégia. Ao longo do trabalho, aponta-se que a inserção na informalidade é motivada por múltiplos fatores, entre eles, a estratégia de sobrevivência. A estratégia, na concepção de Bourdieu, é definida como um conjunto de ações práticas estimuladas pelo habitus e campo que o trabalhador está inserido.

Em "a distinção", isso redundou na compreensão acerca do papel de capitais materiais e simbólicos na formação das classes sociais, bem como implicou considerar a relação entre condições de existência e trajetórias sociais na constituição de (pré)disposições a perceber, avaliar e agir frente à realidade social (Rombaldi & Tomizaki, 2017, p.722).

Desse modo, podemos afirmar que o indivíduo desempregado que não encontra mais espaço nos postos de trabalho formalizado, é estimulado a empreender ou trabalhar por conta própria para garantir sua sobrevivência, marcando as trajetórias dos indivíduos pautados pela vulnerabilidade social e exclusão do mercado de trabalho formalizado.

O mundo do trabalho informal é composto por um espaço dinâmico, com múltiplos atores sociais inseridos nele. Na realidade empírica do metrô, por exemplo, encontramos uma diversidade de atividades e indivíduos que comercializam as mais variadas mercadorias, desde produtos alimentícios até produtos tecnológicos e acessórios portáteis. O espaço comercializado, é construído e reconstruído constantemente pelos usuários dos transportes públicos, comerciantes e funcionários do metrô, como veremos na discussão empírica.

A utilização da abordagem de Bourdieu em relação à percepção e trajetória do indivíduo, se estabelece na medida que surge como necessidade compreender as condições estruturais que levaram esses indivíduos à informalidade, e entender como os trabalhadores percebem e constituem a dinâmica do comércio informal.

Nas colocações de Rombaldi & Tomizaki (2017), a ocupação laboral faz parte do percurso social que o indivíduo constitui ao longo de sua vida, e implica na sua percepção do trabalho. A abordagem adotada nos permite ponderar sobre a estrutura capitalista que promove o processo de informalização, como também, os fatos subjetivos que fizeram esses indivíduos buscarem a informalidade.

No tópico seguinte, o trabalho pretende evidenciar alguns fatos sócio-históricos que nos ajudam a compreender a estruturação do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela extrema desigualdade social, advinda de um processo de industrialização desigual. E ressalta alguns fatos históricos, importantes para a dinâmica do mundo laboral brasileiro.

3.2 As marcas das desigualdades sociais e o retrato do mundo do trabalho no Brasil

Ao propormos analisar um dado recorte da realidade, é indispensável refletirmos sobre alguns determinantes sociais que perpassam o tema investigado. Ao discutir sobre o trabalho e seu processo de informalização temos que considerar todo o processo sócio-histórico, que no Brasil, é marcado por uma colonização predatória e extrativista. Com a derrocada do império, culminou e consolidou um Estado oligárquico, enraizado em uma cultura escravocrata e autoritária, cujos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais ainda reverberam na sociedade brasileira contemporânea. (Cardoso, 2010). E assim:

A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se da sobreposição de diferentes hierarquias sociais: de cor, religiosa, de status social associado à propriedade, de dominação material e simbólica, numa mescla de sentidos que apontam, todos, para o mesmo conceito: a degradação manual do trabalho. Ou, de maneira mais enfática: a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. (Cardoso, 2010, p. 66).

Ao vislumbrarmos o percurso histórico do país, identifica-se que o passado colonial e escravocrata brasileiro deixaram fissuras irreparáveis no tecido social, promovendo desigualdades econômicas e sociais que refletem até hoje. A escravidão, segundo Cardoso (2010, p. 65):

Não foi apenas a negação do escravo como pessoa (sua coisificação). Foi sua recorrente negação como ser vivo. Está-se falando de séculos de horror, e que a escravidão como dilapidadora de corpos negros e cativos e corruptora das mentes de seus senhores[...].

Em passos lentos, a escravidão foi abolida no Brasil 1888, fruto de pressões externas e internas que já não admitiam mais a mão cativa como recurso para

exercer o trabalho verdadeiramente pesado. Sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, a transição para a libertação não foi amparada por nenhuma política efetiva de reparação histórica das desigualdades estabelecidas. Desse modo, se mantiveram as estruturas sociais de dominação e subordinação, traços marcantes da constituição do Estado Brasileiro (Vahdat, et.al, 2022).

A instituição do trabalho livre não privou os indivíduos de uma condição precária e explorada. Muitos desses trabalhadores tiveram que se submeter por muito tempo às mesmas condições degradantes, e passaram a ocupar os locais marginais dos grandes centros comerciais no país (Cardoso, 2010). A população negra foi determinantemente marginalizada, desempenhando atividades precárias, com baixas remunerações e instáveis. Logo:

Quem não era forçado a trabalhar o fazia quando estritamente necessário. Em um contexto social onde o homem livre e pobre não acumula bens, esse necessário reduz-se ao mínimo material e cultural baseado, no mais das vezes, na economia de subsistência: Vive-se da mão para a boca por meio de uma atividade ocasional que não tem razão de ser, além de permitir uma sobrevivência incipiente e instável, estigmatizada pela desclassificação social (Kowarick, 1994, p.56).

Nesse contexto, no cenário do Brasil Colônia e Império, a atividade laboral era desestimulada, cabendo aos cativos todo o trabalho árduo que os seus proprietários não realizavam. Por isso, ter escravos significava ter a mais valiosa mercadoria, os quais executavam todas as atividades braçais que a elite negava fazer. Essa relação entre o indivíduo e o trabalho, retardou o desenvolvimento dos ofícios e profissões, visto que, o trabalho era visto como algo degradante para o homem livre (Kowarick, 1994).

Mesmo diante do processo de libertação e assalariamento da mão-de-obra, existia um estigma em torno do trabalho. A população negra, mesmo liberta, ainda enfrenta inúmeras dificuldades para se inserir no trabalho assalariado. Havia uma ideia de que esses indivíduos não tinham condições adequadas para serem assalariados. Perante essa desigualdade de inserção no mercado de trabalho, muitos negros passaram a exercer trabalhos autônomos em condições precárias. Ademais, como reforça Kowarick (1994, p.73), “[...] a liberdade que o escravo adquire deveria ser compensada pela produção de uma massa de trabalhadores destituídos de propriedades e de instrumentos produtivos [...]”.

O Estado brasileiro não visou implementar nenhuma política de integração da mão-de-obra recém-liberta à nova dinâmica de trabalho e produção. Pelo contrário, incentivou-se uma política de imigração subvencionada para que os trabalhadores sobrantes da Europa pudessem ocupar esses espaços deixados pela mão escrava. Além disso, também criou barreiras para o acesso à terra, como exemplo a lei de terra nº 601 de 1850, que estabeleceu que a terra não poderia ser mais apropriada através do trabalho a não ser através da compra, e não poderia ser adquirida por pessoas negras. Amparado em leis segregadoras, o Estado não só fomentou a imigração da mão-de-obra, como também promoveu a concentração fundiária (Vahdat, et.al, 2022).

Mesmo com a queda da monarquia, o Brasil República não garantiu mudanças estruturais nas desigualdades sociais. Com o passar do tempo, se difundiu a expansão econômica e o processo de urbanização em todo o país. Uma urbanização e desenvolvimento desigual, promovendo uma disparidade regional em todo o país.

A partir de 1930, o governo de Getúlio Vargas, através de decretos-leis, passa a regular as relações trabalhistas no país. Esse movimento foi uma resposta à crise econômica internacional de 1929, que desestabilizou todo o mundo. Com a desregulamentação econômica e o aumento do desemprego em todo o globo, sua política visou proteger o setor cafeicultor brasileiro e desenvolver uma maior independência econômica, aplicando assim uma política nacionalista de industrialização (Cardoso, 2010).

Em 1943, a promulgação do decreto-lei no 5.452, institui a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o principal marco regulatório do mundo do trabalho no país. Com ela estabeleceu as regras das relações de trabalho, da segurança social e direitos trabalhistas, o estabelecimento do salário-mínimo e a normatização da jornada de trabalho. Além das leis, instituiu-se também a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, a justiça do trabalho, instituições importantes para a manutenção e garantia do cumprimento das leis implementadas.

Apesar dos avanços, sua instituição na época estava voltada para o contexto urbano e não atingiu de imediato toda a classe trabalhadora, que ao longo do tempo foi sendo incorporada na proteção da CLT. O trabalho no contexto rural, no qual se encontrava boa parte dos brasileiros, foi incorporado mais tarde, através de algumas medidas de incentivo, a exemplo da promulgação do Estatuto do

trabalhador Rural, em 1963, regulando o trabalho e instituindo os sindicatos rurais (Kowarick, 1994).

Contudo, diante de uma história constituída de avanço, ruptura e continuidades, em 1964, inicia-se no país a ditadura cívico-militar, depondo o então presidente João Goulart, que apresentava o perfil voltado a esquerda política, e deu continuidade ao desenvolvimento nacionalista adotando uma agenda reformista que incomodou a classe conservadora-elitista do país. Esse período foi marcado e classificado pelo que chamam de “milagre econômico”, iniciado em 1968 e que durou até 1974 (houve um forte e acelerado crescimento do PIB em nosso país). Entretanto, isso apenas aprofundou a precarização e as desigualdades sociais, que se combinou a uma política autoritária e que perseguiu trabalhadores(as), vários sindicalistas, militantes de organizações de esquerda e inúmeros intelectuais e parlamentares progressistas (Vahdat, et.al, 2022).

Em 1980, após um período de milagre econômico e forte incentivo de desenvolvimento voltado ao mercado interno, o modelo de desenvolvimentismo adotado pelo Estado brasileiro passa a se deteriorar, promovendo uma desindustrialização no país. Com uma grande dívida externa do país, gerou uma grande instabilidade econômica, ampliando a informalidade mediante a redução de absorção da classe trabalhadora no mercado formalizado.

Esse período foi marcado por um amplo processo de mobilização social que reivindicava mudanças políticas e econômicas no país. Os movimentos sindicais tiveram um protagonismo, em especial, o sindicato dos metalúrgicos no ABC Paulista. Nesse cenário, aumenta-se a pressão para o fim da ditadura, com o fortalecimento do movimento “Diretas já!” que reivindicava eleições diretas e a retomada da democracia (Cardoso, 2010).

Com a derrota da ditadura, instaura-se o processo de redemocratização do país, em 1985, uma reabertura lenta de uma nova fase nacional, marcada pela restituição da democracia e cidadania. Em 1988, foi promulgada a constituição cidadã. A nova constituição foi um grande marco para o restabelecimento democrático e ampliação dos direitos sociais, que garantiu a todos os cidadãos o acesso universal à saúde, educação e segurança, e consolidou o Estado democrático de direito.

Esse novo capítulo da história brasileira, com uma constituição mais abrangente e includente, fortaleceu o mundo do trabalho e o bem-estar social. O

período é marcado por importantes mudanças, frutos do restabelecimento democrático e da reestruturação econômica. É neste momento também que o país retoma o processo de abertura ao mercado internacional e amplia os modelos de produção flexíveis.

Nos anos de 1990, no Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992)¹³ passou a adotar medidas de liberalização e privatização da economia, intensificando o processo de reestruturação produtiva brasileira. Seu governo foi marcado por medidas anti-inflacionárias e estabilização monetária. Contudo, os casos de corrupção passaram a ganhar destaque, envolvendo pessoalmente o presidente da república, que, para fugir do impeachment, renunciou ao posto de presidente.

Esse processo possibilitou a ampliação e desregulamentação das relações de trabalho, sendo ampliado anos mais tarde, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003). Tendo como principais ações a consolidação do plano real, a redução da hiperinflação, e a criação de programas sociais, como o bolsa escola. Em contrapartida, privatizou inúmeras empresas estatais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e o sucateamento das superintendências do desenvolvimento regional, a exemplo da SUDENE. Assim, essas medidas adotadas por esses governos visaram reduzir o papel do Estado na regulamentação do direito ao trabalho (Veras, 2011).

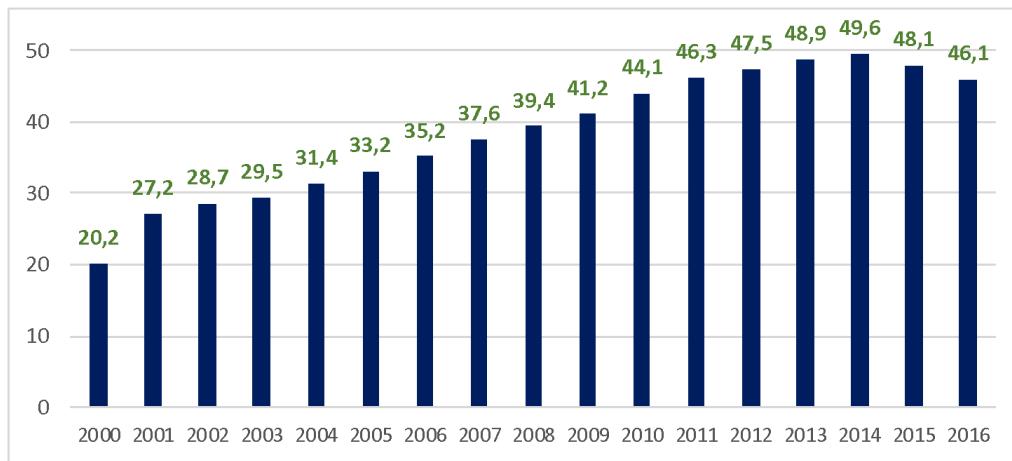
De acordo com Noronha (2003, p.8), “em termos de mercado de trabalho, é razoável supor que o início dos anos de 1990 representou uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde então, tem crescido a ‘informalidade’”. Em outras palavras, as medidas adotadas pelo Estado não só ampliaram a flexibilização e a terceirização do trabalho, com a reestruturação da regulamentação do trabalho, promoveram e diversificaram a informalidade no Brasil.

Nos anos 2000, presenciamos uma maior estabilidade, na medida que reduz o desemprego e aumenta o poder aquisitivo populacional, ampliando os postos de trabalho formais. Nesse momento, a reestruturação produtiva, estimulada pelo processo de globalização, estimulou o surgimento de novas tecnologias de comunicação e da informação. A partir de 2004, no primeiro governo Lula (2003-2006), com o combate intenso à miserabilidade, a exemplo do programa fome

¹³ O Governo Collor de Mello endossou a política neoliberal privatista, iniciando um plano para desestatizar indústrias ligadas ao setor primário, flexibilizando a gestão pública.

zero e bolsa família¹⁴, e o estímulo ao desenvolvimento econômico e social, os postos de carteira assinada aumentaram gradativamente, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico I – Número de empregados com carteira assinada (em milhões)



Fonte: MTE – RAIS.

Com o aumento gradativo de trabalhadores com carteira assinada, no segundo governo Lula (2007-2010), houve a implementação das políticas sociais e o fortalecimento econômico, houve uma considerável redução na informalidade, com projetos de formalização desses indivíduos, através das implementações de políticas como o Super Simples (2008) e leis para o Empreendedor individual (2009). Contudo, essa formalização pouco alterou o quadro geral de um mercado de trabalho, marcado pelo excedente estrutural de força de trabalho, desigualdade de renda, e empregos flexíveis e precários (Antunes, 2011).

Concomitantemente, o governo Lula não confrontou diretamente nenhum pilar estruturante da desigualdade social: a Riqueza ficou concentrada e o nível de miserabilidade apenas atenuado (Antunes, 2020b). No ano de 2008, em plena crise econômica mundial, o governo Lula adotou políticas de redução de impostos para retomar o crescimento econômico, ao estimular às Parcerias Público-privada (PPP), e incentivar a transnacionalização da economia brasileira, atraindo grandes

¹⁴ O programa Fome Zero (2003), instituído no governo Lula teve um grande protagonismo no combate a fome no país, retirando o Brasil do mapa da fome. Já Bolsa Família (2004), tornou-se um dos maiores programas assistencialistas de combate a vulnerabilidade social no mundo, tendo como destaque a redução da pobreza, associada a outros programas sociais, permanece tendo bons resultados na redução da miserabilidade no país.

empresas industriais para o país. Essa política abriu postos de trabalhos, contudo, em condições precárias e cada vez mais terceirizadas, política continuada por sua sucessora (Barbosa, 2011).

Diante da ascensão liberal no âmbito político e o desacordo de parte da ala política e econômica com a condução nacional, foi deflagrado o golpe de Estado, mascarado de impeachment, contra a então presidente Dilma Rousseff (2016), na tentativa de desestabilização da democracia do país. Com a chegada de Michel Temer à presidência da República, em 2016, o Brasil passou por uma ampla agenda reformista, manifestada através das leis 13.429/17, terceirização irrestrita das atividades meios e fins; 13.467, de 13 de julho de 2017, reforma trabalhista; sem falar do famigerado teto de castos.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 1918, que combinou uma prática de extrema-direita ao discurso neoliberal, foi aprovada a Emenda Constitucional 103/2019, da reforma da previdência. Medidas essas que flexibilizam as leis trabalhistas, desestabilizam as organizações sindicais e retiram direitos antes garantidos.

A reforma trabalhista, sancionada em julho de 2017, que entrou em vigor em 11 de novembro do mesmo ano, teve como objetivo reduzir os custos e burocracias na contratação e relação de trabalho entre o empregador e o empregado. O discurso da defesa da reforma trabalhista era que essa redução de encargos aumentaria diretamente o número de postos de trabalhos formalizados no país, e promoveu uma desburocratização do mercado de trabalho brasileiro, e “modernizou” a legislação e alinhando com as diretrizes capitalistas globais.

A reforma, proposta pelo então presidente Michel Temer, relatada na Câmara pelo deputado Rogério Marinho, promoveu a ampliação da flexibilização e desestruturação no mundo do trabalho em todo o país. As alterações na CLT, possibilitaram a ampliação de formas atípicas de contratação, nas quais destacam-se, o trabalho intermitente, a contratação de trabalho como Pessoa jurídica, e a ampliação da terceirização para atividades fins. Assim, descaracterizou e flexibilizou a relação laboral entre o trabalhador-empregador, repassando toda a responsabilidade dos meios e força de trabalho para a classe.

Além, de mudanças na contribuição sindical, mudança na jornada de trabalho, nos custos e honorários em processos judiciais, na negociação do plano de cargos e

carreiras, dentre outros pontos que custaram caro a classe trabalhadora. A argumentação do parecer da reforma trabalhista traduz-se nas seguintes palavras:

Essa modernização trabalhista deve então assumir o compromisso não apenas de manter os direitos dos trabalhadores que possuem emprego formal, mas também proporcionar o ingresso daqueles que não possuem direito algum. Esse desequilíbrio deve ser combatido, pois, escudada no mantra da proteção do emprego, o que vemos, na maioria das vezes, é a legislação trabalhista como geradora de injustiça, estimulando o desemprego e a informalidade. Temos, assim, plena convicção de que essa reforma contribuirá para gerar mais empregos formais e para movimentar a economia sem comprometer os direitos tão duramente alcançados pela classe trabalhadora. (Parecer da reforma trabalhista, 2017, p.20).

A narrativa de modernização da CLT se insere no contexto internacional capitalista, em que diversos países implementaram reformas com o objetivo de favorecer um empresariado cada vez mais globalizado. A partir da análise teórica da realidade brasileira pós-reforma trabalhista, os dados indicam que o principal efeito dessa reforma foi, sem dúvida, o aumento da informalidade, contrariando as promessas não cumpridas dos defensores da reforma (Antunes, 2011; Araújo, 2020; Durães, 2020).

3.3 Desemprego, informalidade e a nova morfologia do mercado de trabalho no Brasil

Como apontam Kowarick (1994), Barbosa (2008) e Cardoso (2010), a superexploração dos trabalhadores esteve e permanece presente na constituição do mercado de trabalho no Brasil. Persiste ainda hoje os impactos históricos da colonização, da escravidão e da ditadura militar. Trabalhos precários, inflexíveis e superexploradas parecem ser os elementos centrais impulsionados por políticas neoliberais em curso no Brasil e no mundo.

Corroborando com essa ideia, o estimado Ricardo Antunes (2018), em o privilégio da servidão voluntária, afirma que atualmente, diante do desemprego estrutural e da superexploração da força de trabalho, ocupar um posto de trabalho precário é uma questão de sorte, pior do que isso seria está no olho do furacão do desemprego. Em todos os setores, em especial, o de serviços, observamos intensificar um sistema de metas e resultados que se apropria do valor produzido

pelo trabalhador e o descarta quando sua produtividade não acompanha o ritmo de produção exigido.

Richard Sennett (2015), por sua vez, argumenta que a flexibilização gera a degradação dos trabalhadores, e embora a flexibilização tente romper com a rotina e burocracia, ela falha e precariza as próprias relações de trabalho. A flexibilização das relações de trabalho vem diluindo a linha entre trabalhadores incluídos e excluídos, desestabilizando toda as relações laborais. Sendo assim:

A terceirização é uma das principais formas da flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um “terceiro”, liberando, assim, o grande capital dos encargos e direitos trabalhistas. (Franco; Druck & Seligmann-Silva, 2010)

A precarização e flexibilização são fenômenos multidimensionais, que no contexto brasileiro, foi reforçado pelas agendas reformistas que corroboraram para a desregulamentação dos direitos e seguridades sociais, deixando a classe trabalhadora vulnerável e desamparada. As relações de trabalho entre o empregador e empregado tornam-se cada vez mais instáveis, flexíveis e precárias, reduzindo os direitos trabalhistas anteriormente conquistados em detrimento da mais-valia.

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), em seu ensaio sobre as novas relações de trabalho, o desgaste mental e os transtornos mentais no trabalho precarizado, apresentam cinco dimensões analíticas que nos ajudam discutir o fenômeno da precarização social, a saber: vínculos de trabalho e relações contratuais; organização e condições de trabalho; precarização da saúde dos trabalhadores; fragilização do conhecimento social e representação e organização coletiva.

O primeiro indicador analítico da precarização social é a dissolução dos vínculos trabalhistas, por constituir um mercado de trabalho marcado pela instabilidade do trabalhador e o medo do desemprego. De acordo com Ricardo Festi (2020), as relações de trabalho contemporânea negam o reconhecimento dos vínculos trabalhistas, caminhando para estabelecer postos de trabalhos cada vez mais flexíveis e precários, como o caso dos trabalhos intermitentes, plataforma dos

contratos como pessoa jurídica, bicos e biscates, e a informalidade disfarçada de empreendedorismo.

A organização e condições de trabalho são também dimensões importantes para analisar o processo de precarização. Em um contexto em que são mais escassas as condições dignas para o desenvolvimento da atividade laboral, os trabalhadores passam a se submeter a condições físicas e psicológicas degradantes para manter-se no emprego. Somam-se a isso questões como competição, metas inalcançáveis e ritmo intenso de produção, as quais são características gerais das condições de trabalho contemporâneo.

Richard Sennett (2015) aponta que essa degradação das condições de trabalho expõem os trabalhadores a agentes físicos, biológicos e químicos que provocam o sofrimento e adoecimento da classe trabalhadora. Assim, a precarização da saúde dos trabalhadores aparece como uma dimensão analítica, visto que o adoecimento tem como pano de fundo a crescente individualização do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade (Antunes, 2018).

De acordo com Dejours (1998), em seu livro *A loucura do trabalho*, aborda que o rompimento do laço de solidariedade provoca maior incidência de suicídio e doenças psicológicas, resultando em processo de sofrimento psíquico do trabalhador. Para o autor, o suicídio é um sinal que versa sobre a solidão emergente nas novas organizações e gestão do trabalho, a individualização e a desmobilização da solidariedade promovem uma deterioração das condições de trabalho. Passam, dessa maneira, a constituir “Exércitos de trabalhadores mutilados, lesionados e adoecidos fisicamente e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”. (Antunes & Praun, 2015, p. 423).

O quarto indicador, apontado por Franco Druck e Seligmann-Silva (2010), é a fragilização do conhecimento social, evidenciou a perda do sentido ontológico do trabalho na construção de si, promovendo o estranhamento entre o indivíduo e o produto resultado da força do seu trabalho. Altera sua natureza etimológica, e torna o trabalho mais próximo do que, na visão da Hannah Arendt (2004), tinha uma finalidade fisiológica, como mero reproduutor de produtos para consumo dispensável. A descartabilidade, a competição e a insegurança dos trabalhadores promovem, segundo Sennett (2015), a corrosão do caráter, fragiliza o reconhecimento social e identitário.

Por fim, a representação e organização coletiva aparecem como último indicador da precarização, tendo em vista que, quanto mais desorganizado e fragmentado é a classe trabalhadora, mais suscetível ela é. O sindicato, nos últimos anos, foi atingido fortemente pela agenda reformista, e perde força e espaço na disputa contra o neoliberalismo.

Isto exposto, a precarização do trabalho não se restringe ao âmbito econômico, atinge de forma multidimensional todo o tecido social, promove violência, pobreza, vulnerabilidade social e o adoecimento físico e psicológico dos indivíduos. Explora e suga toda a energia vital contida na força de trabalho de cada um de nós, até a última gota aproveitável para a mais-valia.

A precarização e flexibilização não são fenômenos exclusivos da informalidade, estão presentes em todo mundo do trabalho. Ricardo Antunes (2012) afirma que vivenciamos uma deterioração dos direitos e seguridades sociais, caracterizada pela superexploração da força de trabalho, pelos baixos salários e ritmos de produção intensificados, produzindo um índice de doenças e mortalidade cada vez mais alto. Assim, a pobreza não parece ser privilégio destas atividades, atingindo também parcela importante dos assalariados (Hart, 1973, p. 71).

Na atualidade, vislumbramos um novo cenário, onde o trabalho autônomo é estimulado através do discurso do empreendedorismo, que visa mudar às relações trabalhistas transformando o indivíduo “em regulador de seu próprio trabalho donos dos seus meios de produção” não garantindo os direitos básicos e a segurança social.

3.4 A dinâmica socioeconômica do Nordeste ao Estado Pernambuco

O processo de desenvolvimento econômico do País ocorreu de maneira distinta, promovendo profundas desigualdades regionais presentes até hoje. Historicamente, a região Nordeste é uma das mais afetadas por esse desequilíbrio regional, que resultou no desenvolvimento econômico desigual, tardio processo de industrialização e extrema vulnerabilidade social.

Segundo Furtado (1989), no século XVI, o Nordeste tinha sua economia alicerçada na produção massiva de cana-de-açúcar. Constituído por um sistema econômico colonial baseado no desenvolvimento da grande propriedade agrária e em atividades voltadas ao comércio externo, como a exploração da cana-de-açúcar,

a extração do pau-brasil e a produção de algodão. Com rígidas estruturas econômicas e sociais, a estrutura produtiva da região dependia da força de trabalho escravizada para a realização do trabalho árduo. Para Furtado (2003, p.71):

A expansão da economia nordestina durante esse longo período consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia [...] O Nordeste foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir.

Diante do declínio da estrutura produtiva colonial, a economia nordestina entra em decadência. Concomitantemente, com o início do processo de industrialização e urbanização, a atividade industrial desloca o centro econômico e político para a região sudeste, concentrada no mercado interno, gerando novas formas de acumulação do capital. Em vista disso, o Nordeste deixa de ser o centro econômico e político brasileiro (Guimarães Neto, 1989).

O fluxo financeiro passou a ser distribuído desigualmente, promovendo o empobrecimento e endividamento da região nordeste. Nesse período, a região passa também por outros problemas de questões climáticas, em especial no sertão e semiárido da caatinga, que foi impactado severamente no setor agrícola. Sobre o Nordeste, nas palavras de Furtado (2009):

[...] O mínimo que se pode dizer, portanto, é que se criou na região um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio. [...] O sistema econômico que existe na região semiárida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. (Furtado, 2009, p.43-44).

Com grandes secas afetando a capacidade produtiva e reduzindo a oferta de alimentos na região, ampliou-se o fluxo migratório da região nordeste para o sudeste, que necessitavam de mão-de-obra para o desenvolvimento industrial, desencadeando um amplo processo de urbanização (Silveira, 2023). Essa nova dinâmica econômica gerou uma concentração produtiva e política no Sudeste, em especial, no Estado de São Paulo. Essa concentração espacial se intensificou à medida que passou a centralizar os projetos políticos e econômicos no desenvolvimento industrial, promovendo a industrialização nacional.

Com o declínio da economia açucareira, os trabalhadores ocupados perderam seus empregos, reduzindo a renda per capita da região, e ampliando a vulnerabilidade social. Não havendo postos de trabalho adequados esses trabalhadores são atraídos para outras oportunidades fora da região, impulsionado pela industrialização (Furtado, 2003). Assim:

Ao reduzir-se o efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entra numa etapa de relativa prostração. A rentabilidade do negócio açucareiro se reduz, mas não de forma catastrófica [...] Como a produção de açúcar no Nordeste esteve em todo o século XVIII abaixo dos pontos altos alcançados no século anterior, é provável que parte das antigas unidades produtivas se hajam desorganizado em benefício daquelas que apresentavam condições mais favoráveis de terras e transporte (Furtado, 2003, p.69).

A política nacional, de priorizar o desenvolvimento industrial, afetou a dinâmica econômica no Nordeste. O Governo Federal passou a articular apenas intervenções assistencialistas, como o combate à seca e à extrema pobreza, constituindo uma situação de imobilismo econômico e dependência regional, segundo Guimarães Neto (1989). A oligarquia estabelecida no Nordeste, corroborou para a manutenção dessa desigualdade social, à medida que, a todo custo, mantinham essa estrutura produtiva ligada aos grandes senhores de engenho e usineiros, fundamentada, especialmente, na exploração da mão-de-obra, em vias de assalariamento com o fim da escravidão.

Na década de 1950, diante do desenvolvimento desigual no país, e em virtude da falta de postos de trabalho que promoveu o fluxo migratório do nordeste para as regiões sul e sudeste, cria-se, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado. O grupo teve como missão refletir e identificar os principais problemas da região e apontar as estratégias e formular políticas públicas eficientes para minorar as desigualdades sociais e fomentar o desenvolvimento econômico e social regional.

Essa discussão teve como produto um relatório com planos de ações, publicado em 1959, que destacou dez pontos sobre a economia do Nordeste, apontando os caminhos possíveis para a superação dos problemas na região. Segundo o relatório GTDN (1959), entre os destaques prioritários estavam: a) resolução dos problemas de recursos naturais; b) políticas de distribuição de renda;

c) descentralização econômica; d) investimento em infraestrutura e tecnologia; e) aumento da oferta de alimentos, dentre outros.

Assim, no mesmo ano de publicação do relatório, em 1959, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa instituição teve como objetivo a descentralização da tomada de decisão política no âmbito federal e a aceleração do processo de industrialização da região, objetiva torná-la menos dependente das atividades de exportação, e viabiliza o emprego e renda. E teve como secretário executivo, entre 1959 e 1964, Celso Furtado (Cavalcanti, 1983).

Sediada na capital Pernambucana, a SUDENE ampliou o protagonismo deste estado na região, consolidando-o como um dos maiores centros econômicos e políticos do Nordeste. A economia pernambucana conseguiu atrair grandes projetos de investimentos, a partir da implementação da superintendência, passando a superar décadas de estagnação. Entre os anos de 1960 e 1970, o investimento na industrialização na região aumentou, promovendo a urbanização e modernização industrial na região (Silveira, 2023).

A SUDENE possibilitou a criação de uma política regional sistemática, promovendo políticas de investimentos em todo o Nordeste coordenadamente. De acordo com Almeida e Araújo (2004), a implantação da SUDENE representou a reestruturação política e econômica no Nordeste, direcionando de maneira mais proporcional as políticas de desenvolvimento no país, possibilitando a articulação de projetos de integração nacional de desenvolvimento.

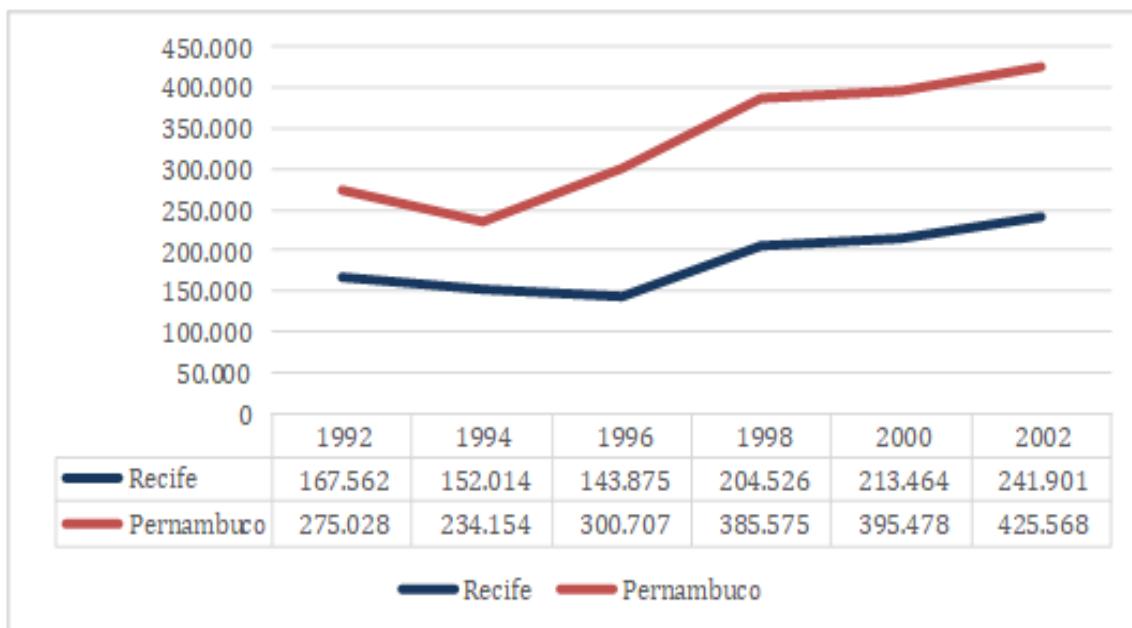
Em 1964, com o golpe do regime ditatorial instaurado no Brasil, inicia-se uma política de austeridade econômica e política em todo o país. Em Pernambuco, por exemplo, é marcado pela perseguição política, tortura e exílio. O então governador do Estado, Miguel Arraes, eleito em 1962, foi deposto, preso e exilado durante o período ditatorial. Com o fim da ditadura e início da redemocratização, a SUDENE volta a atuar com o foco nos incentivos regionais e setoriais da indústria. Entre 1962 e 2001, ocorreram questões importantes que envolveram a SUDENE (políticas de combate às desigualdades regionais, busca pela industrialização, incentivos fiscais, a questão do sertão, crise do modelo desenvolvimentista e da ideia de planejamento, com enfoque no Nordeste.

Contudo, em 2001, mediante a escândalos de corrupção e esvaziamento orçamentário, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a SUDENE foi incorporada ao novo Ministério do Interior, tendo sua autonomia e recursos restritos,

restando apenas uma arquitetura imponente em ruínas, marcas de uma instituição que tinha um grande potencial, porém abandonada ao longo da história.

Apesar do potencial e importância da implementação da SUDENE, suas contribuições tiveram pouco efeito no que se refere à descentralização econômica do país, visto que, apesar do crescimento da região entre os anos de 1990 e 2000, ainda, sim, era desproporcional às outras regiões. De acordo as estimativas do IPEA, entre os anos de 1992 e 2002, houve um aumento exponencial da população desocupada em todo o Estado, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico II – População desocupada em Recife e no Estado de Pernambuco entre 1992 e 2002 (1000 pessoas)



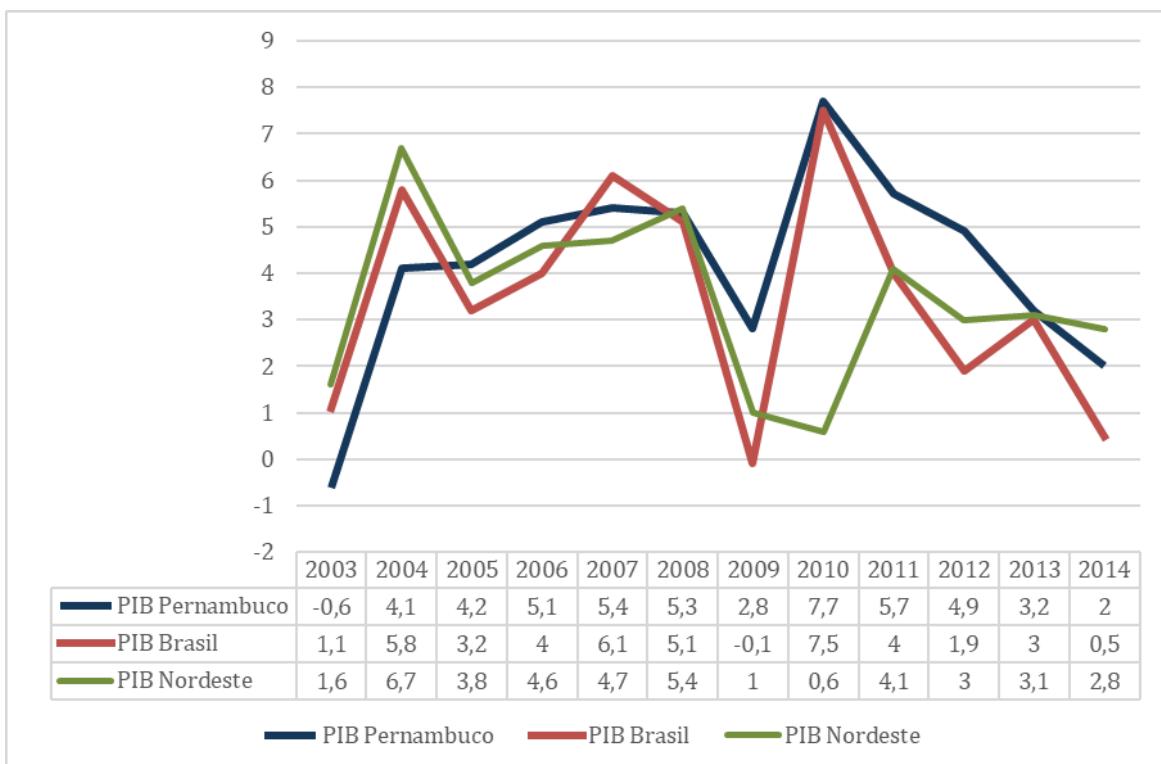
Fonte: Instituto econômico de pesquisa aplicada (IPEADATA)

Em 1990, como apontam os dados do IPEA, tanto o Estado de Pernambuco quanto Recife configuraram-se com o aumento da desocupação populacional, e concomitantemente, ao aumento da desocupação, aumenta-se também o número de trabalhadores na informalidade. Em 2003, o IPEA registra mais de 65,8% dos trabalhadores em Pernambuco na informalidade, enquanto o município do Recife, no mesmo ano, 52,5% da população.

Conforme o IPEA (2010), em 2003 o governo federal passou a estimular uma distribuição orçamentária mais igualitária em relação às regiões do país,

reestruturando a dinâmica do desenvolvimento econômico nacional. Os programas Federais de Aceleração do Crescimento, PAC 1 e PAC 2, retomaram o forte investimento de estrutura industrial no Nordeste. Durante os anos de 2007 a 2014, o programa investiu no Estado R\$87 bilhões (IBGE,2014), em áreas estratégicas como infraestrutura, habitação, saneamento básico e programas sociais.

Gráfico III - Desempenho (%) do PIB Nacional e Estadual



Fonte: Condepe/Fidem.

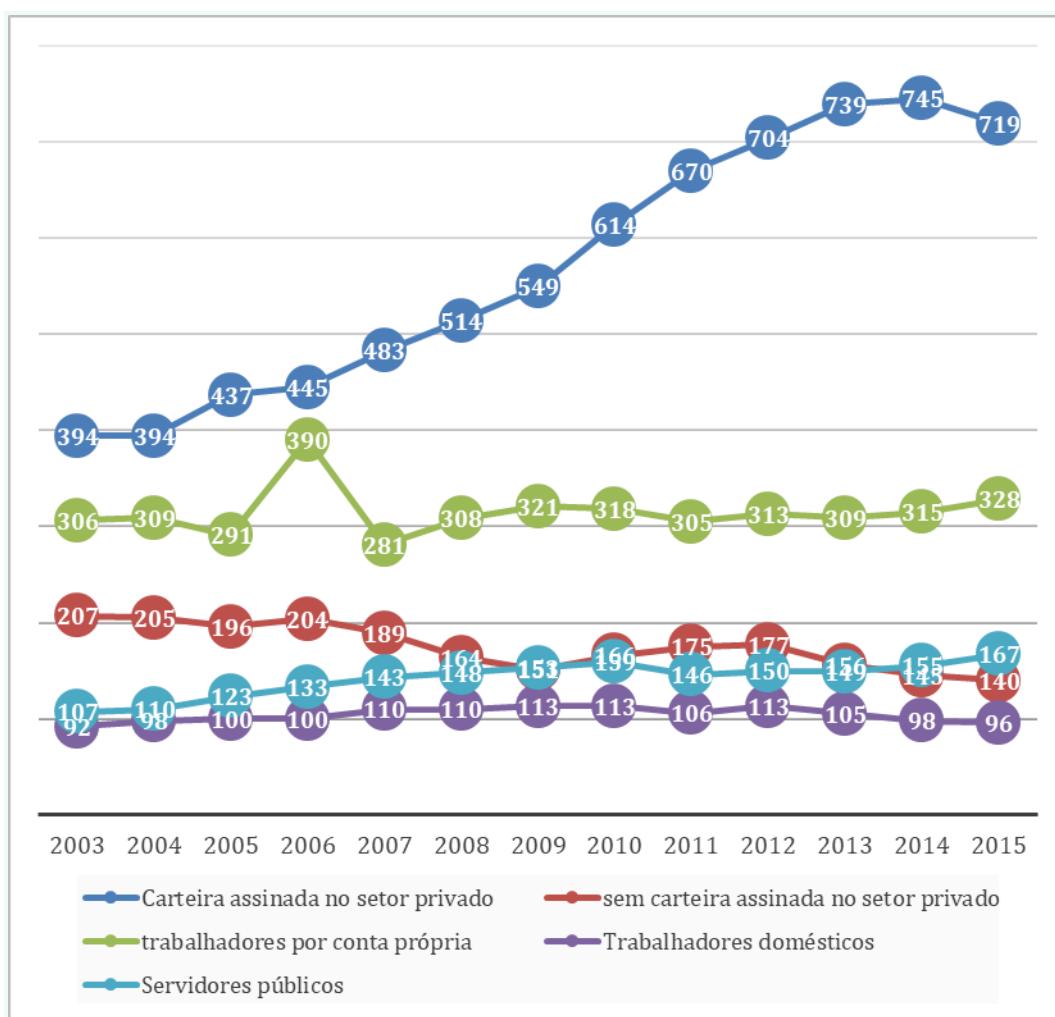
Nesse período, entre 2009 e 2013, o Estado de Pernambuco vem tendo um desempenho no PIB acima da média nacional e regional, configurando-se nesse período como um dos Estados de maior crescimento do país, resultado direto das políticas de descentralização dos investimentos públicos.

Ademais, em 2009, como ilustra o gráfico, é marcado pela crise internacional, a qual, afetou as obras e projetos em andamento, apresentando um declínio do PIB em escala nacional. A despeito das condições adversas, Pernambuco no comparativo nacional foi o estado menos afetado no Brasil durante a crise, entre 2008-2009.

Ademais, o Estado se encontrava com um fôlego econômico nunca visto, no ano de 2011, por exemplo, a montadora Fiat aportou no território pernambucano, trazendo, inicialmente, mais de 16 empresas localizadas no interior da planta, além de todo um investimento de infraestrutura e milhares de empregos diretos e indiretos em uma região canavieira.

No outro ponto da região metropolitana, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, conhecido como de SUAPE, trabalhou intensamente, com um crescimento de 16,3% entre 2009-2010, e teve como resultado novas fábricas de pequeno e médio porte para a região. Ademais, em 2014, com o início da refinaria de Abreu e Lima, o mercado de trabalho melhorou os resultados em toda a Região Metropolitana do Recife (RMR), como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico IV - Tipos de ocupação na Região Metropolitana do Recife por (1 000) pessoas



Fonte: IBGE

A Região Metropolitana do Recife, juntamente com outros 14 municípios circunvizinhos da capital¹⁵, concentram juntos aproximadamente dois terços do PIB pernambucano. Ao todo, a região possui uma superfície de 2.774 km² e um total de 4 milhões de pessoas (IBGE, 2022). A

cidade do Recife, concentra o maior polo comercial e tecnológico do Estado, sendo para a região o centro da dinâmica socioeconômica. Boa parte da economia da cidade é baseada na prestação de serviços e indústria, tendo o porto do Recife e o de Suape como pontos estratégicos para o circuito econômico nacional. Entre 2010 e início de 2014, esse crescimento da Região impulsionou a criação de novos postos de trabalho formais. Contudo, o número de trabalhadores por conta própria que trabalhavam de maneira informal manteve-se estável. Com o fim de 2014, impulsionado por uma crise política-institucional, que culminou em 2016 no impeachment da presidente Dilma Rousseff e mediante a casos de corrupção que fizeram a justiça paralisar as obras em andamento, em especial, no complexo de SUAPE e na zona petroquímica em Abreu e Lima, a economia Pernambucana entra em declínio. Segundo o Condepe/Fidem, só o Estaleiro Atlântico Sul, no mesmo ano, operou com prejuízo de R\$329,6 milhões, devido à paralisação das atividades.

Esse decrescimento econômico em todo o Estado impactou diretamente o mercado de trabalho, de um celeiro de obras o Estado passou a ser um canteiro de projetos inacabados. Atualmente, segundo dados do IBGE (2023), o Estado de Pernambuco e sua capital despontam com os maiores números de desempregados e desocupados do país, visto que Pernambuco teve a maior taxa de desemprego do Brasil no segundo trimestre de 2023.

Enquanto Recife, de acordo com a mesma pesquisa, obteve uma taxa de desocupação de 16,9% no período, a maior entre as 20 regiões metropolitanas pesquisadas¹⁶. Mas antes mesmo da recessão motivada pela pandemia da covid-19, a situação do município não apresentava crescimento nos postos formalizados. O setor de comércio, no Grande Recife, passou a desempregar mais do que contratar,

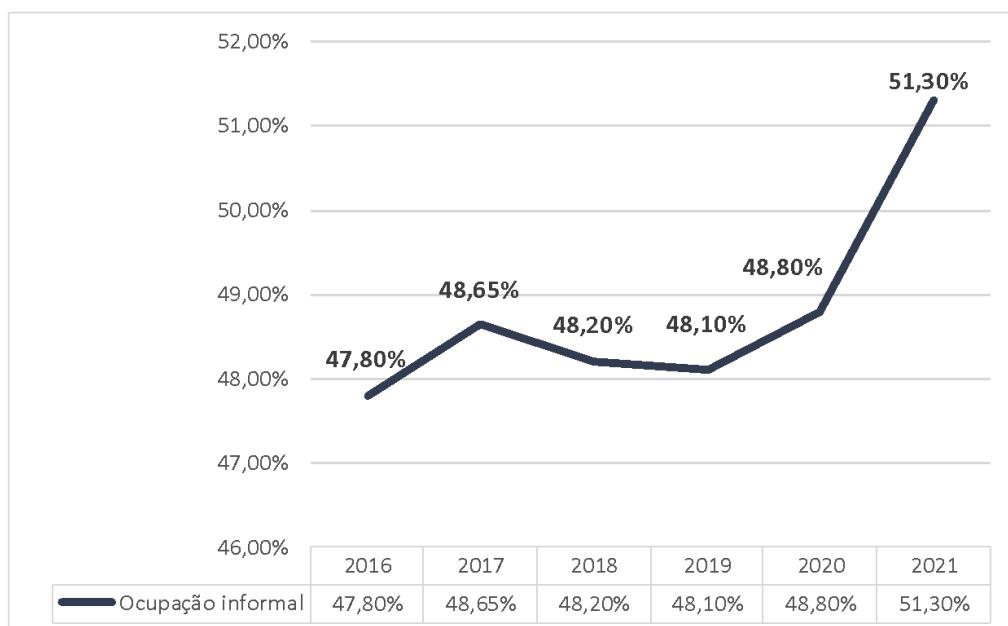
¹⁵ Integra a RMR os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife.

¹⁶ Acessado em:

<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/08/16/pernambuco-tem-maior-taxa-de-desemprego-do-pais-no-segundo-trimestre-de-2023-diz-ibge.ghtml>> Visto em 20/11/2023.

fechando grandes empreendimentos na área central da cidade. Nem mesmo os trabalhadores informais ficaram ilegos dessa situação, e tiveram que buscar novos locais para a reprodução do seu trabalho. A seguir, o gráfico evidencia o aumento gradativo da informalidade no Estado de Pernambuco:

Gráfico V - Taxa de Ocupação informal em Pernambuco (%)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua

Como podemos observar, nos últimos anos, em todo o Estado, ilustra um aumento gradativo de trabalhadores na informalidade. Na medida que há um decrescimento econômico no mercado tradicional, aumenta-se o número de indivíduos que entram na informalidade como alternativa de renda. Também podemos observar que entre 2020 e 2021, período marcado pela pandemia da Covid-19 em todo o mundo, houve um aumento significativo dos postos informais, principalmente, diante da demanda de serviços através de aplicativos de entregas e transportes, a exemplo do Uber e o iFood, como vamos evidenciar mais a seguir.

De acordo com o mapa da pobreza, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, durante a pandemia, a população de Pernambuco, no cenário nacional, foi a quinta

que mais empobreceu¹⁷. Esses efeitos são sentidos ainda hoje, no momento em que o Estado de Pernambuco passa por um processo de recomposição orçamentária e reestruturação econômica pós-pandêmica. E, como veremos a partir da pesquisa empírica, os mais afetados durante esse período foram a classe trabalhadora que exerciam e exercem atividades autônomas ou sem vínculos trabalhistas, principalmente, os trabalhadores ambulantes que dependem dos espaços físicos e contato direto com os seus consumidores para a sua reprodução do trabalho. A seguir, veremos algumas características da capital pernambucana que abriga o campo de investigação do estudo.

3.5 As características do mercado de trabalho na Cidade do Recife

A cidade do Recife é um dos centros urbanos mais antigos do país. Fundada em 1537, ao lado de Olinda, cidade irmã, destaca-se nacionalmente por sua privilegiada localização geográfica, pelo desenvolvimento portuário na costa atlântica nordestina, estratégico para o comércio nacional, e por sua liderança econômica na região. Se hoje Recife é um destaque Nacional e do Nordeste, sendo inclusive chamada de “capital do Nordeste”, é devido à sua influência tecnológica, econômica, social, política e científica, além de seu passo histórico próspero (Cavalcante, 1983).

Palco de disputas e conflitos durante o período colonial e lugar de uma arquitetura deslumbrante, a cidade passa a se consolidar como metrópole regional a partir do comércio açucareiro e após as mudanças administrativas da capitania de Olinda para o Recife, após domínio holandês (1630-1654)¹⁸.

A invasão holandesa promoveu uma série de transformações na capitania de Pernambuco, investiu na infraestrutura do porto do Recife, e promoveu reformas estruturais, construindo pontes, alargando ruas e dando à cidade um ar de metrópole. De acordo com Singer (1982), no domínio holandês, o território passou pelos primeiros processos de urbanização, uma vez que, anteriormente, a ocupação do espaço era centralizada na zona portuária. E para isso foi elaborado o primeiro

¹⁷

Acessado

em:

<

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/02/14/pernambuco-foi-5o-estado-do-pais-onde-populacao-ficou-mais-pobre-com-a-pandemia-diz-estudo-da-fgv.ghtml> > Visto: 10/12/2023.

¹⁸ Com a coroação de Felipe II, rei da Espanha, que passou a controlar Portugal, a Holanda iniciou um processo de expedições militares visando conquistar o Nordeste brasileiro. Em 1630, conquistaram a capitania de Pernambuco. Tendo como grande expoente, Maurício de Nassau, ocupou o cargo de governador-geral da colônia holandesa de 1637 a 1643.

plano urbanístico para uma cidade no Brasil, visando o desenvolvimento econômico e a ocupação territorial. Segundo Singer (1982, p.274):

[...] os holandeses não procuravam intervir na cultura da cana nem no fabrico do açúcar. Interessava-lhes apenas assegurar o seu comércio. Daí o caráter nitidamente urbano da colonização holandesa, da qual se beneficiou Recife, em contraste com o predomínio agrário da colonização portuguesa, cuja ênfase se colocava na ocupação da terra e sua exploração.

Contudo, com o fim da união ibérica¹⁹, e o risco da permanência do predomínio holandês no Recife, Portugal, visando recuperar-se do desgaste econômico dos conflitos enfrentados na Europa, coloca-se como principal plano a recuperação do seu território colonial no Brasil. E inicia-se, em 1645, a insurreição pernambucana.

Somado à insatisfação dos senhores de engenho em relação aos holandeses, o conflito culmina em uma grande mobilização para expulsão dos holandeses do território, os quais deixaram as terras recifenses em 1654. Com o fim do conflito, a cidade de Olinda, sustentada pelos altos impostos administrativos do Recife e pela economia açucareira, entra em declínio. Diante da intensa economia mercantilista em ascensão em volta do porto, e com a aumento do poder econômico da classe de comerciantes enriquecida com o comércio local, e o declínio do ciclo de açúcar, que culminou com a decadência dos senhores de engenho, configurou-se a dinâmica econômica do Recife (Cavalcante, 1983).

Em busca do domínio político-econômico da cidade, entre 1709 e 1714, o conflito entre as classes culminou na guerra dos mascates. A disputa entre Olinda, capital da época dominada pelos senhores de engenho, e Recife, cidade de forte desenvolvimento comercial, marcaram a consolidação das cidades. Como resultado do conflito, Recife teve sua emancipação, reconhecida, em 1823, como capital de Pernambuco (Theodoro, 1990).

Com o declínio do ciclo do açúcar, e o deslocamento do centro econômico para as regiões sul e sudeste, a cidade passa por intensas configurações urbanas, marcadas por um processo de êxodo rural e aumento do fluxo de migração do Nordeste para outras regiões do país. Segundo Andrade (1979), no final do século XIX, inicia-se um processo de industrialização da cidade, marcado pelo

¹⁹ A União Ibérica foi a união das Coroas portuguesa e espanhola entre 1580 e 1640, tendo como consequência a coroação do rei Filipe II, da Espanha, como rei tanto de Portugal quanto da Espanha, e que no Brasil, foi marcado pela invasão da Holanda.

aparecimento de fábricas industriais, nos ramos de fundição e tecelagem, voltado para exportação. E com isso, amplia-se o processo de urbanização, com a criação de bairros centrais importantes como o da Boa Vista, Recife, Casa Forte e Várzea.

Em 1888, com a abolição da escravidão e com o processo de modernização da produção, e com a mudança da relação capital-trabalho, a cidade passa a reformular sua configuração econômica e social. Segundo Andrade (p. 93,1979):

O crescimento da cidade intensificou-se após a Abolição da Escravatura, quando grande parte da população liberada abandonou as propriedades à procura de novas oportunidades de vida e de trabalho, e a facilidade de transportes intensificou a migração para o Recife. Daí o aumento considerável da construção de palafitas - os chamados mocambos suspensos sobre os manguezais da cidade. Nessas habitações, construídas de restos de madeira, ramagens, de folhas de flandres etc., localizava-se toda uma população pobre e sem condições de obter uma habitação de melhor qualidade.

Em vista disso, a economia da cidade, marcada por intensas desigualdades sociais, amplia o seu desenvolvimento pautado na indústria e comércio, sendo destaque na região nordeste. Diante do desenvolvimento urbano, o município promoveu grandes transformações na socioespacialidade do território, de um lado, as construções de novos bairros estruturados para abrigar a classe média recifense, de outro lado, a ocupação desordenada de morros e acostamentos realizadas pelos recém-libertos da escravidão.

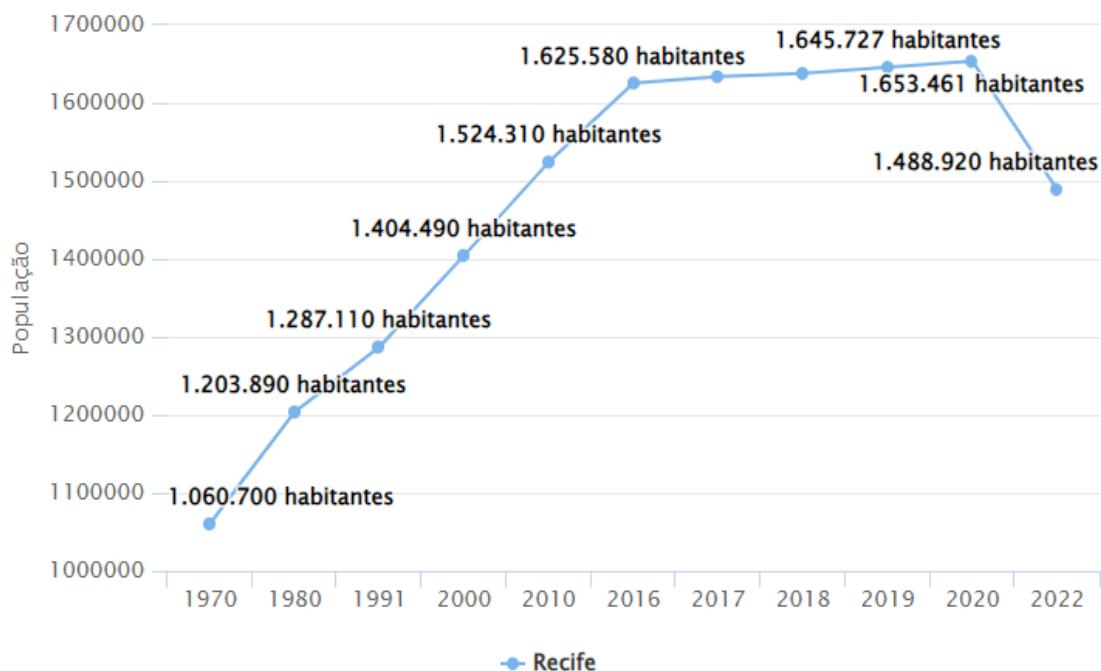
Com o crescimento desigual da cidade e uma grande concentração de riquezas, ampliaram-se os problemas decorrentes da urbanização, com um alto índice de vulnerabilidade social de grande parte da população. Devido ao deslocamento econômico e à falta de oportunidades no mercado de trabalho formalizado, cresce o número de atividades informais no centro da cidade (Theodoro,1990).

A cidade dos “mascates” ou dos “caixeiros-viajantes” foi solo fértil para o desenvolvimento das atividades informais diante de suas condições sócio-históricas marcadas pela desigualdade social. De acordo Araújo (2012), Recife tem alguns elementos condicionantes geográfico, econômico e histórico que possibilitaram o desenvolvimento da informalidade: 1) sua localização geográfica e o desenvolvimento portuário; 2) herança da produção de açúcar e uma abundância de trabalhadores libertos da escravidão; 3) desigualdades históricas entre a oferta de

mão de obra e a demanda, principalmente, após o deslocamento econômico do Nordeste para região Sul e Sudeste.

Por efeito do aumento populacional, cresce a busca por oportunidades de empregos nos centros urbanos. Diante da expansão do êxodo rural, Recife criou condições favoráveis ao desenvolvimento da informalidade. Muitos passaram a se inserir no mercado informal como estratégia de sobrevivência ao longo do tempo. Visto as escassas oportunidades laborais. Ilustra-se a seguir a evolução populacional da cidade do Recife:

Gráfico VI – Evolução da população no município do Recife

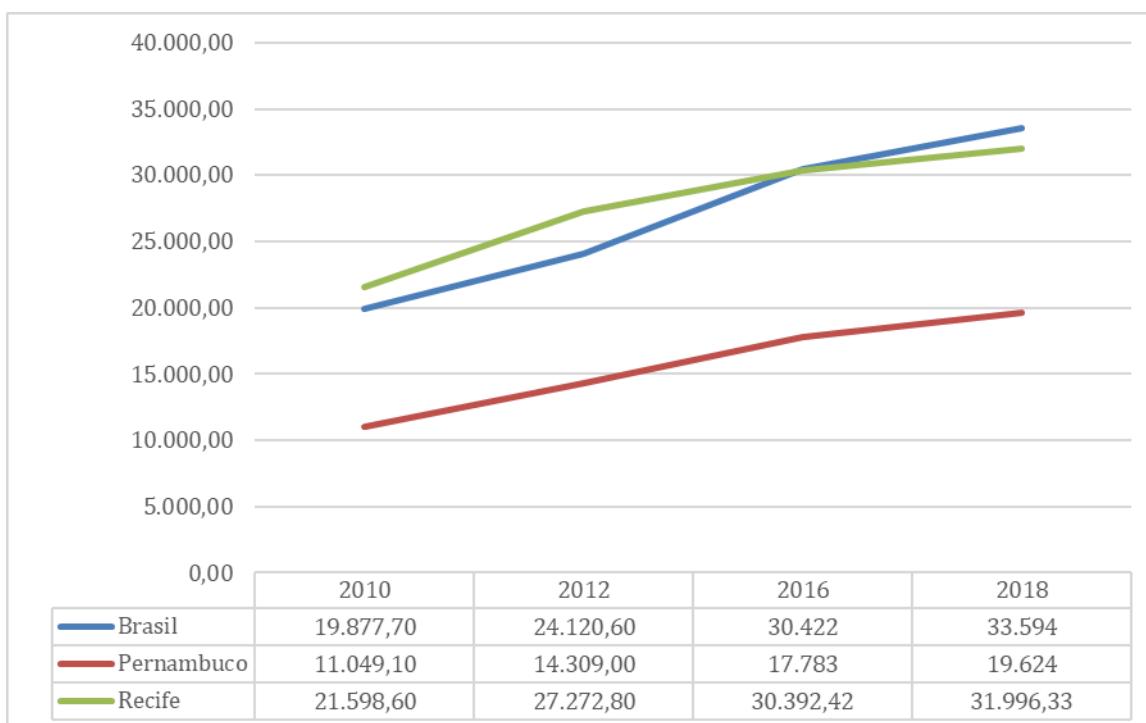


Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Na medida que a cidade cresceu, em número populacional, o número e a distribuição de emprego e renda não acompanharam esses passos. Resultou em grandes disparidades sociais no município, à medida que a população aumentava, ampliaram as ocupações e residências irregulares em morros e encostas. Esse processo deu origem aos bairros periféricos, e também, às palafitas, que ocupam até hoje as margens dos rios que cortam a cidade, retrato de um crescimento urbano desordenado.

Atualmente, a capital pernambucana é um dos grandes centros econômicos do Nordeste brasileiro. Configura-se como a nona maior cidade do Brasil, com mais de 1,6 milhões de habitantes, e com uma área territorial de 218,843km². De acordo com o último censo de 2021, a cidade possui um PIB per capita de R\$33.094,37 R\$, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁰, de 0,7723, uma faixa de desenvolvimento considerada alta, ocupando a posição de número 210º no Ranking nacional por municípios.

Gráfico VII - Evolução do PIB per capita em Reais



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo

Recife, ao longo dos últimos 15 anos, constitui um crescimento significativo do seu PIB, e supera a tendência de crescimento do Estado, e iguala aos níveis nacionais. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV)²¹, em 2023, a cidade obteve uma renda per capita de R\$ 2.129, tornando-se a 11º capital no ranking de maiores

²⁰ O IDHM é um índice de referência nacional para a sociedade brasileira, que leva em consideração as taxas de longevidade populacional, educação e renda.

²¹ Acessado em <

<https://cearaagora.com.br/com-renda-per-capita-de-r-1-374-fortaleza-e-a-oitava-capital-mais-pobre-do-pais-em-primeiro-lugar-esta-florianopolis-com-r-4-215/>> Visto em: 20.11.23.

rendas no Brasil. Apesar da renda estar acima de 1 salário-mínimo e meio, o número de postos de trabalho informal em todo o município vem aumentando.

Mesmo diante do crescimento econômico e protagonismo sociopolítico e cultural, assim como outras metrópoles, a cidade do Recife passou a adotar políticas públicas de intervenção urbana em relação ao comércio informal. Essas intervenções, não resolveram, apenas deslocaram e agravaram o problema da informalidade na cidade, como vemos em seguida.

3.5.1 A produção do espaço, o planejamento urbano no contexto do Recife

Na cidade do Recife, o comércio informal é regularizado pela lei n.º 2134, publicada em 1953, que trata da divisão municipal em zonas para a comercialização do trabalho ambulante regularizado. Posteriormente, a Lei n.º 17.935/2013, atribuiu à SURB, Companhia de Serviços Urbanos do Recife, a responsabilidade para gerenciar e administrar o comércio informal na cidade do Recife, inclusive o comércio ambulante.

O planejamento urbano no município, assim como outras metrópoles Brasil afora, vem disputando espaço com o crescimento exponencial do comércio informal urbano. Historicamente, o poder público vem constantemente tentando intervir na dinâmica e expansão da informalidade. De acordo com a Araujo (2008), as primeiras grandes ações urbanas no comércio informal ocorreram em 1992, na gestão do então prefeito Gilberto Marques Paulo (1990-1992)²².

Apoiado no discurso do interesse geral para a melhoria da qualidade urbana da Cidade, iniciou-se um trabalho de remoção e realocação dos trabalhadores das ruas Nova, Imperatriz, Duque de Caxias, Palma, Flores e Estreita do Rosário (Araujo, 2008). Contudo, esse tipo de intervenção não mostrou resultados efetivos de garantia da melhoria e qualidade do desenvolvimento informal. Pelo contrário, apenas acentuou o conflito entre o poder público e os trabalhadores ambulantes, que passaram a se organizar em sindicatos e associações para pleitear melhorias na reprodutibilidade do trabalho.

²² A gestão de Gilberto Marques Paulo, inicia após a renúncia, para concorrer ao cargo de governador, do prefeito eleito Joaquim Francisco Cavalcanti. A gestão de Marques tem como destaque a revitalização e ordenamento do centro da cidade do Recife.

Esse tipo de intervenção se tornou característico da cidade, nos últimos anos, muitos espaços dentro do centro do Recife passaram por um processo de requalificação através de mudanças significativas nos projetos urbanos. Talvez uma das requalificações atuais mais marcantes seja o projeto “Nova Conde da Boa Vista”, objetivou, dentre outras coisas, regular a atividade informal, reduziu-se a 100 o número de trabalhadores que tiveram a permissão de ocupar o espaço, diante da construção de mais de 50 quiosques fixos para abrigá-los. Assim, após a reconfiguração do espaço, permaneceram menos da metade dos trabalhadores que ali comercializavam.

Além de outros projetos, como as intervenções urbanas realizadas no bairro de São José, nos mercados municipais e outras áreas centrais da cidade. Muitas dessas reconfigurações dos espaços, reduziram drasticamente o número de trabalhadores que ali comercializavam. As promessas e ilusões da construção de novos espaços para abrigar os trabalhadores restantes não saíram do papel, muitos deles tiveram que migrar para outros locais, como, por exemplo, às estações de metrô e os terminais integrados de ônibus, deslocando, e não solucionando, os problemas para outros espaços.

Assim, ao analisarmos a informalidade inserida no contexto do Recife, cabe refletir também o espaço, o processo de globalização e as nuances e forças sociais que os disputam. Um dos grandes desafios do planejamento dos grandes centros urbanos é tentar resolver os problemas e responder às necessidades de diferentes segmentos sociais de maneira participativa, levando em conta as demandas dos diversos segmentos sociais que ocupam o espaço.

No caso das demandas e interesses dos trabalhadores informais que lutam por espaço para reprodução do trabalho, muitas vezes vêm sendo negligenciadas, promovendo o alargamento da marginalização e vulnerabilidade desses indivíduos, que mediante as situações adversas, como a pandemia, externaliza essa realidade desigual. E muitos dos projetos de políticas públicas, como ocorreu no caso da Av. Conde da Boa Vista, que visa adotar medidas para a melhoria do trabalho ambulante, acaba beneficiando uma pequena parcela da população, e dada a expansão do número de trabalhadores(as), nesses últimos anos, torna as medidas obsoletas.

Por isso, é indissociável falar de trabalhadores informais sem levar em conta o debate sobre as transformações urbanas e a reconfiguração do espaço,

que para essa categoria ultrapassa a noção física/geográfica, tornando-se também uma questão existencial para a reprodução laboral. Conforme a perspectiva de Milton Santos (2008), no qual o autor afirma que a base material da realização humana é o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas formas; e a ação humana e seu exercício sobre a natureza. O espaço é uma base material vital para a reprodução do trabalho.

O espaço público, ocupado pelo comércio informal, é a priori um lugar em disputa, visto que, o modo de uso e de consumo da sociedade determina a apropriação espacial, demarcando o que pode ou não pode fazer nesses espaços (Gomes, 2002). Esses locais ocupados são de grande interesse de diversos segmentos sociais, muitos deles antagônicos às reivindicações dos ambulantes.

Para trabalhar essa discussão, utiliza-se o conceito de espaço de Santos, que, diante do processo de globalização, o espaço torna-se cada vez mais dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço, nessa concepção, seria:

O conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente". (Santos, 2008, p. 46).

Ao analisar o espaço, temos que considerar não apenas a globalização, mas às nuances e forças sociais que os disputam. Um dos grandes desafios do planejamento urbano, é tentar resolver os problemas urbanos e responder às necessidades de diferentes segmentos sociais de maneira participativa, levando em conta as demandas dos diversos segmentos sociais que ocupam o espaço.

Como aponta David Harvey (2005), a tarefa do planejamento urbano é intervir para estabilizar, para criar as condições para o desenvolvimento de maneira equilibrada, conter os conflitos civis e as lutas ficcionais por repressão, cooptação ou integração. Contudo, na perspectiva do autor, o planejamento urbano vem servindo de instrumento para a manutenção do status quo do interesse do capital. Saindo privilegiado sempre o lado que detém o maior poder econômico, no caso empírico, aparentemente não foram os trabalhadores informais.

Segundo Harvey (2005), alguns dos principais teóricos clássicos, Marx, Marshall, Weber e Durkheim, deram prioridades ao tempo e à história, mas ignoraram a importância da discussão do espaço no contexto capitalista, não

entendendo a importância de constituir uma teoria espacial. Ademais, considerando que o espaço é constituído de subjetividades, conflitos e intencionalidades construídas historicamente, como afirma (Santos, 2006), através do espaço, no estudo empírico, visa adotar um olhar multifocal para compreender a socioespacialidade do metrô do Recife, lançando mão do debate sobre espaço, de maneira secundária, mas que se apresenta como uma análise importante para entender a informalidade.

Como veremos a seguir, a pandemia evidenciou as contradições e condições de trabalho realizadas por esses trabalhadores. A insegurança dos seus postos de trabalho retratou que essa discussão do trabalho decente é uma pauta interessada em todas as categorias, principalmente, os mais vulneráveis. Em vista disso, o tópico a seguir ilustra os impactos da pandemia no âmbito do trabalho informal.

3.6 O efeito pandêmico no mercado de trabalho brasileiro

A pandemia da Covid-19²³, iniciada no final de 2019, impactou profundamente a vida e o mundo do trabalho, desvelando as fragilidades e contradições da sociedade contemporânea, que à mercê de um sistema político-econômico mais predatório que um vírus, evidenciou como a miserabilidade e desigualdade social é fatal. Visto que, o vírus, que assolou o mundo, não faz assepsia de raça ou classe social, mas teve como principais vítimas os corpos negros, pobres e periféricos.

Como afirma Ricardo Antunes, em seu livro *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*, a pandemia da Covid-19, que impactou todo o mundo, evidenciou que as crises sanitárias não estão desconectadas do sistema excludente neoliberal no mundo do trabalho. Dessa maneira, antes da causa natural/biológica da pandemia, convivemos com a precarização social sistêmica. Na perspectiva de Harvey (2020, p.1):

O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz em um contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e no contexto de forças evolutivas autônomas e independentes que estão remodelando perpetuamente as condições

²³ O coronavírus (SARS-CoV-2), teve seus primeiros registros na cidade de Wuhan, na China, onde a epidemia de covid-19, nome da doença causada pelo novo vírus, iniciou. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou a pandemia global, aplicando recomendações para reduzir a proliferação e contágio do vírus.

ambientais. Deste ponto de vista, não existe um desastre verdadeiramente natural”.

Sendo assim, podemos afirmar que os impactos e desequilíbrios naturais são frutos das relações de exploração que o homem exerce sobre a natureza. Anos de exploração predatória e produção desproporcional à capacidade de recuperação dos recursos naturais, resultam em um desequilíbrio biológico. A velocidade do contágio e difusão percorre os mesmos caminhos do capital globalizado. Das metrópoles partiram a contaminação, chegando a todos os locais mais extremos do globo.

A classe trabalhadora se viu com apenas duas opções: arriscar sua saúde e trabalhar com o risco de contaminação ou se isolar e cumprir todas as medidas sanitárias, mas com a incerteza de dispor de recursos suficientes para sua sobrevivência. O isolamento social evidenciou uma questão de classe, afinal, quais eram os indivíduos que puderam se resguardar em suas residências sem levar em consideração a garantia do rendimento financeiro nesse período?

Dado a realidade das medidas de isolamento, quais eram as habitações que permitiam um isolamento adequado caso algum familiar tivesse suspeita de contaminação? Por fim, quais eram as categorias que conseguiam reproduzir o trabalho remoto/home-office de sua residência? Dentre as perguntas, uma resposta: não eram os trabalhadores na informalidade, e mesmo os que precisaram se ajustar às novas modalidades de trabalho durante o período, tiveram que pôr em risco sua vida e a dos seus familiares.

Além da grave situação e alto grau de letalidade do vírus, ampliou-se a vulnerabilidade e o empobrecimento da classe trabalhadora. Como afirmou David Harvey (2020), os efeitos da pandemia foram diferentes para cada indivíduo, visto que a pandemia expressou questões de classe, gênero e raça. Assim, evidencia-se que as condições laborais precárias e insalubres podem levar à morte e comprometer a saúde dos indivíduos no processo de reprodução laboral.

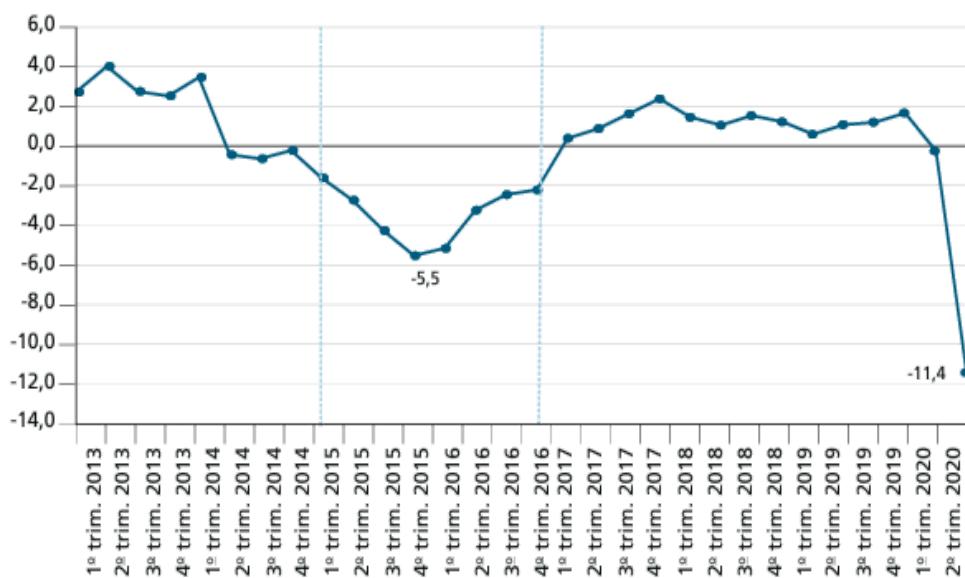
Às vésperas da pandemia, a situação do trabalho no Brasil já estava em condições calamitosas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o desemprego atingia 12,6 milhões de pessoas em 2019. Ademais, cerca de 38,4 milhões de pessoas, 40% dos

trabalhadores brasileiros, ocupavam postos informais, sem acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social²⁴.

As promessas da agenda neoliberal, que culminou nas reformas: trabalhista, previdenciária, na terceirização irrestrita e na redução do papel sindical. Essas ações não surtiram o efeito prometido, pelo contrário, ampliou as condições de precarização e miserabilidade, dando continuidade ao desemprego estrutural implacável e promovendo a informalização da classe trabalhadora.

O mercado Brasileiro, anterior a pandemia, vinha enfrentando grandes desafios, com um decrescimento do PIB entre o segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016, influenciado pela instabilidade política e econômica do país. Como ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO VIII - Variação trimestral do PIB (2013-2020) (Em %)



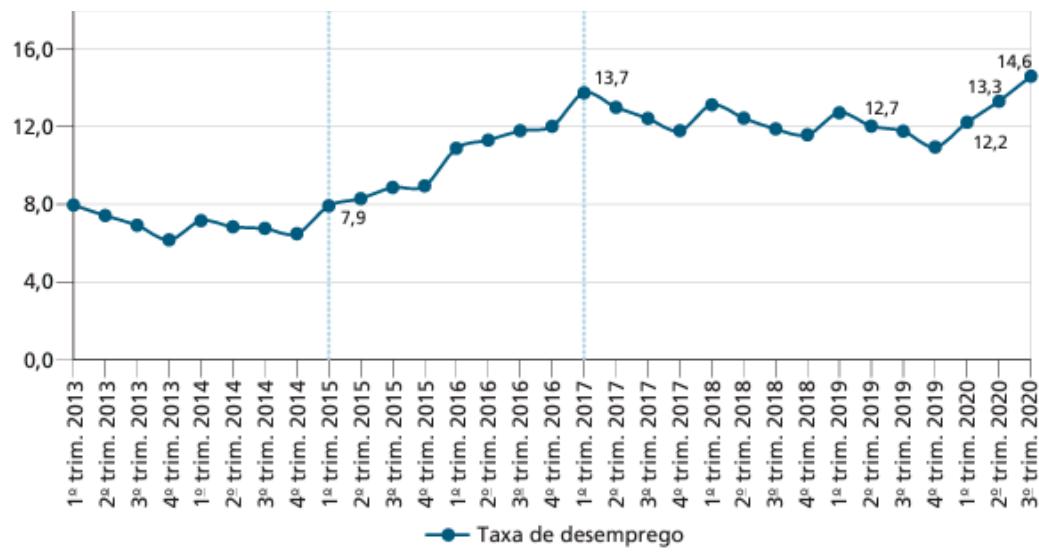
Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE

Se a situação econômica do país já sinalizava um alerta, com a chegada da pandemia, a partir do segundo trimestre de 2020, a economia brasileira e mundial adentra em um colapso. A implementação das restrições das atividades econômicas

²⁴ A categoria do trabalho informal soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar. E segundo a pesquisa foi a categoria mais impactada pela pandemia.

aos setores ditos não essenciais²⁵, após a determinação do isolamento social no país, fazem o desemprego bater recorde, atingido, no terceiro trimestre de 2020, mais de 14,6% da população brasileira. E em vista disso, se amplia em todo o país a vulnerabilidade social, em especial, da classe trabalhadora despossuída de seguridades sociais e trabalhistas, que tiveram que deixar seus postos de trabalho para preservar sua saúde e a dos seus familiares.

Gráfico VIII- taxa de desemprego no Brasil (2013-2020) (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

O estabelecimento do lockdown²⁶, na maioria do país, permitiu apenas o funcionamento dos serviços essenciais. Boa parte da classe trabalhadora perdeu os postos de trabalho de maneira definitiva ou temporária. O desemprego na pandemia bateu recorde, aumentando em cerca de 3,6 milhões de desempregados em outubro de 2020, uma alta de 35,9% no período e tendo mais de 29 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2020).

Diante do aumento do desemprego, era inevitável a diminuição das atividades econômicas, em vista disso, um princípio de uma recessão que se arrastaria para

²⁵ Durante o período houve um intenso debate sobre o que seria ou não serviços essenciais, através do decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, foi definido que as atividades essenciais seriam ao menos 52 tipos de atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis dos indivíduos durante o período.

²⁶ O lockdown foi adotado como ferramenta de controle social para evitar o aumento da contaminação da população, com ele aplicou-se o fechamento dos serviços não essenciais combinado com o isolamento social.

além do momento pandêmico. Provocando impactos imensuráveis, sobre essa interrupção e os efeitos futuros, Harvey (2020), afirma:

As interrupções no trabalho nas cadeias de produção das empresas e em certos setores se mostraram mais sistêmicas e substanciais do que se pensava inicialmente. O efeito a longo prazo pode ser o de encurtar ou diversificar as cadeias de suprimentos, enquanto se move para formas de produção menos intensivas de mão-de-obra (com enormes implicações para o emprego) e maior dependência de sistemas de produção inteligentes. A ruptura das cadeias produtivas implica demiti trabalhadores, o que diminui a demanda final, enquanto a demanda por matérias-primas diminui o consumo produtivo. Esses impactos no lado da demanda já teriam produzido por si só uma leve recessão (Harvey, 2020, p. 3)

Apesar da previsão de recessão econômica, a pandemia serviu também como um laboratório ao capital, no qual foi possível testar novas formas de obtenção da mais-valia através de recursos tecnológicos. Diante das grandes metrópoles completamente esvaziadas, o que se via era o aumento de trabalhadores de aplicativos, que arriscaram sua vida para realizar entregas ou transportar passageiros. Assim:

[...] deve existir a disponibilidade perpetua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos aplicativos, que tornam invisíveis as grandes corporações globais e dos “aplicativos” que comandam o mundo financeirizados e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigente (Antunes, 2018, p. 33).

Os dados da PNAD Covid-19 ainda apontam que mais de 13,5% da população encontrava-se em situação de desalento, que tinham vontade de trabalhar, porém, devido às condições pandêmicas não encontraram postos de trabalho, e sem renda fixa, passaram a recorrer às políticas de assistência social do governo Federal (Callil, 2022). Nesse período, milhões de brasileiros ficam desprovidos de renda. O governo federal, com objetivo de mitigar os impactos da pandemia na vida dos trabalhadores brasileiros, lançou o auxílio emergencial.

O auxílio, instituído pela Lei 13.982/20, consistiu em disponibilizar um recurso mensal de R\$600, aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que tenham sido atingidos de alguma forma

pelo isolamento social. Segundo dados do Ministério da Cidadania, em Recife, cerca de 36 mil famílias beneficiárias, totalizando o repasse de R\$81,4 milhões.

Apesar da medida ter sido de grande ajuda para milhões de indivíduos que ficaram sem fonte de renda, muitas foram as críticas aos procedimentos burocráticos para a realização do cadastro e saque. Mesmo após estudos e reflexões importantes para analisar o tema (Harvey 2020; Antunes,2020a; Callil, 2022), não sabemos bem o impacto e a dimensão da pandemia na vida de milhões de pessoas mundo afora. O que temos certeza é que a pandemia resultou em mais de 708.636 mil mortes no Brasil, afetando a composição familiar de muitos lares em todo o país.

Nesse sentido, podemos afirmar que, a crise do capitalismo e o processo de informalização do trabalho é uma tendência global, ampliando as desigualdades sociais pré-existentes. A dinâmica do Recife vem proporcionando um ambiente fértil para a expansão da informalidade, e as políticas públicas adotadas não vem reduzindo essas ocupações. A pandemia enfatizou as fragilidades da lógica produtiva e predatória neoliberal, e de como a precarização e flexibilização das relações de trabalho vêm causando danos irreparáveis à classe trabalhadora periférica. O capítulo seguinte tem o propósito de discorrer sobre as técnicas e caminhos metodológicos utilizados neste estudo, enfatizando os sujeitos entrevistados, o campo investigado, e o processo de inserção empírico.

4 MÉTODOS, DEFINIÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

FIGURA V – Estação de metrô Joana Bezerra



Fonte: Amorim (2023), registro do autor

Desenvolver uma pesquisa científica representa um grande desafio, pois é uma atividade complexa que envolve diversas etapas e procedimentos teóricos-metodológicos. O processo inicia-se com a formulação e elaboração do projeto de pesquisa, passa pela revisão teórica e pela definição da metodologia, e culmina na coleta e análise dos dados, para, finalmente, contextualizá-los com a realidade observada. Para conduzir uma pesquisa, é essencial, no mínimo, possuir curiosidade intelectual, bem como compreender que a realidade é multifacetada e passível de questionamento. Assim, a partir de uma pergunta inicial, formulamos hipóteses que, por sua vez, serão rigorosamente testadas e avaliadas quanto à sua validade.

Através da ciência, a sociedade vem garantindo muitos progressos. Desse modo, é sempre importante reafirmar sua importância em todos os espaços, pois, por trás de todo conhecimento científico, temos muitas histórias, teorias e experiências construídas, e sendo reconstruídas, diariamente, por muitos pesquisadores, estudantes e professores que dedicam sua vida para contribuir com a construção do conhecimento científico. Como afirma o saudoso Paulo Freire,

“quando o homem comprehende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (Freire, 1984, p. 30).

Analizar essa complexa realidade não é uma tarefa fácil, pois não existem receitas universais, passo a passo, de como fazer ciência. O conhecimento científico é constituído pluralmente, seja através de pesquisas indutivas ou empíricas, das várias metodologias que norteiam os pesquisadores, sejam elas das ciências sociais ou nas outras áreas de conhecimento. Tomo como alicerce a definição de que “a ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (Ander-Egg, apud Lakatos & Marconi, 2003, p. 22).

A construção metodológica, do respectivo estudo teve como escopo estabelecer parâmetros metodológicos que possibilitam aproximar o pesquisador e o público pesquisado, considerando que um dos grandes desafios da pesquisa seria encontrar um caminho para captar a percepção e trajetória laboral dos ambulantes no metrô do Recife.

Desse modo, com esforço de alcançar os objetivos propostos, a respectiva pesquisa caracteriza-se metodologicamente enquanto uma pesquisa qualitativa, com finalidade de esclarecer e analisar as relações, estruturas e fenômenos sociais que permeiam o campo investigado (Trivinõs, 1987). E se enquadra na perspectiva da análise das trajetórias sociais.

Conforme Tomizaki e Rombaldi, (2017), a trajetória se apresenta como uma categoria teórica e metodológica, através dela é possível investigar de maneira subjetiva e objetiva a realidade social. Tendo como ponto de partida as visões e experiências dos indivíduos e sua interação no meio social. De acordo com Bourdieu (2007), quando pensamos na trajetória, temos que considerar a subjetividade, e como as estruturas sociais influenciam na percepção de mundo desses indivíduos, constituindo narrativas semelhantes a partir de suas condições sociais.

Desse modo, é importante investigar como esses indivíduos chegaram às presentes condições de informalidade, e quais são as características comuns, em suas percepções e trajetórias que os fizeram estar na atual atividade laboral. Ressaltando os fatores institucionais e estruturais que fizeram esses indivíduos cruzarem os trilhos para a informalidade.

4.1 A definição do tema e os objetivos da pesquisa

A temática sobre o comércio informal despertou o meu interesse diante das reflexões cotidianas, uma vez que o número de ambulantes do centro da Cidade do Recife cresceu exponencialmente nos últimos anos (2016-2022)²⁷, devido a diversos fatores sociais, políticos e econômicos. Quando cursei a disciplina intitulada “Sociologia do Trabalho” no curso de graduação em Ciências Sociais, na UFRPE, ampliou-se ainda mais meu interesse de compreender e analisar tal questão, sendo inclusive uma discussão iniciada em meu trabalho de conclusão de curso²⁸, agora, ampliada no mestrado.

Na graduação, realizei o meu trabalho no centro do Recife, concentrando-me na Avenida Conde da Boa Vista, que no ano de 2020, passou por um processo de requalificação da via, intitulado “Nova Conde da Boa Vista”²⁹. Essa mudança impactou a estrutura urbanística da cidade, afetando a permanência dos trabalhadores ambulantes no local. No momento que antecedeu a reforma, pude participar de algumas reuniões do SINTRACI (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal), que negociavam e organizavam reuniões para discutir quais trabalhadores permaneceram atuando na Conde da Boa Vista e qual era o projeto que a Prefeitura do Recife iria realizar para os demais trabalhadores ambulantes.

No embate entre os lojistas e a Prefeitura da Cidade do Recife (o prefeito era Geraldo Júlio, do Partido Socialista Brasileiro - PSB), contra os trabalhadores ambulantes, quem saiu perdendo foi a classe trabalhadora informal, tendo que migrar para outros locais de comercialização. Entre os locais mais procurados foram as estações de metrô e os terminais de ônibus, que apesar da proibição do comércio

²⁷ O Estado de Pernambuco, nos últimos anos, tem cerca de 40% da população ocupada na informalidade, e desde 2018 é um dos Estados recordistas em ocupações informais, segundo o IBGE. Visto em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2021/07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge.html>>

²⁸ Amorim, Paulo V. L. **Trabalho informal no Recife: perfil, trajetórias e estratégias de reprodução do comércio ambulante.** Orientador: Maurício Sardá de Farias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2019.

²⁹

Acessado

em:

<<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/07/2020/prefeitura-do-recife-entrega-nova-conde-da-boa-vis-ta-com-quatro-eses#:~:text=A%20Prefeitura%20do%20Recife%20concluiu,o%20transporte%20p%C3%BAblico%2C%20est%C3%A1%20pronto>>

Visto em: 28/12/2022.

expressamente em lei³⁰, conseguiram se estabelecer no local e praticar suas atividades juntamente aos trabalhadores que já atuavam no espaço.

Conversando com uma colaboradora da pesquisa na graduação, passei a me interessar por mudar o meu campo de investigação, uma vez que o metrô passou a ter uma maior concentração de trabalhadores ambulantes. Apesar do metrô do Recife ser um campo fértil para pesquisas sociais, ainda é pouco explorado, dificultando a compreensão do problema social e sociológico existente nesse espaço, e isso se agravou em um contexto pós-pandêmico, com tendência de crescimento da informalidade em vista da instabilidade do mercado formal tradicional.

No processo de desenvolvimento do projeto, me deparei com uma pergunta realizada pela professora Silke Weber, na disciplina intitulada Seminário de Sociologia do PPGS/UFPE, ministrada pela referida docente, que abriu, para mim, uma reflexão sem precedente, isto é, a questão colocada foi: “qual é a relação do seu trabalho consigo mesmo?”.

Anteriormente à pergunta, apenas conseguia enxergar minha pesquisa como fruto de uma investigação sociológica, através de uma curiosidade do cotidiano e sobre uma temática que me interessava.

Ao refletir e investigar nas minhas memórias mais íntimas, percebi que o trabalho informal ambulante perpassa a minha vida e me remete a uma memória muito emblemática. Memória de quando ainda criança ao ver meu pai, que trabalhava como técnico eletricista, nos finais de semana, trabalhava como ambulante próximo à praia de Boa Viagem para complementar nossa renda familiar. Não apenas o meu pai, mas também meus tios e tias, ou seja, essa prática se tornou algo familiar, mesmo cada um atuando de maneira autônoma, auxiliava reciprocamente quando necessário.

Ao resgatar essa memória, revisitei alguns sentimentos e lembranças dessa atividade. Lembro que certo dia meu pai me levou para o local onde ele vendia produtos de bronzeamento, e, ao lado desse local, tinha uma praça na qual passei a manhã de domingo brincando com meu irmão e com a minha mãe supervisionando.

Da praça, olhava meu pai, que trabalhava com uma desenvoltura em suas

³⁰ O comércio nos trens, estações e terminais é proibido conforme o Decreto Lei do Governo Federal nº 1.832/96 e o Regulamento do Sistema de Transporte Público de Passageiros através do Decreto nº 14.845 de 1991.

vendas, e ficava imaginando: “nossa, sou tímido demais para isso, nunca conseguiria trabalhar assim”. Nesse mesmo dia, um fato me marcou até hoje, a saber, quando meu pai precisou ir a um mercado próximo, para destrocar dinheiro, eu fiquei com meu irmão, olhando as mercadorias. Durante esse momento, chegaram alguns clientes, que perguntaram, para duas crianças, “qual era o preço dos produtos”. Assustado, peguei meu irmão mais novo, coloquei-o em minha frente e falei: “fala”. E ele, também tímido, não falava nada. No final, os clientes foram embora sem levar nada.

Relato isso, pois foi diante desse questionamento que fiz um processo reflexivo inverso. Apesar de olhar e analisar essa problemática munido de uma lente sociológica, de conceitos e problematizações, enxerguei os meus mais íntimos sentimentos e pude perceber o quanto o meu trabalho está relacionado comigo, e, o quanto minhas problematizações fazem parte da minha experiência de vida, e que, através de um olhar sociológico, hoje, investigo e analiso esse tipo de atividade.

A partir do debate do trabalho e informalidade, reforça que o objetivo da pesquisa é investigar o trabalho ambulante no metrô do Recife e compreender a percepção do trabalho realizado. Evidenciando as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras e os caminhos percorridos que os levaram a acessar e permanecer no trabalho informal.

4.2 Os sujeitos da pesquisa

Diante do propósito de compreender a percepção e trajetória dos trabalhadores ambulantes no metrô do Recife, selecionei 10 (dez) trabalhadores(as) ambulantes que atuam no metrô do Recife, entre as estações de metrô e dentro dos vagões. Os colaboradores foram selecionados de acordo com uma amostra estratificada não probabilística, que se trata da escolha de colaboradores baseada em um critério pré-definido, sendo útil quando é necessário incluir um pequeno número de pessoas na pesquisa (Mattar, 1996).

Assim, a pesquisa visou estabelecer uma proporcionalidade na distribuição das entrevistas, estabelecendo critérios de seleção dos trabalhadores, baseados em sua disponibilidade de participar da pesquisa, que atue no metrô do Recife, levando em consideração sua atividade, gênero e raça. Com isso, diversifica o perfil do público-alvo, baseado em critérios pré-determinados.

Além dos entrevistados, outros participantes colaboraram, por meio de conversas informais no momento de introdução do campo, e/ou, pessoas que, por motivos diversos, não aceitaram participar diretamente da entrevista, mas colaboraram com informações para a pesquisa. Para todos os informantes que aceitaram conceder as entrevistas, foi disponibilizado o termo de consentimento livre e esclarecido (**APÊNDICE C**).

Antes da assinatura, todos os participantes foram informados sobre o termo mediante a leitura do documento, no qual foi ressaltada a finalidade do estudo, seus objetivos, os respectivos orientando e orientador, as credenciais institucionais e todas as informações solicitadas. Após assinado, o colaborador declara verbalmente a permissão do uso da entrevista para fins acadêmicos.

Em comum acordo, visando não ferir os aspectos éticos e proteger a confidencialidade dos participantes da pesquisa, foi definido um apelido fictício escolhido pelos próprios trabalhadores para referi-los no trabalho. Assim como, todos os registros em áudio e a fotografia, visou salvaguardar suas identidades como uma medida de não expor esses participantes, uma vez que se trata de uma categoria historicamente vulnerável e em constante conflito dentro e fora do metrô. Abaixo, a tabela com a identificação que será utilizada ao longo do trabalho:

TABELA I – Entrevistados (as)

Nome/ sobrenome	Apelido
Entrevistado(a) 1	Zé do metrô
Entrevistado(a) 2	Tito
Entrevistado(a) 3	Galega
Entrevistado(a) 4	Digão
Entrevistado(a) 5	Jô
Entrevistado(a) 6	Baixinho
Entrevistado(a) 7	Renê
Entrevistado(a) 8	Marcão
Entrevistado(a) 9	Xena

Entrevistado(a) 10	Tia
---------------------------	-----

Fonte: Amorim (2022), elaboração do autor através do trabalho de campo.

Esses apelidos, escolhidos pelos próprios trabalhadores, não mencionam diretamente seus nomes nem sobrenomes que possam identificá-los. Apesar de alguns entrevistados não se oporem a se identificar, optou-se por seguir o mesmo padrão a todos, como será evidenciado no decorrer do trabalho.

4.3 O recorte do campo investigado

O recorte do campo investigado corresponde ao espaço geográfico do metrô do Recife, denominado de Sistema Metroviário do Recife (METROREC), que possui uma malha ferroviária de 71 quilômetros de extensão, incluindo as linhas que operam com o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O sistema rodoviário possui três ramais principais, (o centro – 1, centro – 2 e sul) que formam 39,5 quilômetros de trilhos (**ANEXO A**).

O campo da pesquisa se concentra nesses três ramais principais, que atendem ao todo quatro municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR): Recife, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, e Cabo de Santo Agostinho. A linha centro-1, abrange 15 estações que saí da estação central do Recife até Camaragibe; A linha centro-2, abrange 14 estações, iniciando também na estação central até Jaboatão dos Guararapes; A linha sul, opera 11 estações, e que se inicia na estação central até a região sul de Jaboatão dos Guararapes (**ANEXO B**).

O Metrô do Recife é administrado pela CBTU (A Companhia Brasileira de Trens Urbanos), empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Segundo as estimativas da administração, cerca de 400 mil pessoas utilizam o metrô diariamente³¹. A malha ferroviária, em algumas estações, é integrada a terminais de ônibus, compondo o Sistema Estrutural Integrado (SEI). Essa integração do sistema de transporte possibilitou um grande aumento no fluxo de passageiros nos últimos anos, constituindo o metrô como um espaço de grande alcance para trabalhadores comercializarem as mais variadas mercadorias.

Mesmo havendo leis que proíbam a comercialização dentro dos trens, estações e terminais, conforme o Decreto Lei do Governo Federal nº 1.832/96 e o

³¹ Fonte: <<https://www.metrorecife.com.br/mapa/>>, visto: 10/01/2023.

regulamento do sistema de transporte público de passageiros através do Decreto nº 14.845 de 1991, o trabalho ambulante é uma realidade que está a todo instante disputando espaço para manter suas atividades no local.

Sendo assim, a referida pesquisa foi realizada nos vagões do metrô e nas estações, percorrendo os três principais ramais, acompanhando o fluxo dos ambulantes em suas circulações no campo.

Devido à pretensão da pesquisa de estudar os ambulantes nos vagões e nas estações do metrô, foram incluídas as seguintes estações centrais: *a estação Recife e Joana Bezerra (centro-sul); Barro (Linha centro) e Tancredo Neves (Linha Sul)*, como concentração de análise nas estações. Tais estações foram pré-definidas através da observação do campo, por serem estações que apresentam um maior número de ambulantes, e, são os pontos de maiores fluxos de passageiros, uma vez que são integrados a terminais de ônibus com intensa comercialização, tornando um ambiente com grande circulação comercial.

Esses terminais escolhidos são estratégicos para o comércio informal, na medida que, possibilitam uma maior flexibilidade para o trânsito desses trabalhadores, e, por esses terminais, são oferecidas uma melhor infraestrutura. Ademais, facilita seu deslocamento de chegada e partida, e liga a grandes fornecedores de mercadorias comercializadas no local.

A inserção do campo foi realizada, primeiramente, por meio da observação simples e, posteriormente, aplicando outras técnicas de análise. Para tentar compreender melhor a dinâmica do comércio e do espaço, as visitas a campo foram realizadas em horários diferentes e dias da semana variados. Cada dia iniciando um percurso distinto, e uma malha diferente. Seguindo, principalmente, a dinâmica e o fluxo de funcionamento do metrô.

4.4 Técnicas de coletas de dados

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, como técnica de coleta de dados, adota-se a triangulação de dados, que consiste na utilização de técnicas que visam abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão dos sujeitos ou fenômenos estudados (Trivinôs, 1987). Os três níveis de abordagens metodológicas de coleta de dados fundamentam-se na pesquisa documental, na observação simples e entrevista semiestruturada.

A pesquisa documental tem como fonte de coleta de dados os documentos, relatórios, escritos e pesquisas estatísticas que visa evidenciar a realidade objetiva, são materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 1946). Para a realização dessa análise, utiliza-se dados compilados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA); da agência estadual de planejamento e pesquisa de Pernambuco (Condepe / Fidem); da secretaria de trabalho qualificação e empreendedorismo do Recife, dentre outros. Essa técnica possibilitou visualizar o panorama mais geral do emprego e informalidade no Estado e município do Recife.

A observação simples, consiste em uma observação onde o pesquisador mantém-se alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observando de maneira espontânea e crítica os fatos que ocorrem (Rosenthal, 2014). Apesar de suas limitações, a observação simples é hábil, na medida que, o pesquisador estruture suas análises e observações de formas rigorosas apoiadas em arcabouços teóricos para fundamentar seu trabalho. A vantagem de utilizar a metodologia consiste em construir dados e hipóteses sem acabar reproduzindo os discursos de forma banal (Gil, 1946).

Para a aplicação dessa técnica de observação foram definidos quatro aspectos de análise: sujeitos, percepção do trabalho, comportamento social e o espaço e os seus conflitos. Todos esses aspectos foram transformados em algumas questões norteadoras para observação, na tentativa de garantir um olhar direcionado para os respectivos temas (**APÊNDICE A**).

No tópico *sujeito* pondera-se sobre quem são esses trabalhadores ambulantes, quais são suas condições sociais e econômicas, além evidenciar as características apresentadas por essa classe de trabalhadores. Refletindo sobre sua trajetória que o levou a informalidade e as características que os comuns que os definem.

Ao analisar a *percepção do trabalho*, objetivo analisar as características do trabalho informal e como ela é vista e expressada por todos os atores sociais presentes. Verifica-se, como o trabalho é percebido, como é tratado pelo poder público e usuários, e como os trabalhadores conseguem se estabelecer na dinâmica do metrô do Recife.

A dinâmica laboral verifica, sociologicamente, os termos sociais, as relações

interpessoais, a inserção do indivíduo no respectivo espaço e as linguagens e simbologias presentes. Bem como as relações laborais e mercadorias, verificando quais são os tipos de mercadorias mais frequentes, como são as interações entre os trabalhadores e usuários, e como é distribuída e organizada essas relações presentes nesse lugar.

Na análise do espaço objetivou-se demarcar o campo investigado, apontar as características do espaço, os conflitos pré-existentes no território, evidenciando a luta pela garantia do espaço de reproduzibilidade do trabalho. Ademais, analisando toda sua infraestrutura, e problematizando o espaço como elemento vital para atividade ambulante.

Por seguinte, foi realizada as entrevistas semiestruturadas, com o propósito de investigar mais a fundo a dinâmica dos trabalhadores informais, apontando suas percepções, trajetórias e desafios. A entrevista semiestruturada trata-se de uma técnica de abordagem flexível, em que o entrevistador tem uma certa autonomia para desenvolver a entrevista de maneira espontânea que auxilie na obtenção de dados ou pontos muitas vezes não previstos (Marconi & Lakatos, 2003).

Trazendo ao debate realidades empíricas diversas, mediante a pluralidade de vivências e interpretações dos sujeitos da pesquisa. Para alcançar, portanto, os objetivos aqui propostos, foram selecionados 10 (dez) trabalhadores(as) informais que atuam no metrô do Recife, tomando como critério os trabalhadores(as) que atuam na categoria ambulante, que não possuem espaço fixo e que comercializa mercadorias dentro e fora dos vagões de metrô, visando contrastar as múltiplas realidades, levaram-se em conta também as questões de gênero, étnica/racial e geracional.

4.5. Análise de dados

Como ferramenta de análise da pesquisa, utiliza-se a análise de conteúdo, que se constitui de um procedimento com várias técnicas que tem o objetivo descrever e analisar o conteúdo da comunicação, das relações sociais e seus fenômenos visando resultar em dados sistemáticos e objetivos (Bardin, 2011). De acordo com Laurence Bardin (2011), o cientista é como um arqueólogo, que através de ferramentas eficientes e objetivos bem definidos, pode-se investigar e

alcançar respostas capazes de compreender o fenômeno social estudado.

A análise de conteúdo, portanto, “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um instrumento único” (Bardin, 2011, p.48). Desse modo, utilizando o rigor da objetividade científica juntamente com nossas subjetividades criativas, se aprende na prática a aplicação dos apetrechos necessários para a realização de uma pesquisa, considerando o contexto, o campo e os objetivos a serem alcançados.

Sendo assim, a pesquisa adota três fases de análise: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise teve como finalidade sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro teórico, construído às categorias ou eixos temáticos, que coordenaram as análises. Foram definidas 3 (três) principais categorias, são elas: 1. Percepção do trabalho; 2. Trajetórias; 3. Reprodução laboral. Para a construção dessas categorias foram levadas em conta alguns critérios: definição e delimitação do assunto de maneira clara; a categoria deve ser mutuamente excludente, o que está em uma não pode estar em outra; e as categorias devem ter interconexões que confirmam o máximo de coesão e objetividade do trabalho.

A segunda fase consiste na exploração do material, na qual os dados obtidos em sua fase “bruta” passaram por um processo de sistematização e agregação às categorias pré-existentes. Através da observação simples, foi possível obter alguns registros fotográficos, realizar anotações e descrições observadas. Esse material foi submetido à contextualização teórica e depois incorporado ao trabalho através da exposição dos relatos obtidas pelas entrevistas.

O material obtido através das entrevistas foi transscrito parcialmente, uma vez que o processo de ida ao campo, juntamente com a obtenção dos dados e análise, durou um período além do estipulado. Em média, as entrevistas duraram 1h e 10 minutos, no qual foram mais de 11 horas de entrevistas analisadas.

Para a transcrição das falas, foram selecionados os fragmentos que dialogavam com os tópicos pré-estabelecidos, respeitando a delimitação do trabalho. Devido à profundidade e complexidade dos relatos, diante da limitação do tempo, não serão todos explorados nesse respectivo trabalho, pretende-se desde já explorar academicamente em outras oportunidades, resultando em publicação de artigos futuros. Tendo ciência de que outros assuntos e temas importantes foram

surgindo ao longo do trabalho, como evidência a nuvem de palavras, em tópicos, dos assuntos mais frequentes durante as entrevistas:

Figura VI- Nuvem de palavras das transcrições de entrevistas



Fonte: Elaboração do autor

Dentro dessa nuvem, é possível perceber que assuntos surgiram no decorrer do trabalho através das entrevistas. Temas como: a origem e a ilicitude das mercadorias, a formalização ou não dos trabalhadores, a luta e reivindicação pelos direitos trabalhistas, a instabilidade do rendimento, a pandemia e os desafios pós-covid, foram identificados ao longo do trabalho como temas importantes a serem aprofundados em futuros trabalhos. Por fim, foi realizado o tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados.

4.6. Os aspectos éticos da pesquisa

Pensando nos aspectos éticos da pesquisa e na preservação dos colaboradores no processo de realização da análise empírica do campo, o estudo visou preservar as identidades dos sujeitos, substituindo sua identificação por um apelido definido pelos entrevistados(as). Foi elaborado um documento impresso solicitando as devidas autorizações de entrevistas, informando que esse material é exclusivamente para os fins acadêmicos da pesquisa.

Como afirma Gil (1946), ao definir os aspectos éticos, a pesquisa deve adotar medidas de preservação dos participantes, principalmente, em casos em que sua identificação pode implicar danos aos sujeitos no ambiente no qual está inserido. No caso dos trabalhadores ambulantes, ações como, apreensão de mercadoria, repreensão e truculência por parte dos agentes policiais; a perda do ponto onde exerce sua atividade de sustento; exclusão por parte dos demais trabalhadores; dentre outros danos diretos, seriam possíveis danos que se pretende evitar.

4.7. O processo e os procedimentos de pesquisa de campo

Ao narrar os procedimentos de pesquisa adotados, quero evidenciar o caminho percorrido por mim na construção e obtenção dos dados na pesquisa. Informar esses passos e decisões é importante, ao refletir diretamente nos resultados obtidos pela pesquisa. Ao vislumbrar os desafios, os erros e acertos, o trabalho nos ajuda a entender a limitação da pesquisa e talvez auxilie outros pesquisadores nos desenvolvimentos de suas pesquisas, nesse ou em outros campos.

A temática do trabalho informal não é algo novo em minha trajetória acadêmica. Na graduação, tive a primeira oportunidade de me lançar ao campo para investigar esse tema, como já compartilhado. Obviamente, em um contexto diferente e em outro campo, mas que, ao mesmo tempo, tem inter-relações diretas, pois, esse e o trabalho anterior, se insere na região metropolitana do Recife, sofrendo impacto direto das políticas urbanas, seja ela de nível municipal, estadual ou federal.

Essa experiência de pesquisa me auxiliou no processo da inserção de campo, pois já tinha alguns contatos de trabalhadores ambulantes que atuavam no metrô do Recife. Então, como estratégia, decidi entrar em contato com esses trabalhadores para que eles atuassem como facilitadores na inserção de campo, ajudando nos primeiros contatos com os pesquisados. Além disso, o metrô do Recife faz parte de minha rotina, ao menos duas vezes na semana passo por aquele local, então tinha uma certa familiaridade como usuário do metrô, precisaria então construir minha inserção como pesquisador.

A minha primeira inserção de campo como pesquisador foi para realizar um breve trabalho para a disciplina da pós-graduação intitulada “métodos qualitativos”, que tinha como objetivo testar as técnicas escolhidas e tentar descrever de forma

densa e detalhista o campo investigado. A visitação do campo ocorreu entre os dias 16/10/2022 e 04/11/2022. Visando ter um ambiente mais diversificado, foi estabelecido como critério de observação a variação dos dias, dos horários e do ponto de partida de imersão do campo. Todos os dados coletados foram registrados, de forma simples, via celular, utilizando como armazenamento o WhatsApp.

Apesar de ter sido uma inserção muito antes do cronograma da pesquisa de campo, essa experiência ajudou a construir uma relação prévia com os investigados, ter uma noção da dinâmica e funcionamento do espaço e do trabalho ambulante, e ampliar minhas perspectivas sobre quais estratégias e metodologias seriam mais eficientes para aplicar na realização do trabalho. Além de refletir quais categorias iniciais pré-definidas fariam sentido manter e/ou descartar, colaborando para a construção do roteiro de pesquisa.

Já no ano de 2023, iniciei o processo de contato com os trabalhadores que atuam no metrô, e um dos grandes desafios da pesquisa foi encontrar tempo e espaço adequado para a realização das entrevistas, visto que, o metrô diante da dinâmica de intensa circulação, era quase impossível realizá-las sem qualquer tipo de interferência ou interrompimento. Em vista disso, iniciei oficialmente o processo de imersão da observação, percorrendo as estações e seguindo viagem com o metrô entre as linhas centro e Sul.

Nas primeiras observações, o foco pautou-se no espaço, identificando toda a estrutura e ocupação do metrô e terminais integrados. Posteriormente, passei a ampliar o olhar para os trabalhadores e às relações de trabalho, no qual pude previamente identificar a existência de uma organização das relações e do trabalho naquele ambiente, apoiada em uma rede de solidariedade, como apontam os trabalhos de Ribeiro (2019), Araújo (2020) e Cacciamali (2007). Conseguinte, fui ampliando a frequência observacional e interagindo com os trabalhadores, realizando conversas informais que pudessem ajudar na construção da observação e como forma de quebrar as barreiras relacionais entre o pesquisador e os colaboradores.

Ao definir o roteiro de entrevistas, fui buscando colaboradores para participar do estudo. Contudo, existiam algumas dificuldades, e algumas questões foram surgindo: como e onde entrevistá-los? Como esses trabalhadores terão tempo e disposição para participar do estudo? Será que é possível executar esse tipo de técnica de coleta de dados tendo em vista a rotina desses trabalhadores?

Superando minhas expectativas, todos os trabalhadores selecionados se prontificaram a colaborar. Houve a tentativa de entrevistar outros sujeitos ao longo do processo, que, por indisponibilidade de tempo, não foi possível prosseguir com as entrevistas. Mas, no final, foi possível atingir o objetivo de entrevistar ao menos 10 trabalhadores informais que atuam no metrô.

As táticas de entrevistas foram as mais diversas, as duas primeiras entrevistas foram realizadas no próprio metrô do Recife. A primeira com Zé do metrô foi realizada logo pela manhã, antes do movimento de pico, na estação Santa Luzia, em um dos corredores de ligação da estação. Semelhante à entrevista de Tito, realizada em outra estação, mas da mesma forma. Apesar das limitações do espaço, devido ao movimento e barulho, foi possível captar o propósito do trabalho, atendendo todos os objetivos.

A terceira até a oitava entrevista foi realizada de maneira virtual, pois a captação de áudio com maior qualidade ajudou e facilitou o processo de análise de dados. Essas entrevistas ocorrem de maneira virtual por alguns motivos, 1) havia um alerta de segurança e preocupação com o alastramento de uma nova variante da COVID-19; 2) algumas entrevistas haviam sido agendadas e depois desmarcadas por falta de tempo na agenda dos trabalhadores; 3) evitou-se entrevistar no local do trabalho para que a entrevista não prejudicasse no desenvolver do trabalho e nem compromete a qualidade do material obtido.

Por fim, as duas últimas entrevistas, com Xena e Tia, foram marcadas presencialmente, em um local sugerido por elas, o terminal integrado de Joana Bezerra. Ocorreu durante uma quarta-feira à tarde, em um horário de pouco movimento, no qual, de maneira individual, foram concedidas as entrevistas e, com elas, finalizado o trabalho de campo. Ao todo, o trabalho de campo foi iniciado em maio de 2023, e encerrado em meados de setembro de 2023.

5 UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O TRABALHO AMBULANTE NO METRÔ DO RECIFE

FIGURA VII – Pichação na estação central do Recife



Fonte: registro do autor, Amorim (2023).

Neste capítulo final, proponho apresentar o trabalho empírico realizado com os(as) trabalhadores(as) ambulantes no metrô do Recife, tendo como principal pretensão evidenciar a percepção do trabalho e as trajetórias laborais. Para isso, no primeiro momento apresentarei um breve debate sobre a dinâmica urbana e as configurações socioespaciais, visto que a disputa pelo espaço apresenta como uma das questões principais para a reprodução do trabalho.

Conseguinte, apresentarei algumas características dos perfis dos trabalhadores(as) entrevistados(as), evidenciando alguns marcadores sociais presentes nesse perfil. Posteriormente, apresentarei um pouco da trajetória desses indivíduos. Para esse momento, escolhi apresentar os colaboradores através de alguns agrupamentos por proximidade, idade e gênero, e assim, explorar subtemas comuns que aparecem nas entrelinhas de suas trajetórias.

Por fim, apresento alguns desafios e apontamentos do trabalho informal ambulante, em um contexto pós-pandêmico, marcado por grandes mudanças no mundo do trabalho, que reflete até hoje na dinâmica do trabalho e socialização.

5.1 Os caminhos cruzados: entre as estações e os trilhos há um mundo de trabalho

A dinâmica urbana está em constante movimento e mutação, promovendo diversas (re)configurações socioespaciais. Segundo Vera Telles & Cabanes (2006), na medida que o capital globalizado se concentra no quadrante moderno e rico das grandes metrópoles, constitui novas zonas periféricas ao seu redor, verdadeiros arcos periféricos em volta dos grandes empreendimentos comerciais e imobiliários, e assim, formando espaços marginais marcados pela vulnerabilidade social.

A construção desses espaços urbanos perpassa por múltiplos conflitos e tensões, o deslocamento espacial, a disputa pelo espaço, e a dicotomia centro-periferia, são algumas das questões presentes nessa dinâmica. À medida que os grandes empreendimentos garantem os espaços centrais e privilegiados e a classe trabalhadora os territórios periféricos e vulneráveis, amplia-se a exclusão social. No contexto do desemprego crescente e diante das transformações do mercado de trabalho, os trabalhadores(as) passam a buscar novas oportunidades cada vez mais distante do seu local de residência, tornando sua jornada casa-trabalho um trajeto árduo.

De acordo com a pesquisa NUMBEO³², Recife configura-se como a cidade de maior dificuldade de locomoção no país, e décima cidade no mundo, tendo em média 55,6 minutos gastos em cada deslocamento. Ademais, detém também o 2 maior tempo de espera de transporte público no mundo, com média de 24,88 minutos. Tais problemas, somados a insegurança pública, a precarização do trabalho e o baixo investimento em programas de combate à pobreza e vulnerabilidade social, evidenciam a cidade como um retrato de um passado glorioso e um presente decadente.

E diante de tantos problemas sociais marcantes, como bem expressa Kleber Mendonça, no documentário, retratos fantasma, “[...] o centro do Recife tem clima de quem foi abandonado sem grandes explicações”. O mercado de trabalho reflete significativamente esse abandono, principalmente, no setor de serviços, com o

³²

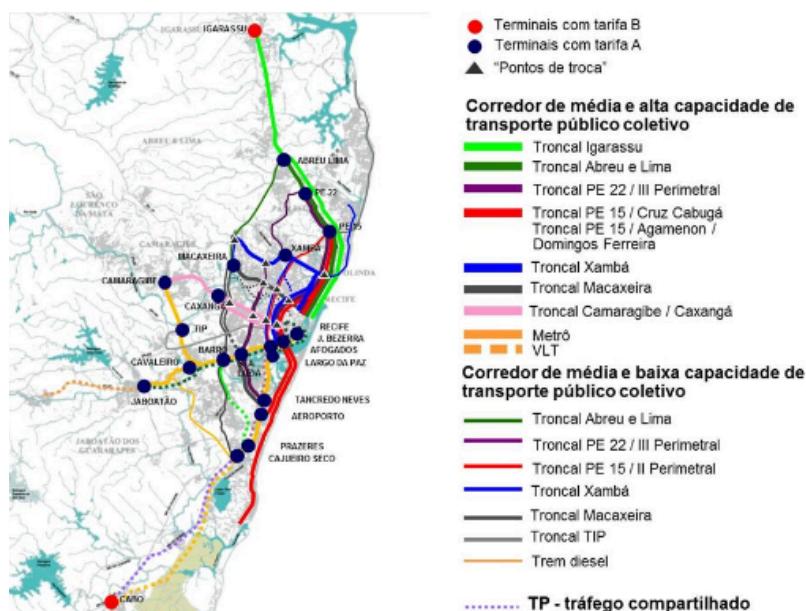
Visto em
<https://veja.abril.com.br/coluna/cidades-sem-fronteiras/recife-decimo-lugar-entre-as-metropoles-do-mundo-onde-se-perde-mais-tempo-no-transito-empeadademoraentreascidadesbrasileiras> > Acessado em 10/10/2023.

centro cada vez mais esvaziado e o aumento da informalidade ocupando todos os espaços.

Na tentativa de promover uma integração e acessibilidade do transporte público entre o centro da cidade com a RMR, e com isso melhorar a qualidade desse transporte, foi instituído o Sistema de Transporte Integrado (SEI). O sistema é composto por 185 linhas de ônibus, sendo 123 são alimentadoras, três perimetrais, 24 troncais, 18 Interterminais, seis transversais e 11 circulares, e contempla 10 dos 15 municípios da Região³³.

Esses ônibus são interligados através de 26 terminais integrados³⁴, sendo 18 desses terminais ligados ao Sistema metroviário do Recife (METROREC), operados pelo Grande Recife consórcio de transporte.

Figura VIII - Sistema de Transporte Integrado (SEI)



Fonte: Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Recife.

Essa integração do transporte público implicou em vários desdobramentos na dinâmica da Região, dentre eles, a concentração populacional dos usuários de transporte público, que se estima que na região diariamente 1,7 milhão de

³³ Visto em: <<https://www.granderecife.pe.gov.br/transporte/sistema-estrutural-integrado/>> acessado em: 10/10/2023.

³⁴ São ligados aos TIs Aeroporto, Jaboatão, Cajueiro Seco, Tancredo Neves, CDU, Cabo, Caxangá, Rio Doce, Camaragibe, Abreu e Lima, Igarassu, Afogados, Xambá, TIP, Prazeres, Cosme e Damião, Getúlio Vargas, Santa Luzia, Recife, Largo da Paz e Cavaleiro e Joana Bezerra.

pessoas utiliza o transporte público³⁵; a produção de novos espaços e empreendimentos voltados aos usuários, e novos corredores de fluxo de deslocamento.

Diante dessa concentração populacional e dos fatores socioeconômicos da região, ao longo dos anos, foram constituindo-se novos espaços intersticiais, pequenos locais públicos/privados no meio desse fluxo que passaram a ser ocupados por atividades informais. Segundo Cacciamali (2000), a ocupação desses lugares pela atividade informal redesenha os espaços urbanos e redefinem o uso e sua funcionalidade. Com a implementação desses corredores de transportes interligados à integração, com o passar do tempo ampliou-se o número de trabalhadores ocupando esses espaços.

Nesses locais, suas trajetórias laborais entrecruzam-se e esses trabalhadores passaram a constituir uma economia informal, voltada para as atividades de comércio e prestações de serviços. Assim, como afirma Santos (1982), o território surge como uma condição primordial para a reproduzibilidade do trabalho, e tratando-se da atividade ambulante, caracterizada por não possuir um espaço físico permanente, a luta por um espaço digno para o sustento é uma questão crucial. É oportuno então tratar a temática do espaço como elemento importante para o desenvolvimento da atividade ambulante.

Desse modo, podemos afirmar que o espaço de comercialização ambulante é a priori um espaço em disputa, na medida que tais lugares ocupados, sejam ruas, avenidas, transportes públicos ou praças, são locais públicos que, em geral, têm grande fluxo e movimentação de pessoas. Por ser um espaço público, passa a ser um território de constante conflito entre o poder público e os trabalhadores ambulantes, onde o primeiro utiliza-se constantemente de aparatos repressivos para com os trabalhadores.

No metrô a comercialização é proibida por lei, essa norma pode ser vista por todos os usuários em qualquer vagão de metrô, apesar de todas as adversidades, o local é substancialmente importante para o desenvolvimento da atividade pelas seguintes características: fluxo intenso, bastante rotatividade, usuários de baixa renda e contato próximo do trabalhador com seus clientes. A permanência desses

³⁵ Dados do Grande Recife e consocio, acessado em: <https://www.granderecife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Anuario_2020_v1.pdf> Visto em: 10.10.2023.

trabalhadores no local é constantemente ameaçada e reprimida por ações de apreensão de mercadorias e expulsão dos ambulantes do metrô, residindo aí uma boa questão para o aprofundamento da análise. Segundo Zé do metrô:

[...] Aqui no metrô todos os dias temos que firmar nosso espaço, temos que ser ligeiros, ficar ligado na movimentação e nos seguranças. Em nenhum momento ficamos livres de ameaças dos que controlam o metrô e dos outros colegas, alguns fingem ser amigos, amigos mesmo são aqueles que ajudam na hora que precisamos [...] (Entrevistado 1, Zé do metrô)

Durante as entrevistas, todos esses trabalhadores relataram que a disputa por espaço é uma luta constante, principalmente, com a expansão dos números de trabalhadores informais no metrô do Recife. Muitos comercializam mercadorias semelhantes, então ter um espaço estratégico torna-se crucial para obter boas vendas. A partir daí, cada trabalhador adota suas estratégias para garantir um bom espaço e boas vendas, como relatou baixinho:

Faz mais de 10 anos que trabalho aqui no metrô, foi através do meu trabalho que consegui construir minha casa e garanti um teto para minha família [...] no início, era mais difícil, a repressão era maior, mas não tinha essa quantidade de pessoas trabalhando como tem hoje. Hoje tem tanto que fica batendo um em cima do outro, a gente se ajuda, sabe? Mas cada um tem que se virar para vender suas mercadorias. Eu mesmo deixo um colega em um ponto fixo em Joana Bezerra, e saiu pelos metrôs de vagão e vagão vendendo [...] é mais rápido e prático (Entrevistado 6, Baixinho).

Além da disputa pelo espaço, outra discussão importante a ser colocada sobre o tema é a questão da infraestrutura. Há muitos anos a questão da infraestrutura do metrô vem sendo evidenciada no debate público, e junto a ela, a discussão da privatização ou não da malha ferroviária do Recife. Problemas como paralisação da atividade dos trens, ausência de manutenção periódica, falta de acessibilidade, ausência de sanitários e insegurança marcam a realidade cotidiana dos usuários do metrô. Se a situação não é nada fácil para esses usuários, para os trabalhadores, que detêm uma longa jornada de trabalho nessas condições, é uma situação calamitosa, como argumenta Jô:

Veja, trabalhar aqui não é nada fácil. Todo mundo passa aqui reclamando, é sempre cheio, apertado e sujo. As coisas que têm nem sempre funciona, os trens mesmo, as vezes nem o ar-condicionado funciona, temos que sair de

vagão e vagão torcendo para que um esteja pegando [...] banheiro? Só nos terminais de ônibus, uma amiga já teve infecção urinária, e eu quase tive também, porque passamos muito tempo trabalhando e daqui que vamos no banheiro é porque a situação está braba[...] (Entrevistada 5, Jô).

Assim como a fala de Jô evidencia, a ausência de condições de infraestrutura básica, a exemplo do sanitário, torna a atividade laboral ainda mais desgastante ao fazer com que o trabalhador passe a deslocar-se até uma estação integrada com um terminal de ônibus para fazer o uso de um sanitário. Ademais, mediante a constantes problemas nas escadas rolantes e elevadores, esses trabalhadores, muitas vezes, têm que descer de escada, percorrer um longo caminho até o ponto desejado, tornando mais árdua a atividade dos(as) trabalhadores(as). Quando perguntado aos trabalhadores: O espaço oferece alguma infraestrutura adequada para realizar o trabalho? A resposta foi unânime: “Não”, nas palavras de Tito e Marcão:

[...] Não, a infraestrutura é péssima, nos viramos com o que temos, cada um ajuda o outro, mas as condições são péssimas. Os usuários todos os dias reclamam, as vezes assistimos a tv para saber se vai ou não ter problemas no metrô (Entrevistado 2, Tito).

Claro que não, você não ver que todo mundo só reclama? Esses dias mesmo nem o ar-condicionado estava funcionando, nesse calor do Recife? O bom foi que vendi bastante água (risos), mas isso não é bom para ninguém, nem para mim que passo o dia todo nessa situação (Entrevistado 8, Marcão).

Seja através dos relatos das entrevistas, na observação ou através da opinião pública, a situação estrutural do metrô coleciona problemas e críticas, e diante desse debate, a especulação neoliberal se aproveita para ampliar as críticas ao poder público ao mesmo tempo que incentiva a privatização. Enquanto a realidade não muda, cada vez mais amplia o número de trabalhadores comercializando no local, que se mistura ao ritmo frenético e agitado do espaço urbano, e se intensifica nos horários de pico.

O espaço é caracterizado por vender materiais eletrônicos, alimentos industrializados e oferecer serviços com baixo custo comparado ao comércio local. A linguagem do comerciante é popular, atingindo o seu público-alvo. É comum o uso de gírias e falas marcadas pelo regionalismo. Em todos os cantos ouvimos “olha a água”, “Pipoca doce e salgada”, constituindo um som comum ao ambiente.

A todo o momento é notável um número muito grande de trabalhadores ao mesmo tempo, muitas vezes vendendo a mesma mercadoria. Apesar disso, todos dividem o mesmo espaço e se revezaram em discursos criativos para chamar a atenção dos consumidores. Muitos carregam suas mercadorias nos ombros, outros utilizam um carrinho para transportar, e a depender da mercadoria, às vezes precisa outro trabalhador ou uma ajudinha dos colegas ambulantes, constituindo uma rede de solidariedade entre eles, que passam a organizar e gerir o trabalho ambulante.

5.2 O retrato da informalidade: o perfil e as características socioeconômicas dos(as) trabalhadores(as) entrevistados que atuam no comércio informal no metrô do recife

Ao tentar constituir um retrato dos entrevistados, utilizei a alusão de um retrato fotográfico, que consiste em um registro de um dado momento específico, em um contexto e recorte particular. A partir do caráter qualitativo, neste capítulo, tentamos identificar, através das percepções e trajetórias dos sujeitos entrevistados, algumas características que os intercruzam e os fizeram adentrar na informalidade. Mas, também, tendo a consciência da heterogeneidade existente, uma vez que cada indivíduo enfrenta circunstâncias distintas, e mesmo exercendo a mesma atividade laboral, cada um exerce e se relaciona com o trabalho de maneira diferente.

Nas pesquisas e bases de dados no Brasil há um grande déficit de dados específicos voltados à análise do mercado não formalizado. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), por exemplo, as categorias utilizadas para mensurar os trabalhadores inseridos na informalidade são insuficientes para retratar a complexidade do fenômeno (Vahdat, et al., 2022).

Como afirma Machado Silva (1971), apesar da lei admitir o reconhecimento do trabalho não-formal, sua legitimação concreta perante o Estado é complexa. Muitos desses trabalhadores exercem mais de uma função ou trabalho, há aqueles também que tem trabalho formalizado e utilizam do trabalho informal como um complemento de renda, ou seja, existem várias nuances a serem observadas, pois dentro da informalidade existe um mundo heterogêneo, de múltiplas inserções e categorias.

Em sua pesquisa Aparecida Alves (2001), identifica diversas modalidades de trabalho informais na contemporaneidade, nos quais se destacam os trabalhadores informais tradicionais; trabalhadores assalariados sem registros; trabalhadores autônomos e pequenos proprietários informais. Ademais, nesses últimos anos, alguns trabalhos como o de Ricardo Antunes (2018), enfatiza a ampliação das relações e formas de trabalho na contemporaneidade. Segundo ele, vem constituindo-se uma nova morfologia do trabalho com a ampliação dessas categorias, principalmente, com consolidação do trabalho plataformizado/urberizado e com o advento da indústria 4.0³⁶.

De acordo com Antônio Machado Silva (1971), os trabalhadores ambulantes são uma das categorias dentro da informalidade mais vulneráveis, que se enquadra nos trabalhadores informais tradicionais, e sua atividade é marcada pela carência de instrumentos de trabalho, pela desproteção jurídica-institucional, por laços clientelistas, que geralmente mobiliza amigos e/ou familiares no desenvolvimento da atividade, e caracteriza-se como trabalho intensivo precário e flexível. O trabalho ambulante abriga um perfil de trabalhador periférico, e é geralmente caracterizado como atividade principal da renda familiar, não vinculados a organizações sindicais e apresenta uma jornada de trabalho que ultrapassa 8 horas por dia (Amorim, 2019).

Segundo Noronha (2003), a atividade ambulante é predominantemente masculina, e essa característica é notória quando levamos em conta a divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres, em sua maioria, acabam ocupando os espaços informais ligados ao cuidado doméstico, e o homem ao trabalho de rua, ditos “pesados”. As mulheres nessas relações de trabalho quando exercem a atividade de ambulante estão ligadas ao trabalho de produção do produto, como, por exemplo, responsável por fazer os lanches para o homem vender. Além disso, é possível verificar outros marcadores sociais que estão presentes no trabalho ambulante, como o fator geracional e étnico.

No esforço de caracterizar o perfil dos trabalhadores(as) informais ambulantes entrevistados(as) no metrô do Recife é válido enfatizar algumas considerações: 1) há uma grande heterogeneidade na informalidade; 2) o perfil de trabalhadores(as) varia bastante principalmente se considerarmos o tipo de atividade

³⁶ A denominada indústria 4.0, como afirma Antunes (2020c), é pautada pela melhoria na eficiência produtiva através da integração de diferentes tecnologias. Integrando a robótica, os sistemas de inteligência artificial e o controle produtivo através do aparato tecnológico.

e o processo produtivo no qual está inserido, dentre as atividades comuns estão a comercialização de produtos alimentícios, venda de acessórios portáteis e inúmeros produtos sazonais; 3) não há um consenso na literatura e pesquisas acadêmicas que apresente um retrato da informalidade, principalmente diante da ausência de dados e mapeamentos mais preciso para esse tipo de atividade; e 4) algumas literaturas e pesquisas acadêmicas (Alves, 2001; Telles, 2006; Amorim, 2018; Rabossi, 2019), oferecem alguns parâmetros que nos ajudam a caracterizar alguns marcadores sociais presente nos perfis e nas trajetórias desses indivíduos, como exemplo, o nível de escolaridade, o nível de especialização profissional e o recorte étnico/racial e de gênero.

Tendo a compreensão das respectivas considerações, foram selecionados 10 trabalhadores(as) ambulantes no metrô do Recife para serem entrevistados, visando entender, através das suas trajetórias, um retrato do trabalho informal. Entre os trabalhadores selecionados, 6 trabalhadores foram do sexo masculino, e 4 trabalhadoras do sexo feminino. Essa divisão quase equitativa de gênero nas entrevistas não representa a realidade quantitativa do campo, uma vez que, apesar da ausência de dados precisos sobre a distribuição de trabalhadores no local por sexo, o número de trabalhadores masculinos é consideravelmente superior ao feminino.

Ratificando o que Noronha (2003) argumenta, citado acima, sobre a predominância masculina nesse tipo de atividade. Em vista disso, quando perguntadas quais as principais adversidades no exercício da atividade ambulante, algumas questões de gênero aparecem em seu discurso, principalmente no tocante da jornada de trabalho:

[...] A minha rotina é muito pesada, mas é um trabalho gratificante. Se você me perguntar se é fácil eu digo que não. Mas eu já me acostumei, as coisas já foram mais difíceis. Antes meus familiares não aceitavam bem que eu trabalhasse aqui, eu falava: se não for aqui vou trabalhar onde? As coisas não estão boas. Vocês acham que as coisas caem do céu? Eu tenho que lutar o dobro. Quando chego em casa não paro quieta, tenho que organizar, fazer a comida, preparar tudo para o outro dia (Entrevistada 10, Tia).

Esse fragmento da narrativa de Tia evidencia algo comum na constituição da divisão sexual do trabalho, especialmente, quando discutimos sobre a dupla jornada de trabalho feminina, que além do trabalho remunerado soma-se o trabalho

doméstico do lar. Sobre a autodeclaração étnico-racial dos entrevistados, a maioria se autodeclarou parte 6 (seis); 2 (dois) se declararam pretos, e 2 (dois), autoafirmaram brancos. Quando levamos em consideração a normativa do IBGE que se afirmar que os negros são as somas da população preta e parda, podemos a maioria dos entrevistados são pretos e pardos e somados são 8 dos 10 entrevistados(as). A questão étnica/racial aparece como um dos principais marcadores que constitui o perfil da população na informalidade, e no recorte do metrô, através da observação, não é diferente.

Para os participantes das entrevistas foi questionado também se possuíam alguma denominação religiosa, os quais 3 (três) se afirmam católicos; 5 (cinco) protestantes/evangélicos; 1 (um) umbandista e 1 (um) que não possuía nenhuma religião. O número de protestante e evangélicos mostra-se superior aos demais, seguindo uma tendência em todo o país, diante da expansão religiosa protestante. O metrô, inclusive, é um espaço utilizado constantemente por religiosos professando sua religião, durante a observação, foi possível identificar alguns indivíduos que cotidianamente professavam algumas palavras religiosas.

Segundo Burity (2013), é possível também associar como a concepção religiosa influí na percepção do trabalho dos indivíduos. Assim, o neopentecostalismo, através da teologia da prosperidade, tem relações próximas com o discurso neoliberal que defende o consumismo e a acumulação do capital. O trabalho, nessa ótica, é concebido como a busca e luta do indivíduo para alcançar a prosperidade divina, onde Deus dará às condições de trabalho e guiará o trabalhador para a superação de sua condição precária.

O discurso do empreendedorismo liberal é notoriamente difundido pelo Neopentecostalismo, que contribui na compreensão desse empreendedorismo, onde os indivíduos em uma situação precária e diante da ineficiência do Estado em garantir direitos básicos, acaba se lançado a informalidade na tentativa de se retirar da situação de extrema pobreza e subordinação, esperando através dos seus esforços serem abençoados com a prosperidade.

A narrativa neopentecostal é extremamente visível nessa categoria de trabalhadores, seja literalmente proferida por eles ou nas entrelinhas dos discursos dos trabalhadores que a todo instante citam o nome de Deus e invocam a prosperidade divina. Para além da perspectiva do trabalho, o neopentecostalismo acaba trazendo no discurso o conservadorismo, contrapondo o movimento

ecumênico, e assim flexibilizando a perspectiva econômica e a relação do trabalho, mas conservando a ética religiosa (Burity, 2020). Essa reflexão proporcionou alguns apontamentos e reflexões de como a religião está interligada à concepção e realização do trabalho, mostrando-se, inclusive, como uma perspectiva analítica que posteriormente possa ser explorada em trabalhos futuros.

Dentre os entrevistados(as), a variação do nível de escolaridade foi de 1 (um) com o ensino fundamental completo; 5 (cinco) ensino médio incompleto e 4 (quatro) com ensino médio completo. A baixa escolarização somada a pouca experiência no mercado de trabalho formalizado acaba reduzindo as possibilidades desses indivíduos de alcançar outros mercados. Segundo as falas de Zé do Metrô, a baixa escolaridade marcou significativamente sua trajetória:

Eu tive que abandonar a escola para ajudar meus pais com algum rendimento, a situação não era nada fácil. [...] Hoje eu percebo que faz uma falta danada, hoje qualquer emprego que você ver por aí pedem uns bons estudos, algo que não pude fazer. (Entrevistada 1, Zé do metrô).

Não diferente de Zé, Xena argumenta:

Hoje eu estou pensando em voltar a estudar, não conseguir na época terminar o ensino médio, e hoje percebo que outras oportunidades fora daqui exigem. Não me arrependo, comecei a trabalhar ainda nova, e com isso conseguir minha independência. Conheci minha namorada e fui morar com ela e minha tia, isso tudo foi possível apenas com meu trabalho e o dela. [...] Hoje eu trabalho aqui todos os dias, e ela trabalha em Call Center (nome da empresa), e juntas conseguimos nos virar (Entrevistada 9, Xena).

O nível de escolaridade de acordo com esses relatos influenciou consideravelmente suas trajetórias, fazendo eles escolherem ocupações que exigissem pouca especialização ou experiência. A inserção na informalidade foi a maneira que os entrevistados encontraram para garantir seu sustento, como relatado:

Cheguei em um momento da vida que era ou trabalhar ou estudar pois os dois não davam. Então optei por trabalhar, ganhar meu dinheirinho e seguir tocando minhas coisas (Entrevistado 4, Digão).

Quando questionados se os colaboradores tinham filhos, 1 (um) respondeu que possuía apenas um filho; 5 (cinco) de 2 a três filhos; e 4 (quatro), não possuíam filhos. O fator maternidade e paternidade apareceu algumas vezes durante a entrevista, em geral, nos momentos em que se falava como os trabalhadores(as) administravam seu tempo com as atividades domésticas, os momentos de lazer familiar e o trabalho, os quais serão abordados nos tópicos posteriores. Segundo o entrevistado Zé do Metrô, quando perguntado a ele “como ocorreu a sua inserção na atividade ambulante?”, responde:

Em toda a minha vida eu sempre me perguntava “de onde vim e para onde eu vou? Eu tenho três filhos e me separei da minha mulher por conta de cachaça. Ninguém queria arrumar trabalho para mim não, sabe como é né? Tive que me virar, um dia olhei e disse vou vender água no metrô, assim consigo um trocado e toco minha vida. [...] cara, percebi que tem muitas pessoas nessa situação, cada vez mais faltava espaço para tanto trabalhador, e aí começou os maiores conflitos, precisávamos de espaço, mas tinha tantas pessoas que eu tive que bolar novas formas de garantir minhas vendas (entrevistado 1, Zé do Metrô, 2023).

Quanto à origem e moradia dos entrevistados, observou-se que a maioria deles é natural da região metropolitana do Recife, onde residem atualmente. A exceção é o entrevistado Zé do Metrô, que nasceu e passou sua infância no interior do Estado. Dos demais, 4 (quatro) são naturais do Recife, 3 (três) nasceram em Jaboatão dos Guararapes, 2 (dois) em Olinda e 1 (um) em Camocim de São Félix.

A seguir, apresenta-se uma tabela ilustrativa com os principais dados sobre os perfis dos participantes entrevistados(as):

TABELA II - Perfil dos Participantes entrevistados(as)

Perguntas	Respostas
Nº de Participantes	10
1. Sexo	
Masculino	6
Feminino	4

2. idade	
18 a 24 anos	3
25 a 31 anos	3
32 a 38 anos	3
39 a 44 anos	1
Acima de 45 anos	0
3. autodeclaração racial	
Branco(a)	2
Preto(a)	2
Pardo(a)	6
Amarelo(a)	0
Indígena	0
4. Religião	
Católico(a)	3
Protestante/evangélico	5
Umbandista	1
Espírita	0
outras religiões	0
Não tem religião	1
5. Estado Civil	
Solteiro(a)	3
Casado(a)/ união estável	6
Separado(a)	1
viúvo(a)	0
6. Nível de Escolaridade	
Nunca frequentou escola	0
Fundamental incompleto	0
Fundamental completo	1
Médio incompleto	5
Médio completo	4
Superior incompleto	0
Superior completo	0
7. Filhos/ Filhas	
possui 1 filho	1
possui 2 ou 3 filhos	5
possui acima de 3 filhos	0
Não possui filhos	4
8. Nº de residentes na moradia	
1 a 2 pessoas	2
3 a 4 pessoas	7

5 a 6 pessoas acima de 6 pessoas	1 0
9. Renda média	
até 1 salário-mínimo	4
de 1 a 2 salários	6
de 3 a 4 salários	0
acima de 5 salários	0

Fonte: elaboração do autor através de dados das entrevistas (2023).

Além da origem, outro dado importante ao estudo para analisar as trajetórias desses trabalhadores são as ocupações anteriores já realizadas, e se essas atividades possuíam ou não registros empregatícios. Dentre os dados obtidos, 7 (sete) dos entrevistados afirmaram que já haviam desempenhado trabalho registrado, enquanto 3 (três) informaram que nunca realizaram trabalho formalizado. Como evidencia, a tabela seguinte:

TABELA III – Ocupação dos entrevistados(as)

Entrevistado	Ocupações anteriores	Trabalhou de Carteira assinada?	Tempo de trabalho com CLT
Zé do metrô	Entregador de encomendas, eletricista, pintor	SIM	8 anos
Tito	Garçom, auxiliar de serviços gerais,	SIM	3 anos
Galega	Call center	SIM	1 ano
Digão	Atendente de loja	SIM	4 anos
Jô	Cabeleireira, cuidadora de idoso	NÃO	-
Baixinho	Ajudante de mecânico	NÃO	-
Renê	caixa de supermercado	SIM	8 meses
Marcão	Motoboy, vigilante, ajudante de pedreiro	SIM	5 anos
Xena	Call center; atendente de bar; recepcionista.	SIM	4 anos
Tia	Costureira	NÃO	-

Fonte: elaboração do autor através de dados das entrevistas (2023)

Em relação às ocupações, evidencia-se que, em geral, as atividades desenvolvidas desses indivíduos estavam vinculadas ao setor de serviços e comércio, setor que teve uma grande expansão nos últimos anos. Além disso, aparecem também as funções de atendentes de call center, e outras voltadas ao atendimento ao público. Quando perguntado quais funções já haviam desempenhado, Xena falou:

Mesmo nova já fiz um pouco de cada coisa em minha vida, já trabalhei no Call center por 2 anos. Não gostava muito não, era um trabalho exaustivo, não de cansaço físico, e sim mental. Tínhamos poucas pausas, era uma pressão para bater metas e as vezes ficava totalmente aperreada com a pressão que faziam. [...] Além disso, trabalhei como atendente de um bar de meu tipo, e já fui recepcionista de uma lanchonete. Apesar de todas as dificuldades acredito que prefiro hoje trabalhar aqui mesmo, fico aqui no meu canto, trabalho todos os dias, folgo nos finais de semana pois não tem muito movimento, e assim vou levando minha vida (Entrevistada 9, Xena).

Foi possível observar, através das entrevistas com esses trabalhadores(as), que suas trajetórias laborais têm pontos em comum. O primeiro deles é a origem familiar em condições de vulnerabilidade social, e com isso, os mesmos desde cedo tiveram que abdicar dos estudos para trabalhar. O segundo é que, diante da baixa escolaridade e especialização, todos passaram em sua trajetória laboral por empregos flexíveis, seja em Call Center ou na área de serviços em geral, desempenhando funções com alta rotatividade e bastante flexíveis.

Nas palavras da entrevistada Xena, por exemplo, apesar de todas as adversidades, para ela hoje é mais vantajoso estar atuando na informalidade do que as funções já desempenhadas. Essa é uma realidade cada vez mais comum para parte dos trabalhadores, principalmente, com a ampliação da flexibilização da CLT, que vem tornando os direitos e assegurando sociais reduzidos. Tanto Xena, quanto Tito, Galega e Renê, tiveram uma breve experiência no mercado formal, resultando em menos de 5 anos.

Por serem jovens e ter uma baixa escolaridade, segundo seus relatos, as oportunidades são mínimas e eles encaram o comércio ambulante com uma perspectiva de empreender algo que possa garantir bons sustento por um longo período. Na perspectiva do atual mercado formalizado, que vem perdendo o atrativo de garantir minimamente a reprodução do trabalho e a manutenção da vida, pois

hoje um salário-mínimo chega ser insuficiente para a manutenção particular e familiar, como aponta a fala de Digão:

Trabalhei por 4 anos como atendente da (nome da loja), não era um trabalho pesado, mas o que eu ganhava lá não era suficiente para manter minha família. Se eu te disser que hoje a depender do movimento e do mês eu consigo apurar mais do que eu ganhava lá, tu acreditas? Eu sou ciente que aqui é eu e eu, mas eu trabalho para valer e consigo as vezes até 2 salários-mínimos. [...] É difícil, isso é verdade, só quem está trabalhando aqui todos os dias sabe a luta de acordar cedo e ir embora ao anoitecer, sem ir ao banheiro direito, sem comer bem e ter um lugar para descansar, mas ainda sim tô me virando e conseguindo ganhar mais do que estava ganhando lá. (Entrevistado 4, Digão).

O fator salário é um dos pontos mais relatados quando questionados sobre o rendimento médio. Entre os pesquisados, 4 (quatro), afirmaram apurar até 1 salário-mínimo; e 6 (seis), entre 1 e dois salários-mínimos. Exceto Xena, Renê e Galega, os demais afirmaram que a sua renda familiar, ou a maioria dela, é constituída a partir do trabalho desempenhado como ambulante. Em especial, para os trabalhadores(as), que possuem filhos, que segundo as informações obtidas, 4 (quatro) possuem filhos, 1 (um) possui apenas um filho e 5 (cinco), de dois a três filhos. Sobre a questão renda e responsabilidade familiar, Marcão fala:

Em minha casa mora eu, minha mulher e minha mãe, atualmente eu sou o único que está trabalhando. As vezes minha mulher consegue uma faxina ali, um bico aqui, e vai me ajudando no que é possível. Minha mãe cuida da casa, organiza, cozinha e ajuda minha esposa nas tarefas de casa enquanto estou aqui trabalhando [...] (Entrevista 8, Marcão).

Em sua fala, um dos fatores evidenciados é o tempo dedicado ao trabalho. Além da questão da divisão sexual do trabalho já mencionada, também há o fator do tempo, a disciplina do trabalho e sua jornada. Na informalidade, como aponta Matsuo (2009), o tempo é dinheiro, pois o rendimento do trabalhador depende exclusivamente do seu desempenho e da mão de obra. A jornada dos trabalhadores ambulantes supera constantemente as médias estabelecidas por lei dentro de empregos regularizados. Quando perguntados “quantas horas em média você trabalha por dia?”, obtivemos as seguintes médias por trabalhadores:

TABELA IV - Dias trabalhados e média de horas trabalhadas

Entrevistados	Dias trabalhados	Média de horas trabalhadas por dia
Zé do metrô	Segunda a sexta	10 -11 horas
Tito	Segunda a sábado	9 - 11 horas
Galega	Segunda a sexta* *Às vezes no fim de semana	07-08 horas
Digão	Segunda a sábado	11 horas
Jô	Segunda a sexta* *Às vezes no sábado	9 -10 horas
Baixinho	Segunda a sábado	8 - 9 horas
Renê	Segunda a sexta	Não sabia informar
Marcão	Segunda a sábado	10 horas
Xena	Segunda a sexta	7 horas
Tia	Segunda a sexta	6 -7 horas

Fonte: elaboração do autor através de dados das entrevistas

A longa jornada de trabalho é também uma marca dos perfis entrevistados, exceto Galega, Xena e Tia, que, em geral, só trabalhavam na parte da manhã, os demais detém uma longa jornada que ultrapassa os limites estabelecidos por lei. Muitos deles relataram que não existem bem uma divisão do tempo de trabalho e de sua vida pessoal, e sua jornada de trabalho é mensurada de acordo com alguns fatores pessoas e externos, como exemplo, da disposição no dia, da quantidade de mercadorias, da demanda, da operação ou não dos seguranças que tomam conta do espaço, ou até mesmo do seu cansaço físico/ psicológico ou de acordo com as demandas domésticas e familiares.

De acordo com as colocações de Franco; Druck & Seligmann-Silva (2010), o processo de precarização do trabalho resulta na desestabilização do indivíduo, uma vez que, na informalidade, ele deixa de usufruir de direitos essenciais, como férias, descanso remunerado, limites para horas extras e outros benefícios que são frequentemente negados. Essa ausência de direitos contribui para uma grande exaustão laboral, que, com o tempo, tende a se agravar e pode se transformar em doenças físicas e psíquicas irreversíveis.

Assim, como evidenciado entre os perfis de trabalhadores selecionados para participar do estudo, podemos identificar alguns pontos a serem explorados a seguir em relação às suas percepções e trajetórias dentro da informalidade:

- 1) O perfil que desempenha a atividade de trabalhador ambulante no metrô do Recife é predominantemente masculino, sendo principalmente jovens e adultos excluídos do mercado de trabalho formalizado;
- 2) sua predominância étnico/racial é preta e parda, configurando a existência de uma marginalização dentro do mercado de trabalho a partir da cor;
- 3) os entrevistados, em sua maioria, possuem um nível escolar considerado baixo, baixo capital escolar, e muitos deles não terminaram o ensino fundamental e/ou o ensino médio;
- 4) a baixa experiência e especialização profissional é uma marca comum a todos, principalmente, os mais jovens que ao se inserir no mercado de trabalho encontram uma maior dificuldade de aceitação;
- 5) As trajetórias ocupacionais desses indivíduos são marcadas por atividades voltadas ao comércio e serviço, em funções com baixa exigência profissional e alta rotatividade, tornando seus percursos dentro do mercado de trabalho flexíveis e instáveis, que na primeira oportunidade de crise, são os primeiros a serem excluídos e substituídos.
- 6) O tempo de trabalho é determinado de maneira diferente por cada trabalhador, em geral, é considerado sua condição física e mental, a demanda, a quantidade de mercadoria, dentre outros critérios. Ademais, não existe uma separação entre a vida pessoal e o trabalho, determinados diante da necessidade, muitas vezes renunciando a seu descanso para trabalhar.

5.3 As trajetórias marcadas pela informalidade

Nesse tópico, pretende-se detalhar um pouco das trajetórias dos trabalhadores(as) entrevistados. Os entrevistados foram agrupados em tópicos a partir de pontos comuns encontrados em suas narrativas. Espera-se com isso entender um pouco de como esses indivíduos se inseriram no comércio no metrô, como eles retratam o seu cotidiano, quais suas perspectivas e impressões do trabalho, e quais desafios e apontamentos eles expõem.

5.3.1 Grandes lutas muitas histórias: a trajetória de Zé do Metrô

A trajetória de Zé do Metrô (42 anos), caracteriza o ditado popular que diz “brasileiro nunca desiste”. Além de inspiradora, sua história narra, com riquezas de detalhes, sua trajetória de vida e as nuances que o fizeram chegar ao comércio informal no metrô do Recife. Mais que uma personalidade, uma história marcante que nos faz refletir sobre o que entendemos de trabalho e até onde o trabalho pode ou não ser sufocante.

Seu Zé, como ele prefere ser chamado, nasceu no interior do Estado, na cidade de Camocim de São Félix. Filho de agricultores, viveu boa parte de sua infância na roça, vendo os seus pais trabalharem debaixo de sol e chuva, tendo essa atividade como única fonte de renda familiar. Seus pais, segundo ele, nunca tiveram oportunidade de se dedicar aos estudos, tanto sua mãe quanto seu pai mal concluíram o ensino fundamental. E diante das dificuldades do campo e das escassas oportunidades de emprego no interior, se mudou para a cidade do Recife no final dos anos 1990 em sua juventude e nela reside até hoje.

A vinda para Recife foi marcada por algumas mudanças e dificuldades no início de sua chegada, pois, segundo Zé, no interior eles tinham uma casa, um espaço para plantar e estava próximo de muitos amigos e familiares que moravam desde pequenos. Contudo, a situação financeira não estava dando para manter o sustento da família, e mesmo diante da ajuda que vinha dos mais próximos, não era suficiente se manter, então buscaram ir para a capital em busca de novas oportunidades.

O êxodo rural, como pontua Oliveira (1987), marcou a vida de milhares de brasileiros, especialmente na região Nordeste. Na medida que o país iniciou o processo de industrialização e a implementar uma política desenvolvimentista, a agricultura de subsistência já não era mais o suficiente para a manutenção familiar, inclusive devido ao aumento da expropriação de terras no campo. Com a concentração de capital nas grandes metrópoles que passavam por um processo intenso de urbanização, esses espaços tornaram-se atrativos por oferecer melhores oportunidades de trabalho. Dentro dessa janela de oportunidades, a família de seu Zé foi mais uma de milhares que deixaram sua terra em busca de uma vida melhor.

Devido à condição humilde, o entrevistado afirmou que abdicou dos estudos para complementar a renda familiar. A vinda para Recife não foi um processo fácil,

pois, além de buscar emprego, seus pais haviam alugado uma casa para iniciar uma nova vida. Assim, ele, por iniciativa própria, buscou uma ocupação como forma de ajudar seus pais. Quando perguntado, quais trabalhos e/ou atividades remuneradas você já realizou? Ele responde:

Para te falar a verdade, fiz tanta coisa [...] desde os 16 anos venho trabalhando para ajudar minha família. Já vendi bala no sinal, já trabalhei carregando frete nas feiras, já peguei trabalho com entregador de encomendas, eletricista, pintor. Sou pau para toda obra, o que você me pedir eu faço. (Entrevistado 1, Zé do Metrô).

Não obstante, como aponta o relato de Zé, o trabalho infantil, mesmo proibido por lei, expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei 8.069/1990, no “Art. 60, onde afirma “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz³⁷”, é algo comum dentro na realidade de muitos brasileiros, inclusive dentro e fora do metrô do Recife.

Como pontua Antunes (2009), é indispensável discutir informalidade sem falar sobre o trabalho infantil. Principalmente em um país marcado pela desigualdade social, onde muitos são forçados pela realidade a se inserir no trabalho cada vez mais cedo, para complementar a renda familiar e assim conseguir garantir o mínimo necessário para sobreviver.

No metrô, apesar de ser um espaço vigiado, tendo normas que impede o trabalho infantil, e que inclusive abriga propaganda da campanha do ministério público contra o trabalho infantil, é comum nos deparamos com crianças exercendo atividade ambulante, seja ajudando seus pais ou trabalhando sozinha ao longo das estações e trens. Quando não comercializando, é comum também observarmos pedintes com os pais cotidianamente nesses espaços, muitos inclusive recém-nascidos, sendo levados no colo dos pais ao pedir ajuda financeira.

Figura XIX – Campanha de trabalho infantil

³⁷ Acessado em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Visto em: 20.11.2023.



Fonte: Estação Porta Larga - **FOTO:** DAY SANTOS/JC IMAGEM (2020)

Entre a campanha e a realidade, existe um mundo de contradições que pode passar quase despercebido pelos usuários do metrô. No meio dos trabalhadores, torna-se cada vez mais comum ver essas crianças, longe da escola, sendo introduzidas cada vez mais cedo no mundo do trabalho. Durante a realização da respectiva pesquisa não foi observado nenhuma fiscalização de controle em relação ao trabalho infantil. Pelo contrário, comumente nos vagões ou estações vemos crianças comercializando sem qualquer tipo de impedimento.

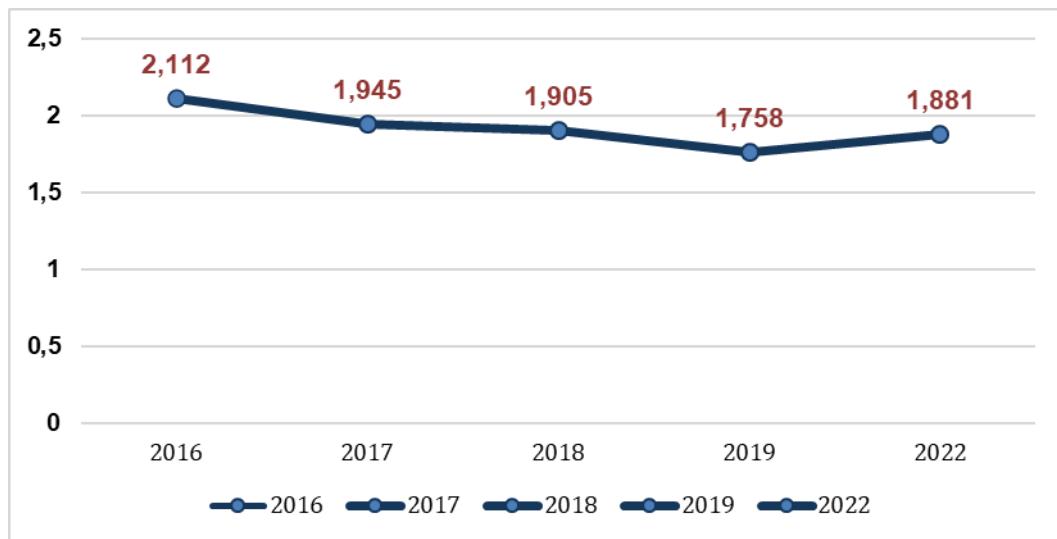
Evidenciando assim que o trabalho infantil está aos olhos de todos, e o poder público e a gestão administrativa do metrô parecem não enxergar essas crianças e suas realidades. Ao falar dessa relação de trabalho e infância, questionei ao entrevistado qual seria sua opinião em relação às crianças que notoriamente trabalham no metrô comercializando. Ele responde:

Fico realmente muito triste quando vejo uma criança tendo que trabalhar, na minha época as coisas eram mais difíceis, ou trabalhava ou trabalhava. Agora o pessoal tem muitas oportunidades [...] toda vez que vejo alguma criança só já pergunto você está com quem? cadê os seus pais? Vá estudar rapaz, vá brincar e se divertir [...]. Se eu sempre trabalhei duro foi para dar uma vida melhor aos meus filhos, jamais quero ver eles nessa situação. Eu mesmo não deixaria eles trabalharem agora, a prioridade é a educação, mas nem todo mundo pensa assim. (Entrevistado 1, Zé do metrô)

Sendo assim, mesmo tendo desempenhado trabalho infantil em sua infância para auxiliar na renda familiar, e acreditando que desde cedo tem-se que valorizar o trabalho, Zé adota um discurso contrário à realização do trabalho infantil. E coloca o processo educacional em primeiro plano para seus filhos, proporcionando a eles a oportunidade que outrora não tiveram. Pois, segundo ele, a educação seria um dos caminhos possíveis para ampliar as oportunidades de trabalho de seus filhos, e assim, ter uma carreira mais estável e mais bem remunerada.

Segundo o IBGE, no ano de 2022, cerca de 1,881 milhão de pessoas, entre 5 e 17 anos, desempenham trabalho infantil. Apesar de uma redução quando comparado com o ano de 2016, é um número bastante significativo. Muitos desses trabalhos ocorrem de maneira evidente, aos olhos de muitos indivíduos, como o caso do trabalho infantil dentro do metrô. Mesmo com todas as ações de combate a esse tipo de exploração pelo Estado e instituições sociais, ainda, sim, é uma realidade para muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico XIX – Jovens em situação de trabalho infantil no Brasil (em milhões)



O trabalho infantil faz parte de muitas das trajetórias, assim como a trajetória de Zé, que desde cedo assumiu a responsabilidade de se lançar na rua na busca pela sobrevivência. Assim, desde cedo também se constitui a percepção do

trabalho. Quando questionado sobre qual é a sua percepção e a caracterização do seu atual trabalho, ele relata:

O trabalho esteve presente em toda minha vida, pois desde cedo tive que me virar para conseguir ajudar minha família e comprar as coisas que eu queria. Hoje eu trabalho aqui no metrô com prazer, sabe? Antes já trabalhei fixado em funções pesadas, em uma rotina muito cansativa com bastante cobrança. Não é fácil está aqui todos os dias trabalhando nessas condições, mas agradeço a Deus por ter esse lugar aqui, hoje para mim é um paraíso, principalmente, quando o movimento é bom, chega eu saio feliz (Entrevistado 1, Zé do metrô).

Em sua narrativa, é possível evidenciar algumas questões importantes para pensar o mercado de trabalho. A primeira é o reflexo direto do processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho, na medida em que as condições precárias de trabalho estão presentes em todas as formas e modalidades de trabalho no mercado contemporâneo. Suscitando novamente a fala de Ricardo Antunes (2018), hoje, a via de regra, são postos de trabalhos flexíveis e precários, restando ao trabalhador escolher entre o ruim e o pior, de acordo com o que lhe for mais oportuno. Voltando ao caso de Zé, diante de sua baixa escolaridade e pouca especialização profissional dentro do mercado de trabalho formalizado, acaba sendo na informalidade sua melhor oportunidade. Como ele evidencia, a seguir:

[...] Eu não estudei, então não tive muitas oportunidades de trabalho. Já tentei enviar meu currículo para vários lugares e nada. Teve um momento que passei mais de um mês colocando currículo, ia na agência de trabalho ver se conseguia alguma indicação de entrevista, quando chegava lá tinham mais de 100 para 2 vagas. Nesse instante eu já me desanimava, as vezes fiquei de baixo de chuva em uma fila esperando ser atendido [...] chegou um momento que percebi que isso não era para mim, preferi me virar do que passar por isso novamente (Entrevistado 1, Zé do metrô).

A oportunidade, ou melhor, a ausência dela, é também um marcador social, visto que, um indivíduo no qual sua trajetória familiar é marcada pela pobreza e vulnerabilidade social, esses fatores tendem a refletir na sua inserção ou não no mercado de trabalho. Quando inseridos, passam a ocupar os empregos mais precários e flexíveis, visto a baixa qualificação profissional e educacional, refletindo em toda sua história de vida (Telles & Cabanes, 2006). Quando questionado sobre

“como ocorreu sua inserção na atividade do comércio ambulante?” o entrevistado responde:

Eu simplesmente comecei vender água de pipoca nos coletivos, é um produto certo, todo mundo compra. Depois percebi que o metrô era um bom espaço para trabalhar, fui conversando com uns conhecidos que já tinha amizade dos coletivos e fomos juntos trabalhar por lá também. Antes eu ficava aqui e lá, hoje só trabalho aqui, é mais prático, mais próximo de casa, e já me acostumei (Entrevistado 1, Zé do metrô).

A sua inserção, em suas falas, ocorreu de maneira natural. Sem uma grande reflexão ou dificuldades de inserção. Ele havia pensado que conseguiria trabalhar vendendo água e pipoca nos coletivos, e depois, foi buscando outros locais mais rentáveis para comercializar, até chegar ao metrô. Entre uma pergunta e outra, questionei, por que o metrô? Ele prontamente respondeu: “olha para aquela plataforma, o quanto de gente aglomerada. Esses trens aqui às vezes demoram para caramba, ficamos aqui anunciando e uma hora o pessoal cansa de esperar e compra”.

Em seu argumento, é possível verificar alguns fatores que vêm atraindo os trabalhadores a comercializarem no metrô, apesar dos problemas estruturais já mencionados. Às vezes, onde veem um problema, alguns enxergam uma oportunidade. Nesse caso, o atraso e a superlotação desse espaço acabam sendo uma oportunidade para os trabalhadores que ali comercializam. Na observação, essa fala se ilustrou em várias cenas, quando em pleno calor do meio-dia, alguns ambulantes que vendiam água gritavam “Olha o calor, leva água bença!”.

Dentro dessa atividade, evidencia-se uma longa jornada de trabalho e uma rotina muito exaustiva. Como argumenta Matsuo (2009), a intensa jornada de trabalho é uma grande marca da informalidade, pois nela, em geral, não existe o cumprimento das normas constitucionais, ultrapassando as oito horas diárias, previsto nos arts. 58 e 59, da constituição³⁸. O tempo, de maneira geral, é administrado na informalidade de acordo com a demanda, cansaço do trabalhador e/ou necessidade de atingir alguma meta diária, podendo muitas vezes ultrapassar

³⁸ Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. E Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

os limites físicos/psíquicos desses indivíduos (Franco; Druck & Seligmann-Silva, 2010).

O tempo de trabalho, anteriormente mencionado, é um fator desgastante para a maioria dos trabalhadores. Não diferente para Zé, quando perguntado sobre sua rotina de trabalho, ele descreve seu cotidiano como algo corrido, no qual não existe muitas vezes um tempo de autocuidado. Pois, quando está de folga, acaba se ocupando com atividades domésticas ou o próprio descanso, como relatado a seguir:

Resumindo, minha rotina começa às 5 horas, quando acordo, levanto-me, tomo meu café e vou trabalhar as 5:50. Chego lá em Afogados logo cedo, pego minha mercadoria e já entro no metrô. Depois disso, tudo é meio incerto. Vou seguindo o fluxo, primeiro em direção ao centro, e no final do dia, pegando esse público voltando para casa. [...] Às vezes largo as umas 7 horas, as vezes mais cedo ou mais tarde, vai depender de minha disposição e do quanto tenho de mercadoria. Tem dia que custo vender, mas tem dia que vende como água (Entrevistado 1, Zé do metrô).

Muitos são os desafios ilustrados por Zé, além de uma rotina longa e exaustiva. O trabalhador ambulante tende a lidar com alguns desafios durante sua atividade. Dentre os dias de observação, comumente me deparei com algumas falas de outros trabalhadores e/ou situações que envolviam a truculência de segurança metroviária para com os trabalhadores que ali comercializavam. Algumas formas de repressão e apreensão de mercadorias causavam revolta desses indivíduos e acentuavam os ânimos dos trabalhadores. Em alguns momentos, foi possível observar alguns trabalhadores pedindo ajuda nos vagões de metrô, pois suas mercadorias foram apreendidas em operações de segurança, visto que esse tipo de atividade é proibida.

Essa situação, como relataram alguns informantes, vem se tornando cada vez mais frequente, com direitos a confrontamentos físicos e agressão moral contra os trabalhadores. Pires (2011), em sua etnografia sobre os ambulantes inseridos nos trens urbanos na central do Brasil, Rio de Janeiro, afirma que essa tática de violência contra os trabalhadores nesses espaços é comum, torna-se sistêmica, sendo utilizada como tática de reprimir e coagir esses trabalhadores. Essa tática ela define como esculacho, como forma de desrespeitar e/ou reprimir os trabalhadores, valendo-se de ações truculentas contra os trabalhadores. Nas falas de Zé, se

evidencia que esse tipo de prática se tornou comum, e os trabalhadores constituem maneiras de se proteger durante esses tipos de ações:

Um dos grandes desafios sem dúvidas é a violência [...] muitos acham que estamos aqui para fazer baderna, tumultuar e até assaltar. Claro que não, somos trabalhadores. Todos os dias estamos aqui ganhando nosso dinheiro, e as vezes vem os seguranças junto com a polícia e querem levar nossas mercadorias [...] eu já passei por essa situação, já levam minhas mercadorias e foi difícil levantar dinheiro, mas depois estava aqui novamente, se não for aqui para onde vou? (Entrevistado 1, Zé do metrô).

Sobre as táticas, Zé relata que eles sempre se comunicam, informando a localização dos seguranças e como eles vêm agindo. Ele informa que existem vários grupos via whatsapp que esses se comunicam, então por meio de trocas de mensagens uns e outros vão atualizando a situação. Ademais, as redes sociais apresentam-se como uma ferramenta indispensável para o cotidiano do trabalhador, para além de troca de informações, eles apresentam também uma forma de interação, comunicação e divulgação das atividades. Inclusive, hoje alguns trabalhadores vêm fazendo essa divulgação diária através dessas plataformas digitais, como forma de mostrar seu dia a dia e evidenciar a luta e importância do seu trabalho.

Porém, apesar de todos os problemas e dificuldades desse tipo de trabalho, segundo o entrevistado, existem vantagens em sua atividade. Dentre elas, cita-se a maior autonomia e flexibilidade no exercício laboral, um maior contato com o público e novas experiências com o decorrer do tempo. Segundo o entrevistado, vem mudando sua perspectiva de vida, e possibilidade de garantir uma renda sem depender de relações burocráticas intermediadas por terceiro, como mostra sua fala:

Eu estou feliz trabalhando aqui, passo por muitos desafios, mas estou em uma fase da vida que só tenho a agradecer o que conquistei. Tenho três filhos já criados, cada um fazendo seus corres [...] aqui eu chego de manhã, vendo minhas mercadorias numa boa, e quando chego em casa, tomo uma cervejinha e vou dormir, quer vida melhor? (Entrevistado 1, Zé do metrô).

Durante toda a entrevista com Zé, pude observar uma coisa, toda a sua fala era carregada de emoção, e mesmo ciente dos desafios e dificuldades que ele passa cotidianamente dentro e fora do metrô, seus relatos evidenciam uma trajetória de grandes lutas. O jovem do interior de Pernambuco conseguiu a duras penas se

“virar” dentro de uma grande metrópole. Como coloca Vera Telles (1999), essa viração é constitutiva da vida e da luta pela sobrevivência desses trabalhadores com baixa qualificação e especialização, marcados pela vulnerabilidade e ausência de oportunidades, tendo que se lançar de maneira autônoma a múltiplas atividades a fim de garantir o seu sustento.

5.3.2 Os jovens siris no metrô do Recife: As trajetórias de Galega, Renê e Tito

Galega (22 anos), Renê (19 anos) e Tito (26 anos) foram uns dos entrevistados(as) mais jovens a aceitarem a participar do respectivo trabalho. Eles inseriram-se no metrô recentemente no momento pós-pandêmico, marcado pela reabertura das atividades econômicas e normalização do convívio social. A participação, desses jovens recém-inseridos no trabalho ambulante no metrô do Recife, foi importante para identificar como a questão geracional e suas particularidades influí na percepção do trabalho e no desenho de suas trajetórias.

Galega e Renê moram na cidade do Recife, respectivamente no bairro de Santo Amaro e Ibura. Ambos afirmam ser de famílias de baixa renda, possuem ensino médio incompleto e residem com familiares. Tito, mora na cidade de Olinda, é casado e vive unicamente com sua esposa desempregada, ele também não concluiu o ensino médio; assim como Galega e Renê, se inseriu no metrô como forma de garantir uma renda para tocar sua vida.

Os três são amigos e constituíram sua amizade através do trabalho, visto que, como novatos, resolvem se ajudar mutuamente para conseguir desenvolver suas atividades. A questão da idade aparece como um fator a ser observado, na medida que, ao que parece, existe uma relação de respeito aos mais experientes, e atenção aos mais jovens. Segundo eles, existem alguns grupos de trabalhadores antigos que regulam quem pode ou não comercializar aqui, não é uma regra explícita, mas há nas entrelinhas maneiras de coagir e excluir alguns trabalhadores novatos que se inserem no local, fato esse que foi relatado por Renê:

[...] eu tenho apenas 19 anos, tive pouca experiência trabalhando como caixa de supermercado, passei 8 meses lá e fui demitido. De lá para cá não estava conseguindo mais nada, então resolvi vim comercializar aqui no metrô. Tinha um conhecido e falando com ele, ele disse que era uma boa [...]. No início senti muita dificuldade, eu sou tímido, então para mim abordar os clientes é ainda bem difícil, mas com o pouco tempo que tenho venho desenrolando. [...] Eu percebo que alguns trabalhadores mais antigos me

olham de uma forma diferente, já me pararam e perguntaram de onde eu era, já pediram uma vez para eu sair do vagão onde estava pois já tinha gente demais vendendo, me chamando de siri, o que diabo é isso? Com o tempo depois vim descobrir [risos] (Entrevistado 7, Renê).

Segundo o entrevistado, os “siris” não são bem-vistos pela maioria dos trabalhadores antigos, que muitas vezes excluem ou “boicotam” os novatos por acreditarem que estão querendo tomar seu espaço. A denominação Siri, em alusão aos crustáceos, animais abundantes no litoral pernambucano, é um termo utilizado pejorativamente para denominar os jovens e novatos que se inseriram recentemente na atividade ambulante.

Esse termo já foi anteriormente mencionado no estudo realizado por Ribeiro (2019), no qual ele identifica os ambulantes de acordo com sua inserção e posição ocupada dentro do comércio ambulante no metrô do Recife. Segundo ele, poderíamos definir os trabalhadores entre ambulantes fixos, semifixos, novos ambulantes e siris. Seguindo essa perspectiva, os ambulantes fixos são aqueles ambulantes que se estabelecem em um ponto fixo nas estações de metrô, em geral, trabalha diariamente e possui um vínculo maior com os outros trabalhadores. Os semifixos, são os trabalhadores que têm uma maior mobilidade, eles se estabelecem por um determinado período em uma estação, porém, segue o fluxo de maior movimento e atua dentro e fora dos vagões do metrô, e detém um ponto que possa guardar sua mercadoria e andar com maior facilidade.

Os trabalhadores ditos ambulantes e siris, compõem as características do trabalhador objeto da pesquisa, sendo os indivíduos que atuam dentro e fora dos vagões de metrô, sem ponto fixo, que, em geral, possuem uma rede de ajuda, porém se relacionam de forma mais superficial, respeitando e constituindo o ordenamento do trabalho nesse espaço. Já os siris, como mencionado anteriormente, são os ambulantes recém-inseridos, que incluem os jovens, os novatos e inclusive as crianças. Sobre essa relação entre os siris e os antigos ambulantes, Renê afirma:

Quando eu entrei aqui no metrô eu não sabia bem como as coisas funcionavam, então fui começando aos poucos, tentei fazer contato com uns, mas nem todo mundo era simpático. Aos poucos fui interagindo com algumas pessoas de minha idade que era mais fácil, e vim percebendo que os mais antigos não queriam muito papo não, então fui ficando na minha, e

fazendo amizade apenas com quem parecia não se incomodar com minha presença [...] (Entrevistado 7, Renê).

Sendo assim, a questão etária e a inserção recente no comércio ambulante são fatores importantes que perpassam as trajetórias de trabalho desses indivíduos. A depender do perfil dos indivíduos, mais jovens ou mais velhos, a percepção do trabalho e sua relação com ele pode apresentar diferenciações. Ademais, o próprio contexto no qual esses indivíduos estão inseridos podem apresentar variações que impactam sua visão de mundo, segundo Telles:

Para os mais jovens, as circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras em outros tempos. Eles entraram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior (Telles, 2006, p.176).

Em vista do contexto atual de desapropriação dos direitos e da seguridade social, da desregulamentação das relações laborais e o aumento exponencial do desemprego, com a ascensão do discurso neoliberal impacta milhares de indivíduos, principalmente a juventude que cresceu com o estímulo ao empreendedorismo. Esses fragmentos de discurso neoliberal podem ser observados nos seguintes trechos (Entrevistada 3, Galega):

Entrevistador: sobre a percepção do trabalho que você realiza, Como você caracteriza o seu trabalho atual?

Entrevistada: eu estava tentando buscar um emprego novo desde quando sair do call center onde trabalhava. Lá eu já vendia brigadeiros escondido nos meus intervalos, porque não era permitido. Mas eu precisava de empreender para garantir um dinheiro extra. Depois que fui demitida eu pensei, o que vou fazer? Preciso pagar minhas contas e me manter. Então foi aí que resolvi comercializar salgados dentro do metrô. Eu tenho um filho de três aninhos, meu pai trabalha como pedreiro, e minha mãe é desempregada. Então falei com ela para ficar com meu filho e vim vender salgados aqui no metrô.

Entrevistador: então você enxerga como empreendedorismo a sua atividade?

Entrevistada: Sim, criei minha marca “Galega dos salgados” e todos os dias estou aqui. Eu mesmo faço e eu mesmo vendo, venho de manhã logo cedo e no meio-dia já tenho vendido tudo [...] só não posso ficar parada.

Na perspectiva de Galega, ela não enxerga o exercício de sua atividade como um trabalho informal, mas sim como empreendedorismo. Não obstante, as ideias de empreendedorismo aparecem nas falas dos outros dois entrevistados, Renê e Tito.

[...] Hoje a ideia é empreender, hoje eu tenho aqui meus produtos de fones, capas de celulares, carregadores e saiu por todo o metrô vendendo. [...] pegou muita mercadoria barata nos chineses lá no centro da cidade, divulgo também nas redes sociais, tenho até uma lojinha virtual [...]. (Entrevistado 7, Renê).

A palavra empreendedorismo também aparece na fala de Tito quando perguntado: “sua atividade é regularizada e/ou você possui algum registro MEI ou afins?”, ele responde:

Eu não sou regularizado e nem tenho nenhum registo, me acho empreendedor, ou como dizem por aí autônomo, eu mesmo que faço tudo sozinho sem ajuda nenhuma. Vou atras de minhas mercadorias, trago para cá, vendo e está tudo certo [...] (Entrevistado 2, Tito).

A ideia do empreendedorismo apareceu com bastante constância no discurso desses jovens, quando comparado com os trabalhadores mais antigos, a autonomia é uma categoria mais presente. Segundo Antunes (2018), a ideia do empreendedorismo representa o novo discurso do capitalismo para expropriar os direitos dos trabalhadores, constituindo uma individualização em torno do trabalho, e eliminando as relações laborais. Contudo, não garantindo uma melhor qualidade de vida e laboral, pelo contrário, como afirma Coelho-Lima (2016, p.261):

A saída do pauperismo pelo empreendedorismo constitui-se em uma falácia: por um lado, permanece a submissão do trabalhador a condições aviltantes de trabalho e, por outro, reduz a pressão pela ampliação de vagas com melhores condições de trabalho.

Na ausência de espaço, esses jovens se lançam em ocupações autônomas cada vez mais precárias, e, em geral, optam por não registrar suas atividades através dos registros municipais, e nem se veicular a modalidade de Mei. Apesar da realidade, e de algumas críticas ao trabalho assalariado, o discurso desses jovens trabalhadores não reside em ser contra a formalização das atividades e nem contra

o trabalho formal, mas sim críticas a burocratização e o trabalho abusivo presente em todas as modalidades. Como afirma Galega:

Trabalhei por 1 ano em um call center, se você me perguntar hoje se quero voltar, eu digo: Nunca mais. Prefiro estar aqui, sem ser pressionada por metas, de ter meu tempo controlado e de ficar horas sentada em frente de um computador [...] lá eu me sentia muito cansada, quando largava já imaginava que amanhã teria que passar por essa mesma tortura [...]. Aqui é difícil sim, não temos décimo terceiro, temos que estar disposta todos os dias se não nem pegamos dinheiro para levar para casa, mas para mim é melhor. (Entrevistada 3, Galega).

O estranhamento e o sentimento de não pertencimento ao trabalho é um elemento típico do capitalismo, como outrora afirma Marx (1982). O labor passa a significar apenas um emprego assalariado, perdendo toda a capacidade de transformação do homem e da natureza. E apesar das vias informais serem ainda mais vulneráveis do que a informalidade, vem tornando uma alternativa para esses entrevistados que não conseguem se encaixar hoje em relações laborais assalariadas, e assim impactando suas trajetórias.

Sobre a rotina de trabalho, repete-se a narrativa de uma rotina com grande carga horária, tendo pouco tempo para se dedicar às questões pessoais, visto a intensidade que é atuar como ambulante. Além da rotina exaustiva, outra questão a ser mencionada é sobre as mercadorias, seus percursos e como ela leva à exaustão o trabalhador. Entre os três entrevistados mencionados neste bloco, Galega trabalha com salgados, Renê trabalha com acessórios eletrônicos e proteção para celulares, e Tito trabalha com mercadorias mais variadas, a exemplo de utensílios domésticos e objetos de uso cotidiano no lar. Quando perguntado a eles se “o espaço oferece alguma infraestrutura adequada para realizar o trabalho?” eles falaram:

Não, de modo algum [...] Toda vez eu tenho que levar de casa os meus salgados e sair de trem em trem levando minha mercadoria. Quando estou cansada ou o movimento está fraco, dou uma parada em alguma estação e descanso um pouco, mas logo tenho que voltar a atividade se não perco de vender (Entrevistada 3, Galega).

O metrô tem péssima estrutura, de vez em quando dá problema e não funciona um ramal, aí fica um tumultuado de ambulantes fazendo a mesma rota, aí já sabemos que o rendimento do dia será fraco, as vezes não vale a pena nem ficar [...]. Outro dia mesmo precisava ir ao banheiro, mas onde?

Tive que pedi para ficar com minha mercadoria, até ir à estação Joana Bezerra, depois voltar para pegar (Entrevistado 7, Renê).

Por fim, quando perguntado se eles “já presenciaram conflito entre ambulantes pelo espaço?” eles confirmam que sim. Como já evidenciado, Santos (1982), o espaço e a disputa dele é crucial para a reproduzibilidade do trabalho, e o metrô do Recife desponta como um lugar frutífero para a proliferação desse tipo de atividades, ao possuírem ao menos dois elementos importantes: demanda e concentração de indivíduos.

Na observação foi notado que muitos desses indivíduos estão sempre alerta por conta dos conflitos constantes que ocorrem nesse território. Foi possível observar discurso de ameaça, truculência da segurança com os trabalhadores, desentendimentos entre os próprios trabalhadores, reclamação de usuários em relação aos trabalhadores. Existe todo um debate que pode ser explorado e aprofundado sobre essa questão da ressignificação do espaço e de como ele é apropriado por esses trabalhadores.

5.4.3 As batalhadoras: as trajetórias de Jô, Xena e Tia

Apesar de não serem maiorias, inseridas na atividade ambulante, muitas mulheres trabalham hoje como ambulantes no metrô do Recife. Ao observar suas trajetórias e atividades, é possível pontuar a priori algumas questões: 1) a dificuldade de inserção das mulheres nessa atividade é muito maior, pois além da dupla jornada de trabalho que a questão do sexo retrata, a disputa e firmação pelo espaço de comercialização em um meio que predomina um discurso e uma cultura machista torna ainda mais laborioso; 2) possivelmente há uma rede de solidariedade e cooperação maior entre as mulheres, pois dentro das observações, as mulheres sempre estavam acompanhadas de parceiras ou pessoas conhecidas a ela, que seguiam os trajetos juntas; 3) Pelo fato de serem mulheres, às vezes são colocadas como forças mais vulneráveis, e por isso, acabam sendo uma das mais sujeitas a apreensões de mercadorias como evidência alguns relatos a seguir.

Apesar de todas as dificuldades, essas mulheres vêm quebrando tabus, e se mostram verdadeiras batalhadoras que asseguram sua inserção no mundo do trabalho através de muita persistência e força. A História de Jô (35 anos); Tia (38

anos); e Xena (24 anos), nos mostra a força laboral feminina diante de uma realidade marcada pela pauperização familiar.

Jô é mãe de três filhos, e desde cedo começou a trabalhar, desempenhou ao longo de sua vida funções como cabeleireira e cuidadora de idoso. Hoje, trabalha vendendo paçoca e amendoim dentro do metrô como forma de garantir uma renda. Mas, além disso, nas horas vagas, continua atuando como cabeleireira no bairro de Cavaleiros, na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Trabalhando em média de 09 a 10 horas diárias, e ainda conciliando com o cuidado da casa, já que, apesar de casada no papel, mora apenas com seus filhos.

Por ser mãe solo³⁹, Jô relata que tem que se virar em duas para conseguir dar conta do trabalho e da assistência de seus filhos. E informa, que apesar de receber o Bolsa Família, ainda precisa desempenhar outras atividades para, somado ao auxílio, conseguir manter a casa, como mostra o relato a seguir:

Entrevistado: De onde vem a composição da renda familiar hoje? É fruto apenas de sua atividade no metrô?

Entrevistada: Não, eu trabalho no metrô, sou beneficiária do bolsa família no qual recebo 600 reais que me ajuda a arcar com as despesas básicas da casa, e trabalho atendendo algumas clientes aqui no bairro que fazem cabelo comigo. Então vou me virando. As vezes vendo picolé também em casa, e assim somando uma coisa e outra vou garantindo uma renda para mim e meus filhos (Entrevistada 5, Jô).

Como vimos, às vezes muitos trabalhadores(as) constituem sua renda a partir de mais de uma atividade. Inclusive rompendo o fio invisível que separa o trabalho formalizado e o não formalizado, principalmente dada as circunstâncias econômicas atuais. Como já pontuava Cacciamali (2000), não podemos falar de setores distintos, informais e formais, visto que muitos desses trabalhadores exercem mais de uma atividade, por vez em ambas ou distintas modalidades. E, dado a situação em que um salário-mínimo chega a ser insuficiente para a manutenção de muitas famílias, muitos indivíduos passam a desempenhar várias atividades como forma de complementar sua renda.

³⁹ Conceito que nos ajuda a compreender as novas condições e configurações familiares. Em um contexto em que as mulheres além da condição de mãe exercem a função da paternidade na ausência do pai. Em muitos casos elas arcam só com o cuidado e a manutenção financeira familiar.

Somados o auxílio e suas atividades, Jô afirma que em média consegue entre 1 e 2 salários-mínimos mensais. Quando perguntado “Como ocorreu sua inserção na atividade do comércio ambulante?” A entrevistada argumentou: “Eu sempre tive que lutar para dar o melhor aos meus filhos, na ausência do pai deles, eu que arco com todos os custos de casa” (Entrevistada 5, Jô). Em seu discurso fica nítido que a prioridade de seus esforços é oferecer uma melhor condição aos seus filhos, tendo em vista que sua infância e adolescência presenciaram momentos difíceis. Então, ela afirma que, mesmo diante das dificuldades tenta oferecer tudo do melhor aos seus filhos:

Meus filhos são tudo para mim, todos os dias trabalho para tentar dar o melhor a eles, as condições não são fáceis [...] a maior parte do tempo eu passo fora de casa, eles já são grandes, um cuida do outro no tempo que estou fora [...] as vezes minha filha mais velha vem comigo, me acompanha no metrô, mas só não tiver aula ou algo do tipo, pois a prioridade é ela estar estudando (Entrevistada 5, Jô).

A preocupação educacional com os filhos aparece em seu discurso, a entrevistada não concluiu o ensino médio, e em seus relatos ela afirma que por ter baixa escolaridade as oportunidades de emprego são reduzidas. Quando questionada “O que levou você a escolher trabalhar no comércio ambulante no metrô?” ela respondeu:

A vida, a vida me fizeram vir trabalhar no metrô. Eu moro próximo à estação de cavaleiro, então é até prático para mim vim e voltar todos os dias. Eu sempre trabalhei com o público, então isso nunca foi uma dificuldade. [...] Nos primeiros dias fui entendendo como era, entendendo como chamar a atenção do público, porque hoje tem muitos ambulantes aqui, a maioria das vezes tudo vendendo a mesma coisa. Então temos que buscar formas de ter boas vendas (Entrevistada 5, Jô).

A estratégia de comercialização é um elemento importante e característico dos trabalhadores ambulantes, principalmente com o aumento exponencial do número de trabalhadores no mesmo espaço e vendendo mercadorias semelhantes. Muitos são os recursos utilizados como estratégias de vendas, que variam entre uma oratória mais popular até um discurso voltado para a questão religiosa.

Como coloca Singer (2003), essas estratégias fazem parte da labuta desses indivíduos, esses trabalhadores não podem se dar ao luxo do ócio, e essas estratégias de emprego e de forma de reproduzi-lo fazem parte de seu cotidiano.

Pires (2011), fala que essa criatividade de se comunicar e chamar atenção com a finalidade de comercializar é fundamental para garantir boas vendas aos trabalhadores. Dentro da observação, algumas estratégias foram analisadas, a exemplo de vestimentas de super-heroi, uso de microfone, giras e regionalismo como forma de conectar o consumidor, brincadeiras e piadas relacionadas com o clima da cidade.

E assim, constituindo sons e imagens característicos dentro desses espaços, ao ouvir “pipoca salgada e doce” ou o anúncio da “água mineral para evitar pedra nos rins”, percebem-se alguns elementos característicos que marcam a forma de se comunicar com os indivíduos. Quando questiono Jô se ela possuía alguma estratégia de venda, ela respondeu: “não tenho bem uma estratégia, mas tenho meu jeito de vender, temos que ficar ligada e ser ligeira, pois o metrô é muito movimentado, então quando eu vejo que alguém se mostra interessado em comprar, fico por perto anunciando até a pessoa tomar coragem e comprar [...]” (Entrevistada 5, Jô).

As estratégias de comercialização também fazem parte das táticas de venda de Tia e Xena. A entrevistada Xena é sobrinha de Tia, a qual introduziu ela no comércio ambulante do metrô do Recife. Tia, segundo Xena, é como se fosse uma mãe, que diante das condições conflituosas da família, acolheu Xena em sua casa por um período, levou ela para comercializar no metrô e ganhar seu dinheiro, e hoje Xena vem conquistando seus objetivos.

O apelido escolhido por essa entrevistada, Xena, é baseado em uma personagem de série norte-americana, inspirada em uma amazona, e tem o título de “Xena: a princesa guerreira”. No momento de escolha do nome fictício, questionei o motivo pelo qual a entrevistada havia escolhido, obtendo a seguinte resposta: “ela é um personagem que marcou minha infância, admirava sua força e luta, além de ser muito linda, eu queria ser que nem ela” (Entrevistada 9, Xena).

Já o apelido da última entrevistada, ficou Tia, por ser tia de Xena. No momento da escolha, ela afirmou que não recordava de nenhum apelido, porém, como trabalhava com a sobrinha, era chamada constantemente de Tia, ao ponto que muitos ambulantes a chamavam às vezes de tia em um tom de brincadeira. Segundo Xena, antes de trabalhar no metrô, ela já havia tido experiências rápidas na área de Call center; atendente de bar; recepcionista. Todas essas funções, de

acordo com ela, duraram em média mais ou menos um ano. Como expresso em sua fala abaixo:

Entrevistado: Certo, vamos agora falar um pouco sobre suas experiências e trajetórias profissionais, quais trabalhos e/ou atividades remuneradas você já realizou?

Entrevistada: Então, já trabalhei em Call center no centro do Recife, atendente de bar em um bar da família e recepcionista em uma lanchonete no bairro onde moro. E hoje estou aqui trabalhando com ambulante juntamente com minha tia, e até prefiro, porque trabalhamos logo cedo, meio-dia às vezes já estamos em casa almoçando [...] (Entrevistada 9, Xena).

Todas as funções anteriores de Xena foram de carteira assinada, totalizando em média quase 4 anos de contribuição. No caso de Tia, além de ambulante, ela é costureira e concilia essas duas atividades até hoje. Segundo ela, o trabalho desenvolvido no metrô ajuda a pagar boa parte das contas, e a costura é uma atividade prazerosa que ela desde jovem gostou de realizar. Em vista disso, foi perguntado também a ambas, quais os principais motivos para você trabalhar por conta própria? E como você caracteriza o seu atual trabalho?

Eu estava desempregada, aí minha tia me chamou para ajudar ela em alguns dias de pico no metrô. [...] Como geralmente ela só trabalhava pela manhã, foi um bom horário para mim, então fui ajudar e acabei ficando. [sobre a caracterização do trabalho, ela diz:] eu me considero vendedora, não vejo muita diferença entre trabalhar aqui ou trabalhar com o que já trabalhei. A única diferença é que aqui temos uma certa dificuldade com as seguranças que tentam algumas vezes dificultar nosso trabalho, mas trabalhamos tanto quanto lá fora (Entrevistada 9, Xena).

Eu nunca trabalhei de carteira assinada, pois tenho 3 filhos e então meu marido saia para trabalhar e eu ficava em casa cuidando deles e das coisas de casa. Aí comecei a costurar em casa para as minhas amigas da igreja, depois foram aparecendo outros trabalhos. Aí meu marido e eu vinhemos trabalhar aqui vendendo água e pipoca, hoje ele fica um pouco na Joana Bezerra enquanto eu e Xena vendemos andando pelo metrô, pois para mim ficar parada não dá, parece que o tempo não passa (Entrevistada 5, Jô).

Nesses dois contextos, Xena percebe a atual atividade como algo momentâneo, no qual cogita buscar outras oportunidades em breve. Já tia, a atividade ambulante é um trabalho para ajudar no complemento de renda, e pretende trabalhar até o momento possível. E assim como elas, Jô encontrou no

trabalho informal uma oportunidade complementar de constituir a renda para suprir a necessidade familiar, uma vez que a renda de sua família depende de sua força de trabalho.

Como afirma Telles (2002), a inserção da informalidade ocorre por diversas maneiras, seja ela fruto do discurso do empreendedorismo, seja como única alternativa para sobrevivência, como uma atividade de forma temporária, ou complementar diante das situações de vulnerabilidade social. A atividade ambulante para essas batalhadoras é de suma importância para garantir sua autonomia e renda.

Nenhuma das entrevistadas possuem algum tipo de regularização de suas atividades, possuindo rendimento médio mensal entre 1 e 2 salários-mínimos, a depender da época e movimento. Sobre a rotina de trabalho das três entrevistadas, Tia e Xena afirmam trabalhar em média de 6 - 7 horas por dia, enquanto Jô de 9 – 10 horas diárias. Todas as rotinas começam às 6 horas da manhã no horário de pico matinal. Como evidência Tia e Jô:

Geralmente começamos a trabalhar entre 6h ou 6:30h, para pegar o horário das pessoas irem ao trabalho. Geralmente o pessoal acorda muito cedo e sempre consome algo conosco. Para mim é o melhor horário, conseguimos vender bem. Ficamos aqui até meio-dia ou 2horas, a depender das vendas, então chegando em casa tenho tempo de descansar e cuidar de minhas coisas [...] é um trabalho cansativo, mas gratificante, e graças a Deus está dando para ajudar em minhas coisas (Entrevistada 10, tia).

Começo todos os dias pela manhã, e fico até o fim da tarde. Geralmente é o melhor horário para mim, quando consigo vender tudo antes volto para casa e me preparam para o outro dia logo cedo (Entrevistada 5, Jô).

Como visto, existem alguns desafios enfrentados por essa categoria durante sua reprodução laboral, desde a questão da infraestrutura, dos conflitos sociais e da precariedade da atividade informal. Quando perguntado às trabalhadoras “Quais as vantagens e desvantagens de trabalhar como ambulante?” resultou nas seguintes respostas:

[...] A vantagem aqui é que trabalhamos a hora que queremos e quando queremos sem ter ninguém nos pressionando ou obrigando a fazer coisas que não queremos. Nem sempre posso estar aqui, eu tenho filhos, então quando não dá eu simplesmente não venho e está tudo bem, no outro dia venho e bato as minhas metas [...] Como desvantagem talvez seja a desorganização do metrô, sempre quebra, todo mundo reclama da

estrutura, as vezes deixamos de trabalhar porque não está funcionando [...] (Entrevistada 5, Jô).

Eu gosto de meu trabalho, ganho meu dinheiro, me relaciono bem com os colegas e consigo me sentir bem aqui. Se tem algum problema, é a forma que os seguranças agem aqui no metrô, não importa se é mãe ou pai de família, eles são grosseiros e vão em cima dos trabalhadores. [...] Estamos aqui para trabalhar. (Entrevistada 10, tia).

Eu estou gostando de trabalhar aqui, mas gostaria de um emprego de carteira assinada, pois penso num futuro em me aposentar trabalhando aqui isso não será possível, não quero ter que trabalhar por toda minha vida [...] aqui muitas pessoas nos tratam como marginais, pensam que estamos aqui para badernar, quando muitos aqui estão só querendo garantir seu sustento (Entrevistada 9, Xena).

Suas falas revelam que, entre os apontamentos positivos e dificuldades da atividade ambulante, ela surge como maneira de garantir um rendimento para pessoas com baixa escolaridade e especialização profissional. Algumas pessoas, assim como Xena, pensam em buscar novas alternativas, empregos mais estáveis, que garantam direitos sociais e trabalhistas. Outras pessoas, como Tia e Jô, enxergam a informalidade como única maneira de sobreviver, e diante de sua realidade, talvez seja a atividade que mais se encaixe em seus perfis. Entre tantas perspectivas, uma coisa é certa: essas batalhadoras saem cotidianamente dispostas a garantir sua autonomia e independência financeira, e suas histórias se assemelham à história de milhares de mulheres em todo o país.

5.4.4 Os donos dos próprios negócios: as trajetórias de Digão, Marcão e Baixinho

As trajetórias de Digão (27 anos), Marcão (31 anos) e Baixinho (36 anos), se intercruzam na medida que ambos têm um desejo: montar seu próprio negócio para além do trabalho realizado no metrô do Recife. Os três entrevistados são casados, possuem vínculos religiosos protestantes, e recebem em média com o seu trabalho entre 1 e 2 salários-mínimos, sendo os principais provedores de sua renda familiar.

Digão e Baixinho possuem 2 filhos enquanto Marcão é casado, porém, ainda não possui filhos. Ambos trabalham como ambulantes no metrô do Recife desde antes da pandemia, retornaram às suas atividades diante da normalização das atividades. Dentre os trabalhos já realizados por Marcão estão as funções de

Motoboy, vigilante, ajudante de pedreiro, as de Digão como atendente de loja varejista, e Baixinho como Ajudante de mecânico.

Quando questionados sobre “se já havia ficado desempregado? E, caso, sim, como foi seu processo de reinserção no mercado?” os três responderam que sim, e que precisaram recorrer a “bicos”⁴⁰ até chegar no trabalho que realizam hoje. Na argumentação de Souza (2016), a constituição desigual no Brasil promoveu condições sociais que determinam ainda hoje as trajetórias de muitos brasileiros. Essas ditas “pré-condições”, manifesta de forma material, emocional e simbólica, formando classes sociais bem desenvolvidas ou condenadas ao fracasso desde sua infância. Essa desigualdade estrutural, segundo o autor, restringe as oportunidades de parte dos indivíduos, que mediante a uma herança familiar precária, condições educacionais e profissionais baixas, passam a se lançar em “bicos” como forma de sobrevivência. Sobre os bicos, Marcão falou:

Já trabalhei um pouco de cada coisa, já fiz uns bicos ali, outros aqui, até vim trabalhar no comércio aqui no metrô. Mas nem sempre é suficiente, então me coloco disposto a tudo. O que não posso é ficar parado esperando as coisas acontecerem, temos que nós mesmos ir buscar essas oportunidades [...] (Entrevistado 8, Marcão).

Na ausência de empregos estáveis que promovam a garantia de direitos e seguridades sociais, o que presenciamos é o surgimento de novas modalidades de trabalho cada vez mais flexíveis, e muitos deles são constituídos a partir da necessidade de obter alguma renda. E a inserção na atividade do comércio ambulante no metrô do Recife pode soar muitas vezes como algo natural, como costumo afirmar, como uma via de regra para parte da classe trabalhadora. Quando perguntados sobre sua inserção, eles responderam:

Acho que já faz uns 6 ou 7 anos que estou trabalhando aqui. Hoje no metrô tem muitos trabalhadores, na época que entrei não era tanta gente assim. [...] lembro que quando passava no metrô vendendo inicialmente água, era difícil não vender, pois se perdessem de comprar, daqui que um outro vendedor chegasse não tinha nem mais graça. Hoje não, é um ambulante em cima do outro, as vezes sai até briga e discussão pela venda. (Entrevistado 6, Baixinho).

⁴⁰ “Bicos” pode ser definido como uma atividade temporária, que em geral, não detêm vínculos empregatícios e tem início e duração pré-determinadas.

[...] rapaz, no início foi um pouco difícil, quando entrei aqui não tinha tanta habilidade em vender, então fui aprendendo aos poucos. Também tinha vergonha, muitas pessoas criticam o nosso trabalho, mas essas pessoas que falam são as que mais consomem [...]. (Entrevistado 8, Marcão).

Depois que fui demitido da loja, vim direto para cá. Eu sabia que aqui conseguiria tirar um dinheirinho para manter minhas coisas. Mas me surpreendi, foi até melhor do que imaginei [...] (Entrevistado 4, Digão).

Em suas falas eles afirmam que apesar de uma rotina difícil, principalmente pela longa jornada de trabalho, se surpreenderam ao desempenhar essa atividade. Quando questionados se eles têm vontade de trabalhar em outra função, e se a função fosse de carteira assinada, os três afirmam que sim. Gostariam de trabalhar de carteira assinada, ou também, montar seu próprio negócio em seu espaço, pois esse tipo de atividade conferiria a eles uma maior estabilidade, algo que o comércio no metrô não os confere. Pois dependem de vários fatores internos e externos para poder reproduzir seus trabalhos.

Ao refletirem sobre a percepção do trabalho que vem desempenhando atualmente, Baixinho afirmou que “vejo o meu trabalho como qualquer outro, trabalho é trabalho, não devemos negar [...]. Nas falas de Marcão “já ouvi muitas pessoas falarem e criticarem meu trabalho, mas é o que garante minha renda, ninguém aparece lá em casa para ajudar em nada [...] percebo meu trabalho como uma forma honesta de ganhar meu dinheiro, não estou roubando nem matando, estou aqui trabalhando [...]. Bem como diz Digão “sempre trabalhei e trabalho, não tenho o luxo de ficar em casa esperando ajuda de ninguém. Percebo meu trabalho como algo que eu tenho que me orgulhar, que leva o pão de cada dia para minha família”.

Apesar de muitas concepções sobre o trabalho analisarem a informalidade de uma forma negativa, ela expressa também a luta de trabalhadores que têm essa atividade como única maneira de sobrevivência diante das novas configurações econômicas e do mundo do trabalho. Assim, é uma forma legítima que confere orgulho aos trabalhadores que buscam fugir do desemprego e da miserabilidade crescente.

A mercadoria, o fornecimento e como esses trabalhadores se relacionam com ela aparecem em algumas falas. A sua origem, licitude ou forma como é articulada pelos trabalhadores são temas de diversas investigações (Rangel, 2015). Quando questionados quais as principais mercadorias vendidas atualmente por esses

trabalhadores, foi identificado que há uma grande variedade. As mercadorias por eles são articuladas de acordo com sua demanda e facilidade de transitar com elas. Esses três entrevistados afirmaram que venderam de tudo já, desde produtos eletrônicos, objetos domésticos até alimentos como paçoca, água, pipoca e doces em gerais.

As mercadorias dos trabalhadores variam bastante. Contudo, podemos dividir em alguns tipos de mercadorias, como exemplo: a) mercadorias alimentícias, que inclui industrializados como pipoca, salgadinho, confeitos, água, amendoim, dentre outros; b) importados e eletrônicos, que se refere a produtos eletrônicos para celulares e notebooks, sons, relógios e outros; c) serviços, aplicação de película e outras variedades. Sendo o primeiro e segundo os mais frequentes.

Afirmaram também que os trabalhadores ambulantes têm fornecedores e espaços conjuntos para guardar seus mercadores quando preciso, localizado em Afogados, Cavaleiro e Joana Bezerra. Essas articulações são essenciais para garantir a segurança e o fornecimento desses materiais de trabalho. Baixinho também nos revela, que alguns boxes em terminais integrados ou próximos aos metrôs são alugados por muitos desses trabalhadores para guardar suas mercadorias e de seus conhecidos. Essa prática já foi evidenciada em um trabalho anterior, com os trabalhadores ambulantes na Conde da Boa Vista, no qual muitos desses indivíduos alugavam pontos mais periféricos com o intuito de guardar suas estruturas e mercadorias (Amorim, 2019).

Quando questionados se o metrô oferecia uma boa estrutura para a realização de suas atividades, mais uma vez, a resposta unânime foi não. Entre os pontos ressaltados foram mencionados a insegurança, a violência contra os trabalhadores nas operações policiais, a falta de estrutura e funcionamento dos elevadores e escada rolante, a não manutenção do espaço, e a ausência de banheiros e espaços necessários para os usuários e os trabalhadores no local. Assim como ilustra a fala de Baixinho:

O metrô é cheio de problemas, todo ano eles (a administração do metrô) inventam uma conversa de privatizar o metrô, será que vai melhorar? Claro que não. A passagem aumentou, antes era muito mais barato andar de metrô, agora está o mesmo preço dos ônibus, e pode perguntar para qualquer um, melhorou? Tenho certeza de que você só ouvirá reclamações. [...] Nem de longe o metrô oferece uma boa estrutura, e parece que só piorou com o passar do tempo (Entrevistado 6, baixinho).

De fato, as reclamações em relação à infraestrutura do metrô são recorrentes, assim como a tentativa de sua privatização. Característica de um discurso neoliberal que, após sucatear os espaços públicos, entregam para a iniciativa privada. O problema do metrô não é de hoje, há anos que os usuários vêm sofrendo com a péssima situação. Em algumas observações, foi possível perceber uma grande quantidade de lixo no meio das vias; tetos danificados sem manutenção que quando chove alaga alguns espaços nas estações; além é claro do mau funcionamento dos elevadores e escadas rolantes, inviabilizando a acessibilidade do espaço. Em muitos momentos, o serviço é interrompido por problemas na malha viária, e muitos usuários acabam sendo pegos de surpresa, causando um grande transtorno.

Além desses problemas, outro ponto ressaltado por esses trabalhadores foi em relação ao conflito no metrô do Recife. Segundo eles, existem constantemente operações de segurança que visam nada mais apreender as mercadorias desses ambulantes. Assim como afirma Pires (2011), essa tática é vista em muitos espaços ocupados pelos trabalhadores ambulantes. Esse “esculacho” nada mais é do que uma forma de aplicar a lei de maneira seletiva visando reprimir esses trabalhadores.

Atualmente, existem algumas medidas que visam reduzir o número de trabalhadores ambulantes dentro das estações e vagões, uma delas é a construção de alguns boxes para abrigar parte desses trabalhadores. Como ilustrado na imagem abaixo:

FIGURA XX – Novos Boxes entre as estações de metrô e ônibus em Joana Bezerra



Fonte: registro do autor, Amorim (2023).

FIGURA XXI – Novos Boxes no terminal integrado de Joana Bezerra



Fonte: registro do autor, Amorim (2023).

Contudo, apesar da iniciativa, há grandes resistências por parte dos ambulantes, pois as quantidades de boxes são insuficientes para a demanda dos trabalhadores atuantes no espaço. Além disso, a fixação dos trabalhadores em um ambiente pré-determinado e limitado retira as características de ambulante, uma vez que requer um movimento e um caminho. Segundo Digão, um dos principais receios é a redução de vendas, já que esses trabalhadores seguem o fluxo de movimento para obterem melhores vendas, e os fixos, apesar de garantirem o direito de espaço, perdem sua flexibilidade.

Portanto, essa experiência empírica nos revela a importância de refletir e dialogar com esses trabalhadores, que lutam e resistem para reproduzir seu trabalho. Suas trajetórias evidenciam que a busca por postos de trabalho decentes e estáveis é urgente, e independentemente da modalidade e de suas relações laborais, o que todos os trabalhadores buscam é um trabalho digno e condições de qualidade para reprodução laboral.

5.5 Às marcas da pandemia e os apontamentos para o futuro do trabalho ambulante no metrô do Recife

Com o aumento de trabalhadores na informalidade e a perspectiva da renda em queda, agrava-se a situação de trabalho que passa a lidar com o aumento da concorrência e ampliação da oferta de produtos e serviços. A rotina dos trabalhadores itinerantes é representada por um trabalho insalubre e laborioso, na

medida que suas condições financeiras não permitem investir em uma boa infraestrutura para comercializar.

A atividade da ambulante atua como subterfúgio para minorar as necessidades oriundas da exclusão dos postos de trabalho (Cavalcante, 1983). Assim, a informalidade se constitui ocupando os espaços intersticiais não ocupados pela economia capitalista tradicional e sobrevive graças aos preços competitivos de produtos e serviços, tendo como público os trabalhadores assalariados (Cacciamali, 2007).

A pandemia, como já mencionada, denota várias faces da vulnerabilidade no mundo do trabalho, principalmente em atividades desregularizadas e não protegidas pela segurança social e direitos trabalhistas, como no caso dos trabalhadores ambulantes que atuam no metrô do Recife. Apesar de não ser o foco da pesquisa dimensionar de forma sistêmica e analítica os impactos da pandemia nessa categoria, coube, ao estudo, tentar identificar como esses trabalhadores atravessaram esse período, e como a pandemia impactou sua reprodutibilidade laboral.

Dentre os selecionados para entrevistas, 7 (sete) entrevistados atuavam no metrô desde antes da pandemia, enquanto, 3 (três), passaram a atuar após a pandemia. Quando questionados se a pandemia impactou ou impacta ainda hoje seu trabalho? De forma unânime, todos afirmaram que sim. A pandemia para muitos foi um dos períodos mais difíceis, pois, sem poder trabalhar e garantir sua renda, tiveram que reduzir seu consumo e buscar alternativas para se manterem, como informava:

A pandemia foi um terror, logo no início me vi desesperada. Pensando sempre de como era que eu iria conseguir me manter dentro de casa [...] até sair o auxílio, precisei usar bastante o cartão, e chegou em um ponto que já não tinha mais de onde tirar [...] foi um imenso sufoco. (Entrevistada 10, Tia).

Esse sufoco foi sentido por muitos indivíduos em todo o país, principalmente aqueles que não tinham mínimasseguridades empregatícias. O metrô por um bom período deixou de funcionar e, quando operava, funcionava apenas no horário de pico. Segundo os dados da CBTU, durante a pandemia, a demanda de passageiros

reduziu-se em 46,1% na Linha Sul e em 44,1% na Linha Centro⁴¹. Durante o período, foi contratada uma equipe de limpeza permanente para a higienização do metrô, e com a abertura gradativa das atividades, houve aos poucos a retomada das atividades ambulantes.

Durante a implementação do isolamento social, todos os trabalhadores tiveram que buscar novas alternativas para recorrer ao auxílio brasil. Dentre os 10 entrevistados, apenas Renê, com 19 anos atualmente, não conseguiu acesso ao recurso, pois no período tinha menor. Os demais, conseguiram em algum momento o acesso ao auxílio destinado principalmente aos desempregados, trabalhadores informais, cadastrados em programas sociais e/ou indivíduos que comprovarem nenhuma fonte de renda no período pandêmico.

No momento que foram perguntados se durante a pandemia exerceram algum tipo de atividade, 8 (oito) afirmaram que não, enquanto 2 (dois) afirmaram que sim. Esses dois foram Digão e Tito, que dentro da impossibilidade de trabalhar no metrô, tornaram-se temporariamente trabalhadores por aplicativo. De acordo com Digão, ele conseguiu alugar uma moto de um conhecido e passou a trabalhar em aplicativos de entrega como o iFood e 99food. Tito, por sua vez, aproveitou a bicicleta que tinha e se cadastrou nos aplicativos de entrega como forma de garantir alguma renda. Ao serem questionados se esse risco foi necessário para garantir sua renda, eles informaram:

Sim, na primeira semana foi tudo de boa, tinha tudo em casa e economizamos o que tínhamos. Porém da segunda semana em diante já foi batendo o desespero, sem ter como trabalhar, eu fui pensando no que poderia fazer [...] quando eles decretaram o isolamento social não tive dúvida, vou me cadastrar nos apps e trabalhar [...] (Entrevistado 2, Tito).

Foi um momento difícil, nunca imaginei que passaríamos por isso. Eu mesmo tinha medo, muitos conhecidos ficaram doentes, alguns até morreram [...]. Mas eu precisava comprar comida, pagar as contas que não deixavam de chegar, então peguei minha bicicleta e comecei a fazer as entregas (Entrevistado, 4, Digão)

Como foi evidenciado nesses fragmentos, esses trabalhadores arriscam sua saúde em busca de garantir a manutenção básica de sua família. Mesmo os que não

⁴¹ Dados da CBTU disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/20.metro-do-recife-reduz-horario-de-funcionamento-por-causa-da-pandemia-de-coronavirus.ghtml>> Visto em: 02.01.2024.

trabalharam e permaneceram no isolamento social, a situação não foi fácil, como ilustram os relatos de Jô e Tia:

Não trabalhei, mas me vi louca dentro de casa. Eu e meus filhos já não aguentávamos mais ficar dentro de casa [...] nossa casa é pequena, e nem espaço temos para respirar quanto mais fazer um isolamento social. (Entrevistada 5, Jô).

Sem dúvidas foi difícil, já estava enlouquecendo dentro de casa, sabe aquela sensação de que você precisa passear para espalhafatar e não poder? Pois pronto. Acho que meu psicológico não é mais o mesmo depois da pandemia, não tenho paciência com nada hoje (Entrevistada 10, tia).

Os efeitos da pandemia são algo a ser discutido, para além da questão financeira e material, houve prejuízos físicos e mentais, principalmente entre as famílias que não tinham condições de respeitar corretamente as medidas sanitárias. O fator pobreza foi o diferencial para ter ou não mínimas condições de isolamento social. Enquanto alguns poucos se isolavam em mansões e casarões, a maioria da população dividia um pequeno espaço para uma grande quantidade de pessoas.

O impacto da pandemia foi devastador para toda a classe trabalhadora, especialmente para os trabalhadores sem vínculos. Os dados do IBGE (2020) anunciam que, durante a pandemia, menos da metade dos trabalhadores informais permaneceram ocupados durante o primeiro semestre da pandemia.

TABELA V - Fluxos da ocupação durante a pandemia (1º trim.-maio 2020)

Ocupação	Trabalhador ambulante
Trabalhando	37,1
Afastado por conta da pandemia	27,0
Afastado por outros motivos	1,4
Perdeu a ocupação	34,5
Desemprego	5,5
Inatividade	29,1

Fontes: IBGE (2020).

Segundo as estimativas do IBGE (2020), apenas 37,1% permaneceram nas atividades. Enquanto a soma dos que perderam o cargo e os afastados pela pandemia superam os indivíduos que resistiram a permanecer em atividades em todo o país. Logo, quanto mais precário e flexível fosse a atividade exercida pelo

trabalhador, mais vulnerável ficaria durante esse período. Entre as falas dos impactos, destaca-se a de Xena, que durante a pandemia perdeu um tio próximo:

Foi um dos momentos mais difíceis de minha vida, principalmente quando perdi meu tio por parte de pai. Ele era uma pessoa muito próxima de mim, quando recebemos a notícia que ele foi hospitalizado e entubado bateu o desespero em todos. Assistimos sempre a televisão, sabíamos que a chance de ele sair com vida era muito pouca pois ele era obeso [...] O mais triste de tudo foi quando soubemos da morte dele, foi tudo mundo rápido, por conta da pandemia não pudemos nem nos despedi, ele foi enterrado sem os familiares por conta do isolamento social, foi o momento mais triste de toda minha vida (Entrevistada 9, Xena).

O luto foi um fator difícil para Xena e milhares de famílias que perderam seus membros durante esse período. Para além das dificuldades sociais, o afastamento e o luto promoveram o adoecimento psicológico de muitos indivíduos. Em sua fala, tia chegou até relatar que ainda hoje não está totalmente recuperada dos traumas vivenciados durante a pandemia. Relata que, depois dela, percebeu o aumento da crise de ansiedade e o aumento de sua impaciência com atividades cotidianas.

Assim, a pandemia da covid-19 ocasionou transtornos irreversíveis, impactou a segurança laboral de toda a classe trabalhadora, ampliou as condições de vulnerabilidade e miserabilidade de milhares de brasileiros. Os efeitos são imensuráveis, reforçando também que o mundo do trabalho precisa rever essas novas relações cada vez mais flexíveis e precárias, tão danosas à vida quanto o vírus da COVID-19.

Ao questionar sobre se os entrevistados teriam alguns apontamentos para o futuro e/ou para a melhoria do trabalho informal ambulante, os entrevistados evidenciaram esperança, relatando que acreditam que um dia as condições de trabalho irão melhorar. Nas falas de Zé do metrô e Galega, expressa-se a vontade de dias melhores:

Faz um bom tempo que estou aqui, já vi de tudo [...], mas eu tenho esperança de que as coisas melhorem, que os governantes tomem consciência que tem muito pai e mãe de família em situação difícil, e precisamos de ajuda. [...] quero trabalhar aqui até quando tiver forças, e quero ver todos aqui bem com a vida (Entrevistado 1, Zé do metrô).

Tem muitos jovens aqui, muitas crianças, meu desejo é que todos possam conseguir atingir seus coros, estudar, entrar em uma faculdade e ser

alguém formado. A vida aqui é difícil, quero que a situação do metrô melhore [...] (Entrevistada 3, Galega).

As lutas e as trajetórias desses indivíduos se mostram inspiradoras, e mesmo em uma lógica capitalista que explora o trabalho ao nível de exaustão física e mental, eles resistem com otimismo e perseverança, batalhando por dias melhores. Quando perguntados, se teriam algo a acrescentar ou realizem alguma consideração final, Jô e baixinho falaram:

Agradeço a você por nos ouvir, a vida aqui no metrô tem que ser divulgada, muitas coisas acontecem aqui que as pessoas nem sabem. Nossa trabalho tem que ser valorizado, nossa luta tem que ser exemplo para nossos filhos e para todas as outras pessoas. [...] (Entrevistada 5, Jô).

[...] Foi ótimo, gostei bastante das perguntas, e olhe que eu não sou muito de falar, mas espero que eu tenha ajudado aí em seu trabalho. [...] Espero que muitas pessoas passem a tratar nosso trabalho com respeito e admiração, e que os políticos valorizem os ambulantes (Entrevistado 6, Baixinho).

Por fim, apesar de todas as adversidades, o metrô vem se consolidando como um espaço que floresce e desenvolve o comércio informal. Esses trabalhadores e trabalhadoras estampam em suas trajetórias lutas e resistências que cotidianamente são postas à prova. Seus relatos evidenciam esperança e otimismo, mesmo quando precisam arriscar suas vidas para garantir a reprodução laboral e a manutenção da vida. E assim, diariamente, milhares de trabalhadores iniciam sua labuta buscando melhores condições perante a inércia do Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este respectivo estudo teve como objetivo compreender e analisar o trabalho informal realizado pelos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes no metrô do Recife. Mediante um olhar sociológico, visou analisar a percepção dos ambulantes em relação a sua atividade; identificar elementos comuns e singulares que marcaram a vida e as trajetórias no mercado de trabalho; as dinâmicas de comercialização no metrô do Recife, bem como, apontando as relações de conflitos sociais e contradições presentes.

Como visto, a existência do comércio ambulante faz parte da constituição histórica e paisagística da cidade do Recife, e alguns condicionantes sócio-históricos permitiram o crescimento e expansão da informalidade por todo o centro da cidade e da região metropolitana do Recife. Apesar dessa relação com a cidade, as políticas públicas implementadas no município, ao longo do tempo, não contribuíram para oferecer melhores condições e infraestrutura a todos os trabalhadores. Muitos deles foram retirados de espaços centrais na cidade e passaram a ocupar locais marginais e de deslocamento populacional, concentrando os problemas, mas não resolvendo.

Diante das (re)configurações econômicas e produtivas no país, a informalidade vem se expandindo, principalmente, após as ações reformistas adotadas pelo Estado Brasileiro. Essas medidas, como afirma Antunes (2011), ampliaram a precarização e flexibilização das relações de trabalho, (re)criando novas categorias instáveis e sem direitos e seguridades sociais. Essa nova morfologia do trabalho, empurra a classe trabalhadora às condições cada vez mais vulneráveis.

A pesquisa empírica possibilitou analisar de perto as condições e trajetórias de alguns indivíduos. Mesmo diante das dificuldades e adversidades na realização do trabalho, como já mencionado na metodologia, o trabalho obteve significativos dados qualitativos que possibilitou refletir e analisar o trabalho ambulante no contexto do Recife.

Ao longo do trabalho, através das percepções e trajetórias de 10 entrevistados que atuam como ambulantes no metrô do Recife, foi possível evidenciar algumas questões em torno da atividade ambulante. Temas como a luta e disputa pelo espaço, os conflitos cotidianos, os impactos da pandemia e os relatos

de superação e apontamento. Em vista disso, podemos apontar alguns elementos como principais características observadas e relatadas no contexto trabalho informal ambulante no metrô no Recife:

A atividade ambulante é tipicamente individualizada ou familiar, como aponta a literatura. No caso estudado, não é diferente. Muitos desses trabalhadores realizam seu trabalho de maneira autônoma, constituindo sua própria lógica de funcionamento. A relação entre o trabalhador e o consumidor é realizada através de laços clientelistas, rompendo com a relação patrão-empregado, típico das atividades assalariadas. Entre os trabalhadores impera um sistema colaborativo em redes, no qual, muitas dessas relações são constituídas no cotidiano ou através da comunicação virtual em grupos de aplicativos.

O trabalho exercido por esses ambulantes está imbricado diretamente com a lógica do sistema capitalista, não existindo uma separação da economia formal e informal, pois elas estão interligadas, ambas se subordinando às diretrizes do capital. Como evidenciado, alguns dos trabalhadores exercem mais de uma atividade, às vezes, dentro dessas duas lógicas de atividade, uma complementar a outra.

A inserção na informalidade é realizada a partir de múltiplas perspectivas, como visto na discussão, alguns entraram na informalidade temporariamente, outros por ser a única forma de sobrevivência ou então veiculado ao presente discurso neoliberal que impulsiona o empreendedorismo. Entre os entrevistados, foi possível identificar essas três modalidades de inserção, impulsionadas por diversas motivações, em especial, pela ausência de empregos formalizados, pela excessiva burocratização das relações de trabalho e diante da insatisfação com a exploração laboral.

Ademais, foi possível identificar também diversas subcategorias dentro do comércio, que a partir do modo e tempo de inserção, detém relações e condições laborais distintas. Essas subcategorias variam entre ambulantes fixos, semifixos, ambulantes tradicionais e siris. Ao trabalho, coube analisar apenas os ambulantes ditos tradicionais e siris, por terem como características o não estabelecimento fixo ou semifixo em algum espaço.

Na atividade ambulante, o trabalhador, em geral, mantém o controle de todas as etapas de comercialização, buscando estratégias criativas para destacar-se em meio a muitos trabalhadores que comercializam produtos semelhantes. Essas

estratégias são importantes para garantir um bom desempenho na atividade. Dentre as formas de comercialização adotadas, está uma oratória popular e característica do comércio informal, interação mais próxima ao público, ou até mesmo a utilização de versículos religiosos no momento de comercialização.

O lucro obtido por muitos desses trabalhadores entrevistados atinge a média de um salário-mínimo a dois salários. Contudo, a insegurança e a dependência de uma demanda constante em torno da reprodução do seu trabalho, acentua os níveis de precarização. Tendo o trabalhador que depender exclusivamente da sua mão-de-obra e desempenho profissional para obter seu rendimento, tendo que abdicar da estabilidade empregatícia.

O problema da infraestrutura do metrô foi relatado nas falas, e, observados na análise dos espaços, sendo um dos entraves para a melhor qualidade do desenvolvimento laboral. Assim, muitos recorrem a ajuda de colegas e acessam outros espaços para realizarem suas necessidades básicas. Como o estudo pontuou, esse problema estrutural é um relato comum no espaço, acentuando os conflitos sociais existentes.

A disputa pelo espaço e sua ressignificação para o trabalho é um elemento-chave para a reprodução da atividade ambulante. Dentre os conflitos evidenciados, está a disputa entre a administração do metrô que insiste em retirar e reprimir os trabalhadores que ali comercializam, constituindo um cenário de violência e embates constantes. Apesar de algumas medidas para reduzir esse problema, como a construção de quiosques próximos às estações de metrô para abrigar alguns trabalhadores, a solução vem se mostrando ínfima, e incapaz de atender as demandas do comércio informal.

O trabalho infantil também foi um tema presente, é notório a presença de crianças comercializando ou ajudando seus pais cotidianamente. Nos momentos em que foi realizado a pesquisa, não foi possível identificar qualquer tipo de fiscalização dessa natureza, apresentando inclusive uma contradição, visto que, algumas estações no metrô do Recife estampa a campanha do ministério público no combate ao trabalho infantil. Segundo a narrativa dos trabalhadores, essa situação não é nova, e nos últimos tempos, só aumentou a quantidade de crianças realizando esse tipo de atividade.

A questão de gênero também aparece como um marcador social na atividade ambulante. Apesar de a atividade ser predominantemente realizada por homens,

muitas mulheres vêm ocupando esse espaço. No caso das entrevistadas, algumas narrativas evidenciaram, que, por muitas vezes, esse ambiente de comercialização revelou um discurso machista e excludente. Assim como, a questão étnica e etária, são elementos identificáveis que refletem as desigualdades estruturais históricas do país.

A baixa escolaridade e a limitada especialização profissional são características marcantes do perfil dos trabalhadores ambulantes. Diante dessas condições, eles acabam ocupando atividades de caráter flexível e com alta rotatividade, como as de call center, atendente de supermercado e loja varejista, e motoboy. Embora a atividade ambulante esteja prevista na legislação e existam programas que incentivam o microempreendimento individual ou o trabalho autônomo, há uma baixa regularização do trabalho individual, especialmente devido aos procedimentos burocráticos, conforme relatado pelos entrevistados.

A pandemia nos evidenciou ainda mais a vulnerabilidade social desses postos de trabalho, sem acesso à seguridade social e direitos trabalhistas, atingindo em cheio a renda familiar desses trabalhadores. Em vista desse contexto, surge o interesse de analisar e estudar mais profundamente esse campo, um espaço de disputa para a reprodução do trabalho e garantia de renda.

Existem muitas demandas relatadas pelos trabalhadores, a principal, foi a necessidade de ação do Estado em relação a sua atividade, em especial, há reivindicação de cursos profissionalizantes, espaços adequados para a comercialização, um tratamento humanizado por parte do Estado e da administração do metrô, dentre outros.

Dificilmente a questão da informalidade no Brasil será superada nos próximos anos, visto que, mesmo com os momentos de crescimento e redução, há uma parcela populacional já consolidada dentro dessa economia informal. E diante do processo de reestruturação produtiva e econômica, evidencia-se cada vez mais o aumento de um exército sobrante.

Assim, esse trabalho foi um esforço de apresentar algumas reflexões e apontamentos do trabalho informal no contexto do Recife. Tendo a ciência de que, mais do que respostas, o estudo resultou em apresentar um retrato da realidade dos trabalhadores através de algumas trajetórias. Como perspectiva futura, o trabalho abre novas possibilidades de investigações, dentre elas, a reflexão do espaço e de como ele vem sendo construído e reconstruído a partir dos trabalhadores; a

indagação do trabalho infantil presente e invisível pelo Estado e administração do metrô; o machismo institucionalizado na atividade ambulante; e os desafios da comercialização pós-pandemia da Covid-19.

Ilustrando as percepções em torno do trabalho e as trajetórias, com pontos comuns, que perpassam um processo de informalização do mercado de trabalho. Esses indivíduos evidenciam que ainda há muito mais a ser investigado, principalmente, com o advento de novas ferramentas tecnológicas e o surgimento de novas modalidades e relações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Recite: Problemática de uma Metrópole de Região Subdesenvolvida.** Recife: Editora Universitária, 1979.
- ALMEIDA, J. E; ARAÚJO, J. B. **Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE.** Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.12, n.23, p.97-128, nov. 2004
- ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.
- AMORIM, Paulo V. L. **Trabalho informal no Recife: perfil, trajetórias e estratégias de reprodução do comércio ambulante.** Orientador: Maurício Sardá de Farias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais, Recife, 2019.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2a Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ANTUNES, Ricardo L. **Coronavírus: O trabalho sobre o fogo cruzado.** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020a.
- ANTUNES, Ricardo L. **O Privilégio da Servidão: o novo proletário de serviço na era digital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- ANTUNES, Ricardo L (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020c.
- ARAÚJO, Marcella. **Os mundos do trabalho da informalidade urbana: contribuições de Luiz Antônio Machado da Silva.** Contribuição especial #11, 28/10/2020.
- ARAÚJO, Maria. **O comércio informal no centro expandido do recife.** Cadernos de estudos sociais - Recife, v. 27, nº 1, p. 029-048, jan./jun., 2012.

ARAÚJO, Maria. **DE CLANDESTINOS A EMPREENDEDORES (Reflexões em torno do setor informal)**. Fundaj, 2008.

BALTAR, P.; KREIN, D.; LEONE, E. **Economia e mercado de trabalho no Brasil**. In: LEITE, M. E ARAÚJO, A. (orgs.). O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

BARBOSA, Alexandre. **O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho**. In: OLIVEIRA, Roberto Véras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens, João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1a edição. Almedina, 2011.

BENANAV, Aaron. **As origens da informalidade: a OIT no limite do conceito de desemprego**. Journal of Global History, 14:1, Cambridge University Press, 107 - 125, 2019.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

BURITY, Joanildo. **Entrepreneurial Spirituality and Ecumenical Alterglobalism: Two Religious Responses to Global Neoliberalism**. In Gauthier, F. Religion in the Neoliberal Age: Political Economy and Modes of Governance, Routledge, London, 2013.

BURITY, Joanildo. **Ativismo religioso contemporâneo: o complexo ecumênico e o povo da/na religião**. In: LELLIS, Donizete, R. N. (Org.). Religião e política o contexto da Lusofonia. Ed. Recriar, São Paulo, 2020.

BRASIL. **Boletim epidemiológico covid-19**. N, 1, 2020.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e sociedade, v. 14, p. 153-174, 2000.

CACCIAMALI, M. C. **(Pré-) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes**. Comentários ao artigo. Econômica, v. 9, 2007.

CALLIL, Victor; et al. **Cadernos mobilidade & Covid: Recife**. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. **Informalidade e políticas públicas para combatê-la - o caso do Brasil.** Foro Internacional “Empleo Informal y Precario”. México, 24-25 de novembro de 2014.

Castells, M. e A. Portes. **World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy.** Baltimore, MD, EUA: John Hopkins University Press, 1989.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife.** - 2.ed.- Recife: Editora Massangana, SUDENE, 1983.

CHAHAD, J. P. Z; CACCIAMALI, M. C. **As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil.** Revista da ABET, v. 5, n. 2, 2005.

CHEN, M. A. **The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies.** WIEGO Working Paper nº1. agosto de 2012.

COELHO-LIMA, F. **Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria** [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. 2016

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **O TRABALHO INFORMAL DE RUA RECONFIGURADO: sua função como agente da acumulação.** Caderno CRH, Salvador, v. 33, p. 1-14, e020023, 2020.

ESTEVA, Gustavo; SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, 35 (122), p. 229-248, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, centro internacional Celso Furtado, 2009.

GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades e políticas industriais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento público e políticas públicas, n.15, jun. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1946.

GORZ, André. **Misérias do Presente, riqueza do possível**. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho O que é trabalho**. In: GRINT, Keith. Sociologia do trabalho. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

HART, Keith. **Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana**. the Journal of Modern African Studies, 1973.

HART, Keith. Informal economy. In: HART, K.; LAVILLE, J.; CATTANI, A. D. (orgs.). **The human economy: a Citizen guide**. Cambridge: Polity Press, 2010.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Em blog Boitempo. Disponível em <<https://blogdabotempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>>; acesso em 17 de dezembro de 2023, publicado em: 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, coleção geografia e adjacência, 2005.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alteração na forma de captação do rendimento efetivo de trabalho na PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Nota Técnica). Disponível em: <<https://bit.ly/3iuhC4M>>.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Covid19.** Disponível em:<<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid>> acessado em: 15/06/2023 Rio de Janeiro, 2020.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **ACTIVIDADES DE LA OIT 1972.** Memoria del director general (parte 2) a la Conferencia Internacional del Trabajo.58.a reunión, Ginebra, ILO,1973.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Escritório da OIT no Brasil.1 v - Brasília: OIT, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANDER, Eduardo. **A globalização e os desafios do neoliberalismo.** São Paulo: Editora XYZ, 2005.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social v. II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Mercados metropolitanos de trabalho e marginalidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, 1971.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento.** In: SANTANA, M. RAMALHO, J. R. (orgs.). Além da fábrica. São Paulo: Boitempo, 2003.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Da informalidade à empregabilidade:** reorganizando a dominação no mundo do trabalho. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing.** Ed. Atlas. 1996.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Marques, Léa (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Difel, Livro 01, Volume 01, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico -filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

NORONHA, E. “**INFORMAL”, ILEGAL, INJUSTO**: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(lí)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OIT. La medición de la informalidad: **Manual estadístico sobre el sector informal**
La medición de la informalidad: Manual estadístico y el empleo informal. OIT, Genebra, 2013.

PRANDI, José Reginaldo. **Trabalhador por Conta Própria sob o Capital**. São Paulo:
 Edições Símbolo, 1978.

Pires, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Niterói: EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: MIGNOLO, Walter; OCHOA, Rolando (Org.). Cultura e Política na América Latina: O que a História nos ensina. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

RABOSSI, Fernando. **Los caminos de la informalidad**. Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v.09.03: 797-818, sep. - dic.,2019.

RANGEL, Felipe. **O trabalho informal no comércio popular**: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho. -- São Carlos: UFSCar, 2015.

Ribeiro, Rafael Soares. **Metroshopping: uma etnografia sobre os ambulantes do metrô do Recife**. Orientador: Prof. Dr. Breno Augusto de Souto Maior Fontes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2019

RAMALHO, J. R. VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, territórios produtivos, trabalho e conflito social**. Revista Repocs, vol. 12, n. 24, jul./dez. 2015, p. 11-18.

ROMBALDI, Maurício; TOMIZAKI, Kimi. **A Distinção: Contribuições da Sociologia Bourdieusiana aos Estudos das Relações de Trabalho no Brasil**. In: Roberto Véras de Oliveira; José Ricardo Ramalho; Cesar Sanson. (Org.). Diálogos críticos: o

pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. 1ed. São Paulo: Annablume, 2023, v. 1, p. 1-971.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**. 5a. ed. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. Coleção estudos urbanos, São Paulo. Recife: editora Hucitec, UFPE. CNPU, vol.1 120p, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Tradução de Antônia Dea Erdens; Maria Silva. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Ed.5. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, v. 7, n. 20, p. 5-22, 2002.

SETHURAMAN, S. V. **El sector urbano no formal: definición, medición y política**. In: Revista Internacional del Trabajo, vol. 94, n.o 1, julho/ agosto, 1976.

SILVA, Sandro; CORSEUIL, Carlos; Costa, Joana (Org). **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. IPEA: 2022.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. Curitiba: CRV, 2022.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1982.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vive**. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SOTO, Heraldo de. **El otro sendero la revolución informal.** Lima_Instituto Libertad y Democracia, 1986.

SOTO, Hernando. **The mistery of capital.** Nova York: Basic Books, 2000.

SQUEFF, Gabriel Coelho; NOGUEIRA, Mauro Oddo. **A Heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009.** Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2013

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais - afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Mutações do trabalho e experiência urbana.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, 2006.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo, Humanitas, 2006.

THEODORO, M. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil.** Brasília: IPEA, 2000.

THEODORO, Mário Lisbôa. **A formação do mercado de trabalho do recife pré-sudene - alguns aspectos históricos.** Cad. Es! Soc. v. 6, o. 2, P. 301-316, dez, 1990.

THEODORO, Mário Lisbôa. al. **Atividades informais: evolução e condicionantes atuais – o caso dos trabalhadores autônomos do Recife.** Brasília: IPEA, 2002a. Texto para Discussão, n. 864.

THEODORO, Mário Lisbôa. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal.** Brasilia: IPEA, 2002b. Texto para Discussão, n. 919.

TOKMAN, Victor. **Una voz en el camino, empleo y equidad en América Latina:40 Años de Búsqueda.** Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa quantitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas,1987.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIA, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução.** São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VIANNA, M. C. S. **A discussão histórica da informalidade: significados e formas de representação,** 2006. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

VERAS, Roberto. **PARA DISCUTIR OS TERMOS DA NOVA INFORMALIDADE: SOBRE SUA VALIDADE ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE NA ERA DA FLEXIBILIZAÇÃO.** in: OLIVEIRA, Roberto Véras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens, João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO SIMPLES

Tópicos	Pontos de observação	Objetivo da observação
Sujeitos	Como podemos identificar os trabalhadores?	Através da análise observacional tentar traçar algumas características comuns do perfil dos trabalhadores.
	É possível evidenciar características comuns?	
	O que expressam e como se vestem?	
	Existe correlações raça/cor?	
	Existe correlação gênero/sexo?	
Percepção do trabalho	Quais os principais pontos do comércio?	Observar alguns traços dos trabalhos informais, relacionando com o marco teórico e o campo empírico.
	Existem estratégias de comercialização?	
	Como os trabalhadores se relacionam com os seus clientes?	
	Quais as dificuldades observáveis?	
Comportamento Social	Como ocorrem as relações sociais entre esses trabalhadores?	Identificar algumas características de comportamento sociais entre os trabalhadores.
	Como os trabalhadores se relacionam?	
	Quais características linguísticas e simbólicas utilizadas por eles?	
	Há controle interno ou externo do trabalho desenvolvido?	
O Espaço e seus conflitos	Quais as características desse espaço?	Avaliar as condições socioespaciais do campo investigado, observando sua infraestrutura, como o espaço é disputado e distribuído, e como esses atores sociais o utilizam. Relacionando com o debate da construção do Espaço de Milton Santos.
	Como é dividido o espaço?	
	Como os ambulantes utilizam o espaço?	
	Existem conflitos e disputas visíveis pelo espaço?	
	Como os trabalhadores se organizam e realizam o processo da comercialização?	

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES(ÀS) AMBULANTES	
BLOCO I - PERFIL E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	
1.	Qual é seu nome?
2.	Quantos anos você tem?
3.	Qual Sexo e gênero?
4.	De acordo com a classificação do IBGE, como você se autodeclara com relação à raça/cor? (<i>preto, pardo, branco, indígena ou amarelo</i>)
5.	Você tem religião? caso sim, qual?
6.	Qual seu estado civil?
7.	Qual seu nível de escolaridade?
8.	Onde e com quem você mora?
9.	Você tem filhos/as?
10.	Você possui alguma renda fixa? e em média, qual é sua renda?
BLOCO II - EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
11.	Sobre sua trajetória profissional, quais trabalhos e/ou atividades remuneradas você já realizou?
12.	Você já ficou desempregado? caso sim, como foi seu processo de reinserção no mercado?
13.	Como ocorreu sua inserção na atividade do comércio ambulante?
14.	Teve ajuda de alguém ou alguma dificuldade ao iniciar essa atividade?
15.	O que levou você a escolher trabalhar no comércio ambulante no metrô?
17.	Você tem vontade de trabalhar em outra função? com carteira assinada por exemplo?
18.	Quais os principais motivos para você trabalhar por conta própria?
BLOCO III - A PERCEPÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE	
19.	Como você caracteriza o seu trabalho atual?
21.	sua atividade é regularizada e/ou você possui algum registro MEI ou afins?
22.	Para você, o que significa trabalhar nessa função?

23.	Poderias descrever a(s) atividade(s) que você realiza?
24.	Como é sua rotina de trabalho?
25.	Quantas horas em média você trabalha por dia?
26.	Trabalha finais de semana e feriados?
27.	Quais são as principais mercadorias vendidas por você?
28.	Como você atua para obter um bom rendimento no trabalho?
29.	Como você acha que as pessoas analisam seu trabalho?

BLOCO IV - AS RELAÇÕES E OS DESAFIOS DO TRABALHO

30.	Quais as vantagens e desvantagens de trabalhar como ambulante?
31.	O espaço oferece alguma infraestrutura adequada para realizar o trabalho?
32.	Como é definido o espaço de comercialização no metrô?
33.	Você participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa? como vocês se organizam?
34.	Existe ou você já presenciou conflito entre ambulantes pelo espaço?
35.	Você já chegou a se envolver em algum conflito de qualquer natureza?

BLOCO V - PÓS- PANDEMIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

36.	A pandemia impactou e impacta ainda hoje seu trabalho?
37.	Durante a pandemia, você recorreu ao auxílio emergencial?
38.	Durante a pandemia você trabalhou em alguma outra atividade temporariamente?
39.	Para você, quais coisas ou medidas poderiam ajudar na melhoria da qualidade do exercício de seu trabalho?
40.	Há alguma consideração final que queira fazer?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **“Nos trilhos da informalidade: uma análise do trabalhador ambulante no metrô do Recife”**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Victor Lucena de Amorim (E-mail: paulo.vamorim@ufpe.br), aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e com orientação do Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Objetivo da pesquisa

A partir do debate do trabalho e informalidade, objetivo investigar o trabalho ambulante no metrô do Recife, apontando a diversidade e complexidade das relações laborais em vias informais.

Objetivos específicos

1. Compreender as relações e ordenação do comércio ambulante no metrô do Recife;
2. Analisar as trajetórias pessoais e profissionais dos trabalhadores ambulantes;
3. Identificar as estratégias de reprodução do trabalho.

Esclarecimentos éticos da pesquisa

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, gravações, entrevistas, fotos, filmagens e áudios, ficarão armazenados em pastas de arquivo e em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador.

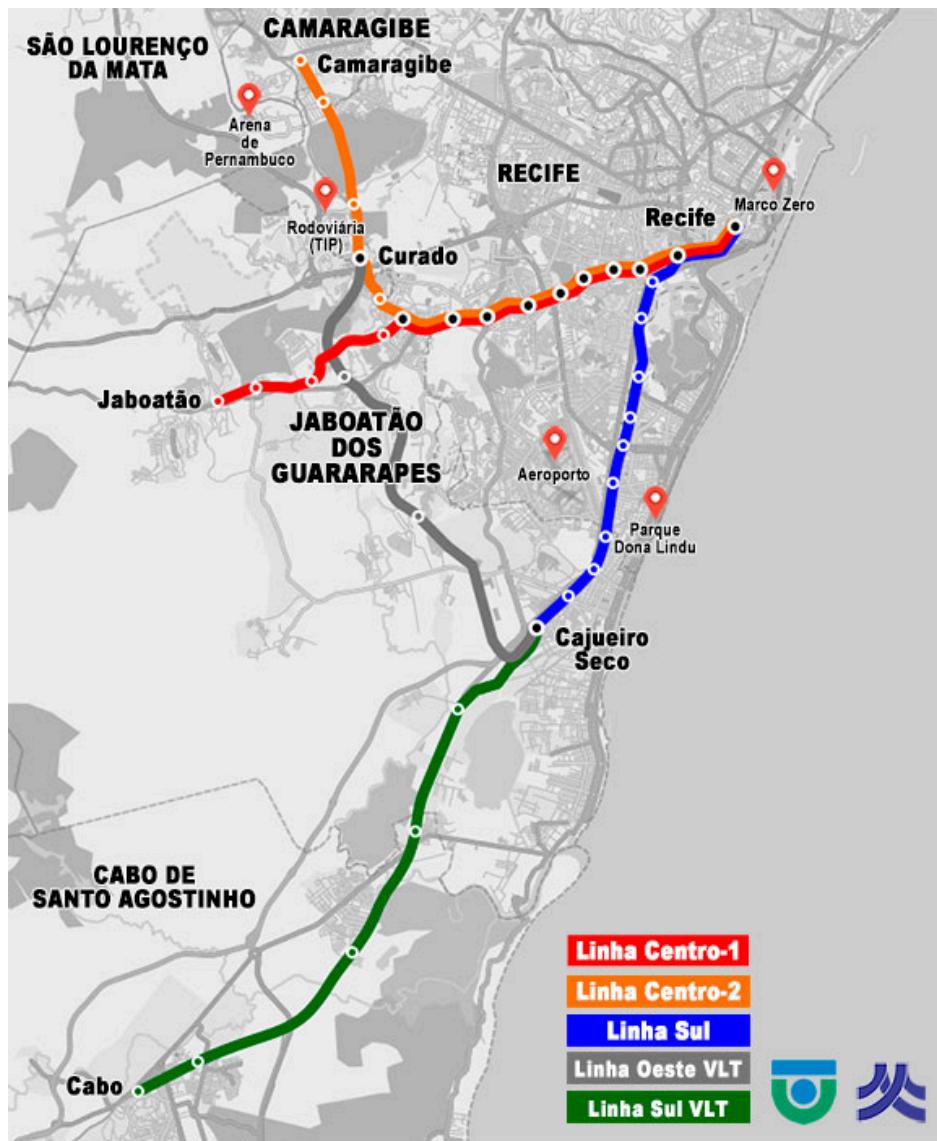
(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, após a leitura (ou a escuta da leitura), deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Nos trilhos da informalidade: uma análise do trabalhador ambulante no metrô do Recife**, como voluntário(a). Afirmo que fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Recife, _____ de 2023

(Assinatura do participante):

ANEXO A - MAPA GEOGRÁFICO DO METRÔ DO RECIFE

Fonte: MetroRec

ANEXO B - MAPA DAS ESTAÇÕES DO METRÔ DO RECIFE



Fonte: MetroRec